

Departamento de Sociologia

**Risco técnico e risco experienciado no Metropolitano de
Lisboa, E. P.**

Carla Maria Fernandes Bargante Gonçalves

Trabalho de projecto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Sociologia do Trabalho, das Organizações e do Emprego

Orientador:

Doutor Paulo Jorge Granjo Simões, Investigador Auxiliar,
ICS-UL

Junho, 2009

Resumo: O número de acidentes de trabalho no nosso país é elevado comparativamente a outros países europeus, pondo a descoberto uma enorme fragilidade ao nível da gestão dos riscos existentes nos locais de trabalho, aos quais os trabalhadores estão expostos. Assim, parece pertinente a realização de estudos práticos incidindo sobre contextos reais de trabalho, que nos proporcionem um conhecimento mais profundo sobre as percepções dos trabalhadores sobre os riscos no seu local de trabalho. Através da literatura existente, sabemos que as análises de risco realizadas por técnicos especialistas tendem a divergir das percepções dos trabalhadores (operários). Saber em que medida essas diferenças poderão influenciar positivamente ou negativamente as condições de trabalho e de segurança dos trabalhadores é objectivo do presente estudo, que incidiu sobre as oficinas de manutenção duma empresa de transportes ferroviários (Metropolitano de Lisboa, E. P.) em que os trabalhadores estão expostos aos mais diversos riscos, sendo o mais preocupante, o risco eléctrico.

A análise dos resultados obtidos sugere que, embora os trabalhadores abrangidos pelo estudo (electromecânicos) identifiquem os principais riscos existentes no seu local de trabalho, valorizam-nos de forma muito diferente dos técnicos especialistas em análises de risco, existindo uma clara tendência para a desvalorização de determinados riscos que tendem a ser naturalizados através da experiência e hábito profissionais. A pouca importância dada às opiniões dos trabalhadores sobre as suas condições de trabalho e segurança leva à resignação dos mesmos, o que poderá constituir um factor potenciador da ocorrência de acidentes de trabalho.

Palavras-chave: percepção de riscos, gestão de riscos, acidentes de trabalho, risco.

Abstract: The number of occupational accidents in our country is high compared to other European countries thus discovered a huge weakness in risk management in the workplace to which workers are exposed.

It seems relevant to conduct studies focusing on practical real contexts of work; we provide a deeper knowledge on the perceptions of workers about the risks in your workplace. Through literature, we know that the risk analysis carried out by technical experts tend to differ from perceptions of employees (workers). How far these differences can positively or negatively influence the working conditions and safety of workers is the purpose of this study, workshops that focused on the maintenance department of a railway company (Metropolitano de Lisboa, E. P.) in which workers are exposed to several risks, where the greater concern is the electrical risk.

The analysis of results suggests that although the workers covered by the study (electromechanical worker), identify the main risks in the workplace, value us so very different from risk analysis experts, there is a clear trend towards the devaluation of certain risks that tend to be naturalized through experience and professional practice. The little importance given to the views of workers about their working conditions and safety leads to resignation of, this could be an enhancer factor of the occurrence of accidents.

Keywords: perception of risk, risk management, occupational accidents, risk.

Agradecimentos

O resultado deste trabalho é fruto do apoio de algumas pessoas, que de forma directa ou indirecta contribuíram para que ele fosse possível. Em primeiro lugar quero agradecer ao Metropolitano de Lisboa, E. P. que possibilitou a realização deste estudo e aos trabalhadores que nele participaram.

Em particular, quero agradecer ao meu orientador de estágio, Doutor Paulo Granjo, Investigador do Instituto de Ciências Sociais, pela sua orientação valiosa, atenção e disponibilidade demonstrada ao longo destes meses, principalmente na fase final deste trabalho e ao Mestre João Areosa, orientador no Metropolitano de Lisboa, E. P; pela sua paciência, amizade, apoio precioso e por tudo o que me ensinou.

Agradeço também a todos aqueles que me são mais queridos, amigos e familiares, que sempre me incentivaram e nunca me deixaram desistir.

A todos muito obrigada, sem a vossa ajuda não teria conseguido

Índice

Agradecimentos	IV
Índice	V
Introdução	1
Parte I.....	3
Enquadramento teórico.....	3
1 O risco	3
1.1 Breve introdução à noção de Risco	3
1.2 A emergência da abordagem científica dos riscos.....	6
2 Contributos das ciências sociais para a teoria do risco.....	7
2.1 A perspectiva culturalista do risco.....	7
2.2 A sociedade de risco	8
2.3 O risco e a modernidade	11
2.4 A abordagem sistémica do risco.....	12
2.5 Psicopatologia do trabalho.....	14
2.6 Percepção de risco	16
2.6.1 Percepções de riscos dos trabalhadores	20
3 A gestão do risco no trabalho e sua prevenção.....	24
3.1 Avaliação de riscos no posto de trabalho	28
3.2 Segurança organizacional	30
Parte II	32
Metodologia utilizada na investigação	32
1 O modelo de pesquisa adoptado no terreno.....	32
1.1 A observação participante	35
1.2 As entrevistas.....	37
1.3 A análise das grelhas da Avaliação de Riscos.....	39

2 Breve caracterização do Metropolitano de Lisboa, E.P.....	40
2.1 A Exploração Industrial (EI): um contexto laboral em observação	41
2.2 Os actores sociais em estudo (electromecânicos, mestres/contramestres e chefes de departamento)	44
Parte III.....	47
Análise e tratamento da informação recolhida	47
1 Risco técnico e risco experienciado.....	47
1.1 O risco identificado pelos Técnicos de Segurança e Higiene no Trabalho através da avaliação de riscos	48
1.2 Os chefes de departamento e as suas visões do risco	54
1.3 Dualidade entre valores e práticas (mestres e contramestres)	61
1.4 O risco experienciado pelos electromecânicos	69
Conclusão	77
Bibliografia.....	79
Referências bibliográficas	80
ANEXO 1- Quadro nº 5.....	83
ANEXO 2 - Guião de entrevista nº1 aplicado aos Chefes de Departamento	84
ANEXO 3 – Guião de entrevista nº2 aplicado aos Mestres e Contra-mestres	85
ANEXO 4 - Guião de entrevista (Teste), aplicado aos Mestres e Contra-mestres.....	86
ANEXO 5 - Transcrição integral das entrevistas aplicadas aos Chefes de Departamento..	87
ANEXO 6 – Transcrição integral das entrevistas aplicadas aos Mestres e contra-mestres	98
ANEXO 7 - Codificação entrevistas	134

Introdução

O trabalho de investigação sociológica que agora apresentamos foi realizado no âmbito do curso de Mestrado em Sociologia do Trabalho, das Organizações e do Emprego, leccionado no ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa). Para concluir com sucesso o curso referido é obrigatório a apresentação de uma dissertação final, que aborde temáticas relacionadas com o conteúdo programático do curso de mestrado. Para nós foi evidente que queríamos trabalhar a temática do risco e da percepção do risco pois, nos últimos anos, temos vindo a desenvolver a nossa actividade profissional na área de Higiene e Segurança, numa empresa que presta um serviço público de transporte, mais precisamente o Metropolitano de Lisboa, E.P. Assim, temos tido a oportunidade de observar, analisar, avaliar e propor medidas de controlo para determinados riscos. O método por nós utilizado tenta fugir às avaliações meramente quantitativas e matemáticas, privilegiando a observação e contacto com os trabalhadores. Este é um dos trabalhos que realizamos e uma forma de contribuir para a melhoria das condições de trabalho, prevenção e redução de acidentes na empresa. Este facto proporciona à partida uma perspectiva privilegiada, que nos levou a verificar que existem divergências assinaláveis, quando comparamos as visões do risco dos técnicos de Segurança e Higiene no Trabalho, as dos trabalhadores ou as das chefias directas ou responsáveis a nível da Direcção. Essa constatação levou-nos a aprofundar o interesse por este tema, uma vez que as observações realizadas durante a nossa actividade profissional nos levaram a pensar que este era um tema relevante e de grande interesse.

Durante o nosso trabalho e perante a exposição repetida dos trabalhadores aos mesmos riscos, colocamos sistematicamente as mesmas questões: Os trabalhadores sabem da existência deste risco? Em caso positivo, por que via obtiveram esse conhecimento e como é que ele foi construído? Porque razão não utilizam os EPI's fornecidos pela empresa? Este é um risco que os preocupa? Qual a visão deste mesmo risco de outros grupos profissionais em interacção com estes trabalhadores (chefias directas/coordenadores). Assim, surgiu a ideia de realizar o mestrado dentro da temática do risco e da percepção do risco e porque não, por razões práticas, fazer incidir nesta empresa o nosso projecto de investigação.

É objectivo primeiro deste estudo efectuar uma investigação em ciências sociais, na área da Sociologia, articulando todo um conjunto de sub-disciplinas (sociologia do trabalho, sociologia do risco, sociologia das organizações, sociologia das profissões e sociologia da

saúde). Recorreremos ainda à Psicologia e Antropologia, no entanto, não desprezaremos qualquer contributo de outras disciplinas que nos pareça importante, para a realização deste trabalho. Pretende-se obter um maior conhecimento da problemática percepção do risco em contexto organizacional numa vertente ligada à Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST), relacionando-a por isso com diversos conceitos e perspectivas que se prendem com a gestão do risco, condições de trabalho, acidentes de trabalho e as diversas metodologias existentes de avaliação de riscos. Mais precisamente, pretende-se saber a que tipo de riscos estão expostos os trabalhadores e o que eles pensam sobre a sua exposição a esses mesmos riscos. Para isso, recorreremos a uma abordagem qualitativa (estudo de caso)¹, em que se pretende recolher e apresentar dados referentes a uma determinada realidade particular sem pretendermos generalizar os resultados a outras situações. Este trabalho será organizado da seguinte forma: uma primeira parte, de âmbito essencialmente teórico, será dedicada a uma revisão bibliográfica sobre a noção de risco, onde serão abordadas várias perspectivas teóricas sobre o risco em geral e mais particularmente do risco laboral, tentando identificar e diferenciar as perspectivas tecnicistas e as perspectivas sociais do risco. Esta pesquisa bibliográfica não se pretende exaustiva, mas procurando obras de referência que proporcionem um referencial teórico adequado aos objectivos da investigação. Na segunda parte deste trabalho, será apresentada a metodologia por nós utilizada e nela apresentaremos as razões para as opções metodológicas, utilizadas no trabalho de campo. Descreveremos como foi realizada a pesquisa e a construção do processo de investigação. Apresentaremos também uma breve descrição do contexto laboral em estudo bem com dos actores sociais envolvidos. A terceira e última parte deste trabalho terá como objectivo principal o tratamento da informação recolhida durante a pesquisa no terreno, tendo como linha orientadora as diferentes perspectivas teóricas da primeira parte. Após estas etapas que não se pretendem estanques, pretendemos obter uma base teórica e empírica sólida e congruente que nos permita elaborar um relatório de pesquisa interessante e com alguns dados que possam permitir um maior conhecimento desta temática.

¹ Yin (1988) em Carmo (1998) define um estudo de caso como uma abordagem empírica que: -investiga um fenómeno actual no seu contexto real; quando, -os limites entre determinados fenómenos e o seu contexto não são claramente evidentes; e no qual – são utilizadas muitas fontes de dados.

Parte I

Enquadramento teórico

1 O risco

1.1 Breve introdução à noção de Risco

Diariamente somos confrontados com notícias divulgadas pelos meios de comunicação social referentes aos riscos que corremos pelo simples facto de existirmos. Descobrimos pouco a pouco que o nosso mundo é perigoso e hostil, cheio de riscos. Uma grande parte destes riscos são produzidos pela acção humana e podem tornar-se reais e as últimas três décadas do século passado comprovam-no, pois ficaram marcadas negativamente por alguns acidentes organizacionais graves que mudaram a vida a milhares de pessoas. No dia 10 de Julho de 1976, aconteceu uma das maiores catástrofes ecológicas do mundo. Em Seveso, na Itália, um vazamento de dioxina (TCDD) causou a contaminação de uma área de 320 hectares. Milhares de pessoas e animais foram intoxicados, as consequências podem ainda hoje não ser totalmente conhecidas. Este acidente causou um profundo impacto na Europa, tornando-se um estímulo para o desenvolvimento da Directiva de Seveso (EC Directive on Control of Industrial Major Accident Hazards) em 1982. Em 1986 (Ucrânia), a explosão do reactor número quatro da central nuclear de *Chernobyl* lançou uma nuvem radioactiva sobre vários países da Europa, tendo a maior parte incidido sobre a Bielo-Rússia, Ucrânia e Rússia. A nuvem radioactiva decorrente deste acidente nuclear depressa passou as fronteiras territoriais e contaminou outras regiões. Estes novos riscos vão além do momento da sua ocorrência porque afectam não unicamente os que o vivenciam, mas podem também afectar as gerações vindouras. Vivemos então, quanto mais não seja subjectivamente, numa *sociedade de risco* (Beck, 1992), o risco faz parte da nossa vida e esta percepção colectiva torna-o todo poderoso e omnipresente. Porém, certos autores discordam desta visão e defendem que as sociedades contemporâneas não são mais perigosas do que as sociedades de há 100 anos “Apesar de todas as situações perigosas e de pobreza que vivemos na nossa sociedade e que para nós são inaceitáveis enquanto seres humanos, apesar até dos novos perigos criados pelas tecnologias que utilizamos, dificilmente alguma época histórica e algum contexto social foram tão seguros - inclusive no facto de estarmos mais seguros relativamente ao perigo de morrermos à fome ou de sermos mortos por uma pessoa que não conhecemos de lado nenhum, do que

alguma vez se esteve na história, em qualquer contexto social.” (Granjo, Há uma cultura do risco, 2006:7).

O risco tende a não ser considerado na maioria das culturas tradicionais, “Os Azande, membros de uma tribo africana, acreditam que qualquer desgraça é sempre o resultado de um bruxedo. Se uma pessoa cai, por exemplo, a queda foi provocada por alguém que lhe fez magia negra.” (Giddens, 2000: 33). Segundo Giddens, a noção de risco começou a ser utilizada nos séculos XVI e XVII, pelos portugueses e espanhóis nas suas viagens por mares desconhecidos, ainda não descritos nas cartas de navegação. Neste conceito estava incluído a dimensão de espaço físico desconhecido. Mais tarde, o conceito de risco passou a ser utilizado pelo sistema bancário e em investimentos e aí passou a incluir a noção de tempo, fundamental para a realização de cálculos das consequências prováveis dos investimentos. Outra actividade que também se apropriou do conceito de risco foi a desenvolvida pelas seguradoras (as primeiras apólices de seguros marítimos datam do século XVII). A actividade seguradora não é mais do que uma tentativa de controlar o futuro, proporcionando segurança nas actividades consideradas de risco. Embora o risco não desapareça, ele é transferido para a seguradora, proporcionando ao segurado um sentimento de segurança, pois permite um processo de reposição da situação anterior ou, mais usualmente, de compensação das consequências do dano sofrido.

A partir da Revolução Industrial, a onnipresença Divina e o medo da sua capacidade punitiva e geradora de catástrofes foi lentamente dando lugar a uma nova forma de pensar, em que o homem “através do desenvolvimento científico e tecnológico e das consequentes transformações na sociedade, na natureza e na própria característica e dinâmica das situações e eventos perigosos, o homem passa a ser responsável pela geração e remediação dos seus próprios males” (Freitas et al., 1996:488). Este processo de laicização das situações e eventos considerados perigosos e sua transformação em riscos, implicando a previsibilidade a partir da probabilidade, está relacionado com a filosofia iluminista, o fim das pestes e a conversão da ciência e da tecnologia enquanto eixos de poderosas transformações na sociedade e na natureza.

Essencialmente, podemos distinguir dois grandes paradigmas na abordagem à noção de risco. Um primeiro ligado às engenharias, em que a noção de risco está relacionada com uma expressão quantitativa, habitualmente expressa através do resultado entre a probabilidade de eventos ou falhas, multiplicada pela magnitude das consequências sobre o tempo. A quantificação das consequências pode também ser expressa em valores monetários,

demonstrando deste modo a influência do modelo custo-benefício. O segundo paradigma está ligado às diversas abordagens das ciências sociais e humanas (Psicologia, Sociologia, Antropologia). Este modelo tende a privilegiar não tanto a componente matemática, mas antes uma categorização hierárquica dos riscos e as suas consequências associadas. Segundo Rennin (Freitas, 1996), diversas perspectivas compõem o campo de Análises de Riscos, a saber: Abordagem actuarial, Epidemiologia e Toxicologia, Análise probabilística de risco, Economia do risco, Psicologia do risco, Teoria Social do risco, Teoria cultural do risco. Estas perspectivas evidenciam conceitos de riscos bastante diferenciados, como resultado da escolha das metodologias, dos riscos que são subjacentes e da sua complexidade unidimensional ou multidimensional. As abordagens da Engenharia, Toxicologia e da Epidemiologia caracterizam-se por serem unidimensionais, já que o seu objectivo é proteger os sistemas tecnológicos, a saúde e o meio ambiente através da detecção de riscos e alertas. As abordagens que integram a perspectiva social (Psicologia, Sociologia e Antropologia) são multidimensionais, pois têm como objectivo compreender e subsidiar os processos decisórios e a regulação dos conflitos sociais, para um processo de comunicação de riscos mais efectivo em termos de protecção à saúde e ao meio ambiente.

Actualmente, o risco é abordado por diversas disciplinas científicas e a sua definição conceptual não reúne consensos. No entanto, o risco surge sempre como uma probabilidade ou possibilidade futura, ou seja, é um conceito que sugere um certo grau de incerteza quanto ao futuro, é algo imaterial que ainda não aconteceu, sendo um conceito complexo e heterogéneo. Para Granjo o conceito de risco na actualidade é inseparável do cálculo de probabilidades, tem “o sentido de uma forma de domesticação da ameaça que assume três vertentes complementares: a) uma manipulação quantitativa que a pretende tornar cognoscível; b) uma tentativa da sua previsão probabilística; c) uma presunção de controlo sobre o aleatório.” (Granjo, 2006:1169). Outros autores corroboram esta visão do conceito de risco associado ao cálculo de probabilidades, na actualidade “A noção de risco acaba por estar quase sempre associada a pelo menos uma das seguintes dimensões: 1) probabilidade de ocorrência de um evento; 2) a conjugação entre a possibilidade de ocorrência de um qualquer evento e as consequências resultantes desse mesmo evento.” (Areosa, 2008:1). Podemos ainda citar Lima (1989) “Por risco entendemos a probabilidade da ocorrência de um determinado desastre num dado intervalo temporal e envolve sempre a noção de incerteza” (Lima, 1989:326). O risco surge assim na actualidade carregado de significados, associado a noções de incerteza, probabilidade, sorte, azar, contingência, ameaça, entre outros, pois vários autores

defendem que o conceito de risco é construído socialmente e por isso está dependente das várias valorizações sociais que lhe são atribuídas.

1.2 A emergência da abordagem científica dos riscos

O homem, desde tempos imemoriais, produziu o que os especialistas actualmente designam por análises de riscos. Os Asipu, que viveram na Mesopotâmia por volta de 3200 a.c. são um bom exemplo: “Em suas análises esse grupo identificava as importantes dimensões do problema em questão e as ações alternativas face ao mesmo, coletando dados sobre os possíveis resultados de cada alternativa. Os melhores dados disponíveis eram considerados sinais dos deuses, que os sacerdotes do grupo Asipu estavam especialmente qualificados para interpretar...” (Freitas et al., 1996:487). No entanto, só no fim do século XX, particularmente a partir da década de 1970, é que engenheiros, epidemiologistas e higienistas industriais, entre outros, começaram a produzir análises de riscos associados às novas tecnologias. Ao mesmo tempo que economistas, geógrafos, geólogos, hidrologistas, sociólogos, etc, se envolveram na investigação interdisciplinar sobre os riscos naturais, catástrofes e a sua gestão. Nos Estados Unidos da América formaram-se agências federais como a EPA (Environmental Protection Agency), que teve como consequência a profissionalização da análise de riscos. A avaliação de risco passa a ter um papel formal e regulador. Dá-se então um crescimento da utilização da análise de risco na indústria, com o conseqüente aumento de empresas consultoras para servir o sector privado e público, que a par do processo regulador já iniciado, proporciona legitimidade a este campo científico de se converter em actividade académica. Um programa importante no desenvolvimento da pesquisa na área do risco foi o programa TARA (Technology Assessment and Risk Analysis). A fundação da SRA (Society for Risk Analysis) em 1980, também foi considerado um marco, bem como a publicação do jornal Risk Analysis em 1981. Como consequência, as opiniões dos especialistas ou peritos (nem sempre concordantes), sobre determinados riscos são publicadas nos meios académicos e começam a chegar também ao grande público através da comunicação social. Este factor significou o aumento da oposição pública aos riscos de origem tecnológica. A energia nuclear e as tecnologias utilizadas nas indústrias químicas são bons exemplos da estigmatização dos riscos tecnológicos. Surgem novos actores, organizações ambientalistas, associações de

moradores, organizações não-governamentais, partidos políticos, a par dos que normalmente discutiam e participavam nos problemas dos riscos industriais, empresários, sindicatos e órgãos do governo. Estes novos actores “passaram a se fazer presentes e exigir sua participação nos debates e processos decisórios acerca de riscos tecnológicos, demandando maior protecção e tornando cada vez mais politizadas essas actividades” (Freitas et al., 1996:489-490). As características subjacentes ao risco obrigam as ciências sociais a interessarem-se por este tema. O facto dos analistas de risco subestimarem ou não considerarem a dimensão social parece ser, de facto, uma das grandes críticas presentes, em muitos trabalhos da área das ciências sociais.

2 Contributos das ciências sociais para a teoria do risco

2.1 A perspectiva culturalista do risco

Uma das obras mais marcantes da perspectiva culturalista do risco, é a de Douglas e Wildavsky (1982), com o título de *Risk and Culture*. Estes autores colocam a seguinte questão: “Poderemos nós conhecer todos os riscos com que nos deparamos, no presente ou no futuro?” Segundo estes autores a resposta terá de ser negativa, pois o mundo é um local com inúmeros riscos. Segundo Douglas e Wildavsky (1982), a análise de risco foi desenvolvida como uma ferramenta objectiva para engenheiros e políticos, que necessitavam de dados objectivos, para poderem tomar decisões políticas. Estes especialistas clamam por factos objectivos, e para eles a objectividade teria como finalidade impedir a interferência de valores subjectivos na análise de determinada situação; assim, obter factos, calcular as probabilidades e extrair respostas seria o método ideal para uma análise de riscos. Para Douglas e Wildavsky (1982), esta preocupação constante com a objectividade, abstrai-se duma questão essencial “Como é que as pessoas podem decidir quais os riscos que pretendem enfrentar e quais os que pretendem ignorar ou rejeitar?” A resposta a esta questão, segundo a teoria culturalista, está relacionada com aspectos de natureza cultural, sendo a definição dos riscos culturalmente determinada. Nesta corrente o risco é entendido como algo carregado de significados, influenciado por valores e crenças sociais, ou seja, o risco é culturalmente construído. A tese central de *Risk and Culture* é a de que a percepção do risco é uma construção colectiva. “O risco é entendido como um algo carregado de significados, fortemente influenciado por valores e crenças sociais ou seja é culturalmente construído” (Douglas e Wildavsky, 1982).

Os indivíduos tenderiam a fazer as suas escolhas à luz de valores determinados pelo ambiente social a que pertencem. A sociedade em que vivem coloca certos riscos em destaque e os indivíduos fazem as suas escolhas, optando por não estar a par de todos os perigos. E, nesta escolha, entram os valores subjectivos, que não se podem desprezar quando se tenta perceber porque é que as pessoas decidem enfrentar um risco ou não.

Outro tema abordado por Douglas e Wildavsky (1982), é a relação entre os riscos tecnológicos e o meio ambiente. Os riscos tecnológicos tendem a ser estigmatizados pelo público, pois estão conotados com consequências negativas sobre a natureza. No entanto, quando os efeitos adversos ainda não estão confirmados, parece existir tolerância para com esses mesmos riscos. Mas quando, esses efeitos adversos estão confirmados, as pessoas tendem a avaliar a relação custo/benefício, onde a partir dum certo nível, as pessoas deixam de aceitar o risco. Outro aspecto é a distinção, pelos actores sociais, entre os riscos que os próprios assumem correr voluntariamente e os riscos que lhes são impostos ou involuntários. Os riscos involuntários têm maior probabilidade de serem rejeitados pelo público do que os voluntários. Isto passa-se desta forma, porque, quando uma pessoa decide enfrentar um risco, como é o caso por exemplo dos desportistas radicais, esta escolha é livre e individual, a pessoa assume os riscos e as consequências. O oposto é a pessoa correr um risco de contrair um carcinoma porque ingeriu alimentos contaminados. Para estes autores é também evidente que a distribuição social dos riscos não é efectuada de forma homogénea. Assim, algumas classes ou grupos de pessoas enfrentam mais riscos do que outras.

Autores como Renn (1992) e Hannigan (1995) em (Areosa, 2008) criticam a perspectiva culturalista do risco, afirmando que a compreensão do risco é mais complexa do que as categorias utilizadas neste modelo, pois o risco não se circunscreve apenas a aspectos de natureza cultural.

2.2 A sociedade de risco

A expressão sociedade de risco é, hoje, frequentemente utilizada para expressar a incerteza e a insegurança que podemos encontrar nas sociedades actuais. Este conceito inovador foi apresentado por Ulrich Beck (1992), no seu livro *A sociedade de risco*. Segundo este autor vivemos num mundo onde reina a incerteza, provocada pela própria sociedade que produz as suas próprias ameaças e se auto-transforma em sociedade de risco: “Risk society is a

catastrophic society. In it the exceptional condition threatens to become the norm” (Beck,1992:24). Estas ameaças são essencialmente de carácter tecnológico e ambiental, cujas consequências não se esgotam no presente e nas consequências e danos já provocados, pois contêm uma componente de futuro e dos danos que ainda não ocorreram. Isto significa que, de um modo geral, a centralidade da consciência do risco não se encontra tanto no presente, mas sobretudo no futuro.

Na visão de Beck, a sociedade de risco foi produzida pela sociedade industrial que, devido à ganância pelo progresso a todo o custo, produziu os seus próprios riscos e, pior do que isso, produziu riscos cujos efeitos são imprevisíveis, incalculáveis e globais. Estes riscos globais colocam em crise as fronteiras tradicionais de protecção, já que existem efeitos e danos de alguns riscos, como é o caso das nuvens radioactivas ou das chuvas ácidas, que, não se circunscrevem ao local onde foram produzidos.

Os efeitos da sociedade de risco não podem assim ser tratados e assimilados pela sociedade industrial. “A terminologia de *sociedade de risco* designa essencialmente uma condição das sociedades contemporâneas, nas quais os riscos sociais, individuais, políticos e económicos tendem, de forma crescente, a escapar à protecção, controlo e monitorização da sociedade industrial. Segundo Beck, existem dois estádios distintos para estas duas realidades sociais, isto é, sociedade de risco sucede à sociedade industrial. A transição da sociedade industrial para a sociedade de risco é irreversível e Beck vai designar este período como modernidade reflexiva” (Areosa, 2008:5-6). Esta modernidade reflexiva, será então a autocrítica da sociedade e a confrontação com os efeitos da sociedade de risco, que não consegue controlar.

Assim, existe uma ruptura com o passado, pois a forma explicativa utilizada pela sociedade industrial através das normas fixas dos cálculos, ligando a causa ao efeito, já não se coaduna com a incerteza da sociedade de risco. Outra característica das sociedades de risco actuais, são as suas ameaças invisíveis e imprevisíveis, decorrentes de tecnologias ainda pouco conhecidas. Segundo Beck, esta falta de controlo sobre os perigos criados pelo homem é facilmente comprovada pela relutância dos seguros privados em cobrir certos riscos, considerados demasiados altos. Por exemplo, os seguros não celebram apólices com alguns tipos de tecnologias como é o caso da engenharia genética. Esta invisibilidade imediata dos riscos coloca os cientistas e os políticos, numa posição chave já que, por meio das suas opiniões, o risco sofre um processo social de construção, em que o risco pode ser maximizado, dramatizado ou minimizado, no que diz respeito aos seus potenciais efeitos. Os média são também agentes sociais importantes, na medida que difundem essas opiniões.

Para Beck, existe uma ruptura entre os cientistas e leigos. Aos olhos da elite científica, a percepção pública de riscos, é ignorante, os protestos, medos, críticas e resistência são um problema de falta de informação e irracionais. Os que alertam para os riscos são difamados de alarmistas e produtores de riscos. As suas percepções dos perigos são consideradas como não provadas. Mesmo os efeitos demonstrados que afectam homens e animais e ambiente são tidos como exagerados. Desta forma, os riscos invisíveis encontram terreno fértil para crescerem e se tornarem catastróficos. No entanto, para muitas pessoas aquilo a que os cientistas chamam de “latent side effects” e ligações não provadas, traduzem-se em doenças graves contraídas pelo simples facto de respirarem o ar poluído numa qualquer cidade europeia. “Thus new antagonisms open up between those who *produce* risk definitions and thus who *consume* them.” (Beck, 1992:40).

Para Beck, a fase dos riscos latentes está a chegar ao fim pois os perigos invisíveis cada vez mais se tornam visíveis aos nossos olhos. Os estragos e a destruição na natureza passam agora pela nossa experiência e por vezes pelo nosso sofrimento. Com o aumento da consciencialização e o reconhecimento dos riscos, dá-se a conseqüente desmitificação da ciência. Segundo Beck, a ciência é incapaz de reagir adequadamente aos riscos civilizacionais dado que está envolvida na origem e crescimento desses mesmos riscos. “My thesis is that the origin of the critique of science and technology lies not in the “irrationality” of the critics, but in the failure of techno-scientific rationality in the face of growing risks and threats from civilization. This failure is not mere past, but acute present and threatening future.” (Beck, 1992:59).

A sociedade de risco é uma sociedade de risco global, ou seja, é simultaneamente produtora e receptora de riscos. Apesar dos riscos existirem na sociedade industrial e não serem uma invenção da modernidade, os riscos da sociedade do risco são diferentes. Os riscos eram individuais, não perigos globais como os que surgem hoje em dia para toda a humanidade, como a fusão nuclear ou o armazenamento de lixo radioactivo. Hoje em dia, os acidentes afectam não só os que vivem no tempo ou no sítio da ocorrência do acidente mas também aqueles que vivem a longas distâncias. Estes “novos” riscos podem até ser um legado para aqueles que ainda não nasceram. Apesar de algumas pessoas serem mais afectadas do que outras pela distribuição e crescimento dos riscos, mais cedo ou mais tarde os riscos da modernização afectarão aqueles que os produzem ou que lucram com eles, nesta linha Beck defende que os riscos contêm um efeito de “boomerang”, pois os desastres ecológicos ou as partículas radioactivas ignoram fronteiras e nações. “...under the roof of modernization risks,

perpetrator and victim sooner or later become identical. In the worst, unthinkable case, a nuclear world war, this is evident; it also destroys the aggressor.” (Beck, 1992:38). O risco é então democrático, isto porque, abrange todas as classes e camadas sociais, todos, sem excepção, sofrem as suas consequências. No entanto existem classes sociais que podem ser mais afectadas. Os pobres por exemplo não podem escolher onde querem viver, o que comer, estão mais expostos ao desemprego, não têm acesso à educação, e consequentemente ao conhecimento, etc.

A teoria de Beck alerta-nos então para o fracasso do Estado e da ciência em controlarem o risco e dos novos caminhos possíveis para a resolução desse problema.

2.3 O risco e a modernidade

Outro autor não menos importante para a teoria do risco é Anthony Giddens (1994), muito embora, a sua abordagem difira em parte da de Beck. Tanto Beck como Giddens concordam com a centralidade do conceito de risco na era moderna; no entanto, quanto à questão da confiança as suas posições revelam-se distintas.” Para Beck, o facto de existirem inúmeros factores de incerteza pode tornar a confiança num aspecto psicologicamente irracional. Apesar de Giddens reconhecer a existência de inúmeros perigos na modernidade, afirma que uma das únicas formas para tentar coabitar com certos riscos é a confiança depositadas nos sistemas abstractos. É verdade que os sistemas abstractos nem sempre resolvem os problemas dos indivíduos, porém, esta não deixa de ser uma das únicas hipóteses que lhes resta no mundo contemporâneo.” (Areosa, 2008:14-15). Segundo Giddens, na modernidade as instituições sociais, criaram condições para que as pessoas possam gozar de uma existência segura e gratificante. No entanto, essa não é a única face da moeda, pois existe um lado mais sombrio da modernidade. Esse lado sombrio tem a ver com o potencial destrutivo das forças de produção sobre o meio ambiente e, nesse sentido, a ameaça nuclear e militar fazem parte desse lado mais sombrio.

Segundo Giddens o risco só faz sentido se utilizada numa perspectiva de futuro, “O risco refere-se a perigos calculados em função de possibilidades futuras. Só tem uso corrente numa sociedade orientada para o futuro, uma sociedade que vê o futuro precisamente como um território a ser conquistado ou colonizado.” (Giddens, 2000:33). Assim, parece fazer todo o sentido que a sua noção de risco seja inseparável das ideias de probabilidade e incerteza. “ A

noção de risco, devo acentuar, é inseparável das ideias de probabilidade e de incerteza. Não se pode dizer que alguém enfrenta um risco quando o resultado da acção está totalmente garantido” (Giddens, 2000:32).

Para Giddens a ideia de risco andou sempre associada à modernidade. No entanto, na actualidade ela assume uma nova importância, visto que o risco era considerado um meio de regular o futuro, de o normalizar e de o colocar sob o nosso domínio; no entanto, os nossos esforços para controlar os riscos não têm sido suficientes, o que nos obriga a viver na incerteza.

Giddens, diferencia dois tipos de risco: o risco exterior e o risco provocado. O risco exterior é o originado pelas imposições da tradição ou da natureza e o risco provocado, resulta do impacto da tecnologia sobre o meio ambiente. O homem aprendeu ao longo da história a lidar com o risco exterior. No entanto, nas sociedades actuais emerge uma inversão desta lógica que faz com que o risco provocado pelo homem adquira maior importância do que os próprios riscos naturais, ou seja, o homem preocupa-se menos com o que a natureza pode fazer e mais com aquilo que fez à natureza. Essa importância é ainda maior quando as consequências desses riscos são ainda desconhecidas. Os riscos ambientais ligados ao aquecimento global são um bom exemplo dessa preocupação. Nas sociedades actuais os riscos tecnológicos coexistem com os riscos ditos tradicionais (fome, doenças, más colheitas, inundações, etc), que grassam nos países mais pobres. “À medida que o risco provocado pelo homem se expandem, o risco torna-se mais «arriscado»” (Giddens, 2000: 37).

Parece então que as características do risco nos remetem para um mundo onde a incerteza reina. No entanto, Giddens alerta-nos ainda para a necessidade de não encararmos o risco como um factor inteiramente negativo, pois a aceitação dos riscos é um dos elementos fundamentais para que possamos ter uma economia dinâmica e uma sociedade inovadora. “Ao cabo e ao resto, uma das raízes da palavra «risco», no português original levou à criação de outra palavra que também significa «ousar».” (Giddens, 2000: 43).

2.4 A abordagem sistémica do risco

Luhmann foi um dos precursores da abordagem sistémica sobre o risco. Na sua obra “Risk: A Sociological Theory” (1993), aborda os riscos sistémicos ao nível macro, embora, aborde também os comportamentos arriscados no interior das organizações, a um nível micro.

Luhman distingue os conceitos de risco *versus* perigo e de risco *versus* segurança. Para Luhmann (1993) a noção de risco depende essencialmente do modo como este é observado, e não das suas pressupostas características objectivas. Luhmann propõe uma distinção entre risco e perigo em que só devemos falar em perigo quando as consequências ou prejuízos de um determinado acontecimento ocorrerem de forma independente da nossa vontade. Quando falamos em risco, devemos partir do pressuposto de que determinados acontecimentos tiveram origem em decisões próprias. A mesma acção pode ser um risco para uns e um perigo para os outros. Luhmann dá o exemplo de quem fuma, ao fumarmos assumimos o risco de contrair cancro, para os que não fumam o cancro continua a ser um perigo. Outro exemplo é o daqueles que assumem o risco de morrer na estrada quando conduzem a alta velocidade. Por sua vez, este comportamento é um perigo para os outros condutores e peões. Assim, o autor distingue o dano hipotético de determinados acontecimentos, que podem ter como causa as próprias acções conscientes (risco) e o dano hipotético por acção dos outros, da natureza, ou outras causas, que a pessoa não possa controlar (perigo). Apesar desta distinção, Luhmann não pode evitar reconhecer que ambos os conceitos (risco e perigo) estão interligados. Luhmann dedica-se também à questão da contingência, o mundo é visto como um espaço de contingência que precisa de ser organizado de modo a se tornar passível de ser gerido. A contingência denomina algo que não é necessário, nem impossível. Os aspectos contingentes da modernidade dependem de dimensões psicossociais, isto porque existe uma crença numa certa invulnerabilidade individual perante os acontecimentos negativos. “Para Luhmann, confiamos nesta premissa e, simultaneamente, negligenciamos certos tipos de riscos, porque não temos alternativas a esta situação, pois caso contrário, só nos restaria viver num mundo de permanente incerteza, ansiedade e instabilidade emocional.” (Areosa, 2008: 9). E esta questão remete-nos para um dos problemas da moderna teoria do risco: como é possível a tomada de decisões perante a incerteza? Na abordagem sistémica, existe uma partilha do conhecimento entre grupos e instituições através da comunicação. Na perspectiva de Luhmann, mesmo o aumento de conhecimento não é uma garantia da transformação do risco em segurança.

Na abordagem sistémica o risco é definido como uma ou mais condições de uma variável que possuem potencial suficiente para interromper um sistema, quer isto signifique a sua degradação completa, ou o desvio das metas preestabelecidas em termos de produção, ou ainda a implicação do aumento dos recursos referentes a pessoal, equipamentos, instalações, materiais ou meios financeiros. A dimensão temporal é também importante na abordagem

sistémica, pois estando o risco ligado aos processos de decisão, estes só podem ser realizados no presente. O risco torna-se assim uma forma de projectar possibilidades no presente sobre o futuro. Para Luhmann, o cálculo do risco implica uma sequência temporal de eventos: "first this, then that. Thus it is at all events a calculation in terms of time." (Luhmann, 1993:11). Na perspectiva sistémica o risco não pode ser entendido como um meio que permite reprogramar o interior dos diversos subsistemas da sociedade, evitando uma eventual crise do próprio sistema.

2.5 Psicopatologia do trabalho

Christophe Dejours (1991), é um dos autores ligados à Psicopatologia do trabalho. Esta é uma disciplina clínica que se interessa pelo estudo dos efeitos negativos do trabalho sobre a saúde mental dos trabalhadores, a análise dos seus discursos, bem como dos seus comportamentos, são essenciais nos estudos realizados em várias indústrias. Nesta disciplina, é habitual a descrição dos efeitos nefastos sobre o corpo que resultem da exposição a riscos, como o ruído, químicos, radiações ionizantes, eléctricos, etc. Outros aspectos também importantes nestes estudos são a organização do trabalho e as condições de trabalho. A questão que Dejours coloca é a seguinte: será que a exposição a estes riscos implica só efeitos sobre o corpo ou também pode resultar em problemas psíquicos? Para Dejours a resposta é evidente: o trabalho moderno, pelo seu conteúdo e organização, impõe comportamentos estereotipados, que pressupõem uma sujeição do corpo que só é alcançável através da submissão da personalidade. Assim, a divisão do trabalho e o seu carácter rígido e autoritário, põem em risco a saúde mental dos trabalhadores. O sofrimento começa quando a relação entre homem e organização do trabalho está bloqueada, ou seja, o trabalhador usou todas as suas capacidades e o seu saber, mas quando quer expandir as suas capacidades, a natureza das tarefas que ele realiza, vazias de conteúdo significativo, limitam-lhe essa sua pretensão. "*A certeza de que o nível atingido de insatisfação não pode mais diminuir marca o começo do sofrimento*". (Dejours, 1991:52). O sofrimento pode também resultar da insatisfação provocada pelo conteúdo ergonómico do trabalho. "De uma relação desarmoniosa entre o conteúdo ergonómico do trabalho (exigências físicas, químicas, biológicas) e a estrutura da personalidade pode emergir uma insatisfação e, correlativamente, um sofrimento *que são de natureza mental e não física*" (Dejours, 1991:52). Dejours sublinha que existe uma espécie de

edifício estratificado de prejuízos hierarquizados. Por exemplo, quando se faz desaparecer através duma intervenção ergonómica certo sintoma como uma lombalgia, que estaria no alto dessa pirâmide, poderemos fazer aparecer outros sintomas de um nível inferior e assim sucessivamente. Por outro lado, "...a intervenção ergonómica não atinge a situação de trabalho em profundidade pois ela permanece aquém da organização do trabalho" (Dejours, 1991:56). Ou seja, a correcção ergonómica por vezes pode ser irrisória perante outras exigências organizacionais. Porém, existem profissões onde as condições de trabalho são terríveis e, no entanto, bem toleradas, como é o caso dos pilotos de aviação militar (pilotos de caças). Assim, a vivência subjectiva dos trabalhadores sobre as condições de trabalho é muito importante, e por isso nem sempre as melhorias objectivas dessas condições trazem uma melhoria de bem-estar dos trabalhadores.

O medo é outra das dimensões da vivência dos trabalhadores apontada por Dejours. Os seus estudos sugerem que os operários vivem continuamente com medo. Nas indústrias de processos petroquímicos é corrente observar comportamentos, atitudes, silêncios, discursos obrigatórios, tabus, que formam um todo coerente ao qual Dejours dá o nome de ideologia defensiva da profissão. O medo não é forçosamente perceptível nos discursos dos trabalhadores, mas é facilmente compreendido através do comportamento atitudes e discursos incompreensíveis dos mesmos. Estudos mostram que um número impressionante de trabalhadores das petroquímicas consomem medicamentos psicotrópicos, tranquilizantes, anti-depressivos. Os medicamentos são utilizados para poderem dormir e para estimular a atenção durante o trabalho, na perspectiva de Dejours, e acima de tudo são uma tentativa desesperada de ultrapassarem o medo. O consumo de álcool e café em excesso, também são frequentes durante o dia de trabalho. No trabalho de Granjo (2004) podemos também verificar muitos destes comportamentos, nos operários da refinaria de Sines. No entanto, este autor salienta que um tal consumo surge e cresce em função dos ritmos de trabalho em regime de turnos (certos efeitos físicos são suficientes para o explicar) e, conseqüentemente, nas fases de carreira em que os perigos são mais banalizados pelos trabalhadores e, por efeito das promoções, tendem a estar mais distantes no espaço. Granjo questiona, por isso, em que medida não será abusiva e tendencialmente tautológica uma postura analítica que se baseia no pressuposto da centralidade do medo e que legitima esta através da interpretação das atitudes de relacionamento com o perigo, ou com expressões de medo (quando o receio ou a cautela são detectáveis), ou como sublimações do medo (quando o contradizem). Questiona afinal, em que medida será essa postura diferente de considerar que um automobilista que abranda

antes de um cruzamento o faz por estar aterrorizado, e não por mera cautela ou hábito adquirido, enquanto que outro que tenha um comportamento desajustado ou arriscado nas mesmas circunstâncias, o fará por mecanismo de sublimação.

Independentemente dessa crítica dever-se-á salientar que Dejours defende que o medo pode ter efeitos prejudiciais na saúde mental dos trabalhadores. No entanto é útil para a segurança e a produtividade, mantém uma tensão canalizada para um certo espírito de segurança, em que a negligência de cada um pode levar a consequências graves para todos. O medo é assim uma forma de assegurar a segurança, pois o colectivo une-se através do medo, Dejours chama a este comportamento, defesas colectivas do trabalho ou seja, activação do medo à qual sucede um reforço de ideologias defensivas da profissão podendo ir até a rejeição nas normas de segurança.

Uma das conclusões de Dejours é a de que o sofrimento mental dos trabalhadores é útil à produção e que por isso os aspectos económicos se sobrepõem ao bem-estar humano e à justiça social.” A erosão da vida mental individual dos trabalhadores é útil para a implantação de um comportamento condicionado favorável à produção. O sofrimento mental aparece como intermediário necessário à submissão do corpo” (Dejours, 1991:96). Para Dejours é fundamental encontrar soluções que permitam por fim à desestruturação dos homens pelo trabalho.

2.6 Percepção de risco

Duas teorias dominam o campo da percepção do risco: o paradigma psicométrico desenvolvido pela psicologia e ciências de decisão e a teoria cultural, pela sociologia e antropologia. O paradigma psicométrico assume que o risco é subjectivamente definido pelos indivíduos que podem ser influenciados por factores psicológicos, sociais e culturais. Este paradigma defende que com os instrumentos apropriados, muitos desses factores podem ser quantificados. De acordo com este paradigma o risco pode ser entendido em função das propriedades de risco do objecto, (Sjöberg, 1996) in (Rundmo, 2004:14) existindo certas marcas nos objectos que fazem as pessoas pensarem neles como objectos de risco ou não risco.

O conceito percepção do risco, aparece nos anos 60 do séc. XX, quando vários estudos revelam que a percepção pública de riscos se encontrava em oposição com a tecnologia,

sobretudo com a nuclear. A percepção de riscos começou a ser vista como um obstáculo às decisões racionais porque as pessoas tendem a ver, de acordo com os especialistas, riscos onde eles não existem. As pessoas acreditam que estão sujeitas a riscos maiores do que no passado (um exemplo é a estigmatização da energia nuclear e tecnologias químicas) por isso se torna cada vez mais difícil, se não impossível, encontrar localidades onde as populações aí residentes estejam dispostas a receber resíduos radioactivos ou incineradoras de lixo. Assim, as percepções das pessoas são cada vez mais importantes e determinantes para as prioridades legislativas. Por este motivo, a prática de avaliação de riscos aumentou durante o séc. XX porque os gestores de risco nos governos e indústrias sentiram necessidade de desenvolverem formas de responder às aspirações do público por um ambiente mais limpo e saudável. No entanto, vários estudos sobre a percepção de riscos concluem que por vezes é enorme a discrepância entre a avaliação de riscos realizada por peritos e a percepção do público. Os críticos das percepções públicas defendem que existe uma dicotomia entre os peritos e público. Os peritos caracterizam as suas avaliações como objectivas, analíticas, sábias e racionais, baseadas nos riscos reais, enquanto que o público baseia as suas percepções de risco na subjectividade a partir de dimensões hipotéticas, emocionais, irracionais e ignorantes. Este conflito sobre as questões de gestão do risco pode ser visto como uma profunda crise na confiança nos gestores científicos e governamentais no que diz respeito às novas tecnologias, consideradas menos seguras pelo público. Slovic defende a necessidade de uma nova perspectiva, pois, vários estudos demonstram que as preocupações do público não podem simplesmente ser acusadas de ignorância ou irracionalidade. Em vez disso, a pesquisa demonstrou que muitas das reacções do público ao risco podem ser atribuídas a uma sensibilidade para as qualidades dos perigos (técnicas, sociais e psicológicas) que não estão bem modeladas nas avaliações de risco técnicas, ou seja, os não peritos avaliam o risco de uma forma mais intuitiva.

Nesta nova perspectiva, será necessária uma nova definição de risco e uma nova abordagem à gestão do risco (Slovic, 1998), pois a concepção dominante vê o risco como a possibilidade de lesões, danos ou perdas. As probabilidades e consequências dos eventos adversos são assumidas como sendo produzidas por processos físicos e naturais que podem ser objectivamente quantificados através da avaliação de riscos. A grande maioria das ciências sociais rejeita esta concepção argumentando que em vez de objectivo o risco é inteiramente subjectivo. “In this view, risk does not exist “out there”, independent of our minds and cultures, waiting to be measured. Instead, human beings have invented the concept *risk* to

help them understand and cope with the dangers and uncertainties of life. Although these dangers are real, there is no such thing as “real risk” or “objective risk” (Slovic, 1998:74). Granjo corrobora esta visão “...a noção probabilística de «risco» pode criar novos perigos, devido à falsa sensação de controle sobre o aleatório e às atitudes temerárias que induz e legitima” (Granjo, 2006: 1176). Para Slovic, existe um conflito derivado à multidimensionalidade dos riscos e suas definições. As dimensões do risco para os não peritos são incerteza, terror, catástrofe potencial, risco para as gerações futuras, enquanto para os peritos o risco é visto como sinónimo de mortalidade esperada. Para Slovic (1998) existem múltiplas concepções de risco, não existindo características universais para o caracterizar; a caracterização depende de onde se desenrola o risco e do próprio risco em si. Assim, Slovic considera que as múltiplas dimensões do risco do público e os seus valores devem ser consideradas nas políticas de decisão sobre o risco.

Segundo Sjöberg (1999), os peritos nas suas avaliações tomam mais em consideração as probabilidades e o público as consequências. Este autor aponta três razões principais para as diferenças entre peritos e público, no que diz respeito ao risco percebido são elas: o género, educação e idade; existindo ainda outros factores importantes, que contribuem para essas diferenças: a aprendizagem escolar, socialização de valores, percepção de riscos, treino profissional, familiaridade com os riscos, ideologia política. Outro factor também importante é o facto de alguns peritos terem como papel profissional proteger o público, como é o caso dos médicos, bombeiros, etc. Para Sjöberg a desconfiança que existe no público em relação aos peritos deve-se à falta de consenso entre estes últimos. Essa falta de acordo entre os peritos leva à desconfiança do público, já que nem todos podem estar certos. Por outro lado, os riscos são difíceis de medir e estimar; assim quando um perito diz que o risco é pequeno, ficamos sem saber o quão pequeno ele é. Em alguns casos os peritos desencorajam certos hábitos como o de beber ou fumar. Algumas pessoas têm em conta os avisos, outros, a grande maioria, ignora-os; estão convencidos de que é um risco para os outros e não para eles. Existe então uma tendência para a negação dos riscos pessoais, os riscos são grandes para os outros mas pequenos para eles, (Sjöberg, 1999:4). Por exemplo, Gregersen (1996) in Rundmo (2000) mostrou que os condutores novos sobrestimam as suas capacidades de condução e que a maioria das pessoas se vê como melhor condutora do que a maioria dos condutores.

De acordo com Mckema (1993) in Rundmo (2000) as pessoas estimam que estão sujeitas a menores riscos do que os seus pares. A isto chama-se optimismo irrealista, ou seja uma ilusão de controlo sobre o risco. De acordo com Mckema, nas pessoas que assistiram ou tiveram um

acidente o optimismo irrealista é fraco ou pode-se converter em pessimismo irrealista, o que indica que o pessimismo está relacionado com outros factores além da experiência.

Para Rundmo (2000) é importante estudar as percepções de risco porque estas podem afectar o comportamento de risco e também a probabilidade de sofrer acidentes e injúrias à saúde. Rundmo, defende que seria mais interessante explicar como é que na maioria das vezes conseguimos evitar os acidentes, ao contrário do que normalmente é feito por várias teorias, que tentam explicar porque é que os acidentes ocorrem. Rundmo (1996) estabelece uma relação entre percepção, comportamento de risco e acidentes “However the associations between risk perception, risk behaviour and injury experience are complex. There are at least three different approaches to these associations: Accidents may cause risk perception; Risk perception may cause accidents; Risk perception and accidents/safety are both endogenous variables: risk perception and accidents can both be effect variables which are independent of each other” (Rundmo, 1996:200). Fischhoff, Slovic, Lichtenstein, Read e Combs (2000) in (Rundmo, 2004:12), sugeriram nove propriedades gerais de actividades ou tecnologias importantes para o julgamento subjectivo do risco: 1-voluntariedade do risco; 2- iminência do risco; 3-conhecimento do risco pela pessoa exposta a uma fonte de risco potencialmente perigosa; 4-conhecimento do risco pela ciência; 5-controlo sobre o risco; 6-novidade/novos e inovadores ou antigos e familiares riscos; 7- risco catastrófico pode matar um grande número de pessoas de uma só vez; 8- risco comum, as pessoas já aprenderam a viver com ele e podem pensar sobre o risco razoavelmente e calmamente ou é um risco pavoroso que as pessoas sentem terror, 9- severidade das consequências, quando o risco da actividade se realiza na forma de uma peripécia/doença que é provável que a consequência seja fatal. O grau em que estes factores estão relacionados com actividades ou tecnologias potencialmente perigosas determina os julgamentos das pessoas. Palma-Oliveira (2005) por sua vez, indica oito factores relevantes na percepção de risco: 1-Conhecimento: nível de conhecimento que a sociedade possui relativamente à tecnologia a implementar; 2-Novidade: período de tempo de conhecimento de determinada tecnologia apresentada pela sociedade, e à experiência relativa da mesma; 3-Grau de exposição voluntária: grau de escolha do indivíduo para se expor, ou evitar expor a determinado risco real, ou percebido; 4-Controle: grau de controlo que a pessoa detém para dominar a vulnerabilidade a determinado risco; 5-Ameaça: grau em que o indivíduo é ameaçado por determinado risco; 6-Potencial catastrófico: nível de dano potencial das consequências que podem advir de determinada tecnologia ou acontecimento; 7-Equidade: justiça da distribuição de prejuízos e benefícios pelos indivíduos; 8-Saliência:

estímulos que se tornam mais salientes em termos dos aspectos da envolvente que são perceptíveis para o indivíduo (quer porque associados a uma componente perceptiva visual, auditiva ou olfactiva; quer porque são habitualmente mais mencionados e por isso se tornam mais acessíveis em termos de memória).

Podemos assim dizer que a forma como os vários tipos de riscos são analisados, percebidos e geridos no mundo social é diversificada e depende do tipo de conhecimento que os diferentes actores sociais são possuidores “As estimativas de risco dos peritos tendem a basear-se unicamente na taxa de mortalidade, enquanto a população utiliza como referência outros factores (Palma-Oliveira, 1996; Lima 1995). Podemos assim considerar a avaliação de risco da população como mais abrangente e menos robusta cientificamente, na medida que 1) é baseada numa definição de risco mais lata, ou que envolve maior diversidade de factores; 2) é mais susceptível de sofrer alguns enviesamentos cognitivos, decorrentes do habitual processamento de informação, e 3) é susceptível de ser influenciada socialmente.” Palma-Oliveira (2005).

Assim, os riscos “objectivos” surgem associados à visão dos peritos e especialistas e têm por base os seus conhecimentos técnicos e científicos. Os riscos “subjectivos” aparecem ligados às percepções do público leigo, não especializado ou ao senso comum. De seguida falaremos da importância que a percepção de riscos assume para a gestão dos riscos em contexto laboral.

2.6.1 Percepções de riscos dos trabalhadores

Os acidentes de trabalho constituem um grave problema nas sociedades actuais, com consequências quer a nível social, quer a nível económico. Vários estudos na área da prevenção dos acidentes de trabalho têm vindo a chamar a atenção para o papel dos factores humanos e de gestão ao nível da segurança organizacional. Estes estudos têm sugerido que factores sociais, organizacionais e de grupo (percepções de risco) têm um papel determinante na explicação dos comportamentos de segurança e na prevenção dos acidentes (Lima 1999; Zohar, 2003) in Lima (2005). Neste sentido os estudos revelam que quanto maior é a percepção do risco menores são os comportamentos de risco e maiores os de segurança.

As percepções de risco laborais dizem respeito à visão dos trabalhadores sobre os riscos aos quais estão expostos diariamente, durante o seu trabalho, ou seja é uma interpretação de uma realidade organizacional pelos indivíduos que aí trabalham. Estas percepções de risco são construídas a partir das experiências vividas nos locais de trabalho. Este não é um processo

individual, pois o reconhecimento e identificação dos riscos são realizados dentro de quadros socialmente produzidos “...são mesmo objecto de uma deliberada transmissão e reprodução social.” (Granjo, 2004: 131). Quando estes riscos são reconhecidos e identificados, passam a ser representados e valorados. Podem então tornar-se importantes ou desvalorizados pelos trabalhadores. “...a percepção e valoração dos perigos não só constitui uma componente da sua manipulação social, como é dela que decorrem, em última instância e de forma multiplamente mediatizada, os mecanismos sociais de limitação e potenciação do perigo laboral”, (Granjo, 2004: 132). No entanto, cada trabalhador interpreta a realidade de forma diferente, assim indivíduos com a mesma categoria profissional podem perceber os riscos a que estão sujeitos de formas muito diferentes. A percepção de riscos no trabalho é então a forma como os trabalhadores percebem as ameaças laborais. “As percepções de riscos tendem a ser heterogéneas, sendo, por vezes caracterizadas por formas de entendimento distintas ou mesmo antagónicas; são historicamente variáveis no tempo e no espaço (contexto) e, regra geral, não dependem, exclusivamente, de uma única fonte durante a sua formulação, visto serem normalmente construídas através de múltiplos factores.” (Areosa, 2007:4). Embora, as percepções de risco dos trabalhadores possam sofrer enviesamentos e as suas visões possam não representar a realidade organizacional, uma coisa parece ser certa: as percepções de risco dos trabalhadores, são para eles próprios reais e objectivas e por isso eles actuarão segundo essas percepções. Uma perspectiva que não é, afinal, diferente daquela que os especialistas têm em relação às suas análises de risco.

A percepção de riscos é entendida pela maioria dos autores como a forma que os não especialistas, compreendem os diversos fenómenos ligados ao risco. Podemos definir o risco percebido como o “conjunto das crenças, atitudes, avaliações e sentimentos das pessoas acerca das situações de perigo e dos riscos a elas associadas”. (Pidgeon et al., 1992) in Lima (1999:381). Podemos então dizer, que os trabalhadores percebem os riscos no seu local de trabalho de forma diferente dos especialistas e dos peritos (que normalmente utilizam análises quantitativas), fazendo uma avaliação qualitativa que pode ter um maior ou menor grau de subjectividade. Isto não quer dizer que a sua avaliação seja pior nem melhor do que as dos especialistas, é apenas diferente, baseada em critérios diferentes. Para Lima (1989) o risco subjectivo, ou percepção de risco, é constituída pelas estimativas intuitivas de risco feitas pelos indivíduos, ou seja, é interpretação subjectiva da probabilidade de ser vítima de um acidente de trabalho. No entanto, existem certos tipos de riscos difíceis de identificar, tendo aqui o conhecimento científico um papel primordial na identificação desses riscos e definição

da sua gravidade e consequências. “É verdade que os riscos demasiados técnicos são, normalmente, ilegíveis ou invisíveis para o senso comum, isto é, existe uma natural falta de competência técnica dos actores leigos para avaliar determinados riscos - aquilo que designamos *como iliteracia pública para avaliação de certos riscos.*” (Areosa, 2007a:131). Assim, tendo os riscos esta complexidade, Adams e Thompson (2002) em Areosa (2007b:1236) definem três grandes categorias sobre a forma como podemos distinguir o risco: Riscos percebidos directamente; Riscos percebidos através da ciência; Riscos virtuais.

Para Rundmo (1996) as pessoas que se sentem inseguras têm mais acidentes do que as que se sentem seguras. A percepção de risco é assim importante para a segurança em contextos laborais, porque afecta os comportamentos das pessoas e o comportamento pode exercer influência na probabilidade de ocorrência de acidentes. Segundo Rundmo, as pessoas nos seus locais de trabalho são grandemente influenciadas pelas condições de trabalho; quando estas condições são consideradas/julgadas como insatisfatórias, as pessoas sabem que a probabilidade de sofrer um acidente aumenta e consequentemente sentem-se inseguras. “When a employee feels at risk he or she also is at risk” (Rundmo, 1996:208). Quando isto acontece, o risco pode ser mal avaliado e causar comportamentos de risco ou decisões inapropriadas que podem conduzir a acidentes laborais ou mesmo a catástrofes.

Para Lima (1990), existem alguns factores que influenciam a identificação dos sinais de perigo no ambiente, que são os seguintes: a) Condição física do trabalhador; b) A fadiga, doença, álcool, drogas, modificam as condições de percepção e afectam a detecção de sinais de perigo; c) Existem perigos no ambiente de trabalho que não são detectáveis. As radiações, electricidade, determinados gases não são detectáveis pelos instrumentos sensoriais humanos e precisam de estar assinalados; d) Quando existem, os sinais de aviso podem não ser detectados. Isto pode dever-se a um mecanismo de habituação dos indivíduos aos estímulos de perigo (perdendo estes o seu valor de sinal) ou mesmo à impossibilidade de os perceberem (por estarem a trabalhar em condições de muito ruído ou de muito fumo, ou por terem colocado auriculares que impedem ouvir uma sirene de aviso; e) Mesmo que sejam detectados os sinais de perigo a importância que lhes é dada depende em grande parte de factores sociais. A mera presença de outros a realizarem um trabalho semelhante leva a que os indivíduos categorizem a situação não perigosa e a coesão grupal em grupos em que a norma é a negligência ou o desprezo por regras de segurança modificam a importância dada à identificação dos sinais de aviso.

Lima, defende que os estudos da percepção de riscos para a população em geral não podem ser directamente transpostos para percepção de risco nas organizações. Porém, “Estes estudos mostram que a forma como o risco é percebido no contexto de trabalho é em muitos aspectos semelhante à forma como ela é pensada em contextos mais gerais.” (Lima, 1999:381). Assim sendo, passamos a indicar no quadro nº 1 vários aspectos da percepção de riscos para a população em geral que poderão ser semelhantes para o contexto organizacional. Todos os itens aqui apresentados foram encontrados na literatura consultada no âmbito desta temática.

Quadro nº 1: Aspectos da percepção de riscos para a população em geral que poderão ser semelhantes para o contexto organizacional.

Aspectos da percepção de riscos para a população em geral
Os riscos menos conhecidos tendem a ser sobreavaliados
Discrepância entre avaliação de riscos realizada por peritos e a percepção de riscos por parte do público.
As pessoas utilizam estratégias que lhes permitem viver na incerteza
O conceito risco significa diferentes coisas para diferentes pessoas
As pessoas estão dispostas a tolerar mais riscos para actividades que lhes tragam maiores benefícios
É importante a formação e informação sobre os riscos
A maioria das pessoas acredita que os acidentes só acontecem aos outros
Tendência para a negação dos riscos pessoais, as pessoas estimam que estão sujeitas a menores riscos do que os seus pares, os riscos são grandes para os outros mas pequenos para eles
Necessidade de participação na gestão dos riscos, daqueles que vivenciam e se encontram expostos aos riscos no seu dia-a-dia
Diminuição do risco percebido como resultado da exposição continuada a situações de perigo
Os acidentes podem alterar as percepções de riscos
Situações familiares, que são as formas mais comuns de acidentes na sociedade, são subavaliadas enquanto que as situações menos familiares são sobreavaliadas
A percepção de controlo sobre as situações de ameaça diminui a preocupação com os riscos
Idade, género e habilitações, personalidade, hábitos, poder, estatuto, valores, crenças, são características pessoais que podem influenciar as percepções de risco
Quando os efeitos dos riscos são pouco visíveis, lentos e desfasados do tempo podem reduzir a percepção de riscos
Factores de ordem social, económica ou organizacional podem influenciar a percepção de riscos

As percepções de riscos em contexto organizacional estão, como podemos ver, dependentes de vários factores e são uma dimensão importante para a segurança no trabalho pois permitem saber qual o conhecimento que os trabalhadores têm sobre os riscos no seu local de trabalho. Muitas organizações optam pelas análises de risco quantitativas realizadas por técnicos, onde os trabalhadores não são chamados a participar sendo deste modo desperdiçada a sua experiência e conhecimentos “A assunção desse recurso enfrenta potenciais resistências do poder tecnocrático, pois fragilizaria as suas bases de legitimação ao desmitificar, simultaneamente, a exequibilidade do controlo técnico sobre o risco e promover o papel dos trabalhadores, da experiência e dos saberes profissionais na segurança, diminuindo a “divinização” dos saberes técnicos académicos” (Granjo, 1998:88).” Assim, parece-nos que o estudo, conhecimento e aceitação das percepções de risco dos trabalhadores como válidas, poderá melhorar a gestão de riscos e da segurança no trabalho e possivelmente será também uma forma de reduzir os acidentes laborais.

3 A gestão do risco no trabalho e sua prevenção

Os riscos no trabalho estão normalmente associados aos efeitos adversos que o trabalho como actividade pode provocar na saúde humana. O conceito de risco em contexto laboral pressupõe a interacção da pessoa com a componente do trabalho susceptível de provocar o dano. Esta noção evidencia, a diferença do conceito de risco no trabalho face ao conceito de perigo no trabalho, que se relaciona com a propriedade ou capacidade intrínseca de um componente do trabalho potencialmente causador de danos. Podemos encontrar uma definição, quanto a nós mais abrangente de (Meleiro: 1985) in (Areosa 2005:12) em que o risco é entendido da seguinte forma:” Entendemos então, por riscos no trabalho, qualquer ameaça para a integridade física ou psíquica do trabalhador resultante de um desvio, ainda que mínimo, daquilo que se considere como trabalho normal”.

Os riscos no trabalho estão em constante evolução, eles dependem do trabalho em si, da tecnologia utilizada para realizar esse trabalho, da organização do trabalho, do tempo histórico, da própria sociedade e dos seus conhecimentos sobre os riscos. Os dias que hoje vivemos fazem emergir, de modo crescente e acelerado, alterações profundas no modo de produzir, trocar e consumir e de viver. As tendências actuais na sociedade e na organização do trabalho estão a criar novos riscos laborais, que colocam novas exigências a todos os

actores envolvidos nas questões relacionadas com a segurança e saúde no trabalho (parceiros sociais, investigadores, etc.). Os riscos resultantes de todas as actividades reconhecidas como trabalho, são tão numerosos que se torna quase, ou mesmo impossível, enumerá-los. Para tornar ainda mais complexa esta pretensão, muitas situações de risco no trabalho são específicas para determinada actividade e muitas só se verificam em situações excepcionais, desfasadas no tempo.

O ser humano tem a capacidade para sentir e evitar os ambientes nocivos e de aprender com as experiências do passado. Esta habilidade permite-lhe também determinar a probabilidade de vir a sofrer efeitos adversos, da exposição a esses ambientes. Parece-nos que esta constatação também se pode aplicar ao contexto laboral, já que vários autores reconhecem esta capacidade, designando-a por conhecimento leigo. Este tipo de conhecimento não requer métodos complexos, nem a interferência dos chamados peritos ou especialistas, é um conhecimento que se baseia nas percepções. No entanto, e apesar do reconhecimento da grande importância deste tipo de conhecimento para a gestão do risco no trabalho, por si só, pode não ser suficiente para uma gestão do risco eficaz, que previna, reduza ou elimine os riscos no trabalho. A prevenção deve incluir métodos e técnicas que permitam avaliações rigorosas das situações de risco, para todas as actividades da empresa e para todas as categorias profissionais. A gestão do risco, ou *risk management* não está generalizada nas organizações portuguesas e a avaliação dos riscos e controlo dos mesmos passa habitualmente para segundo plano nas estratégias empresariais, o que inevitavelmente se traduz na precarização das condições de trabalho dos trabalhadores.

Em Portugal, no início do século XIX, verificaram-se desenvolvimentos legislativos e inspectivos, no que diz respeito à segurança no trabalho. Mas só na primeira metade do século XX surge um avanço na legislação dirigida à segurança no trabalho. No entanto, só no início da década de 90 se verifica um forte desenvolvimento da política nacional global para a segurança, higiene e saúde do trabalho. Assim, destacamos: A Lei-Quadro de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (1991); o Acordo Social de Segurança, Higiene e Saúde do Trabalho (1991); Regime Jurídico de Enquadramento da Segurança, Higiene e Saúde do Trabalho (1991); reestruturação da Administração do Trabalho e criação do IDICT (1993); Regime Jurídico de Organização e Funcionamento das Actividades de Segurança, Higiene e Saúde do Trabalho. Nesta década, assiste-se a uma grande produção normativa, tendo em vista a transposição de diversas Directivas Comunitárias, como sejam as relativas a: locais de trabalho; equipamentos de trabalho; écrans de visualização; equipamentos de protecção

individual; movimentação manual de cargas; sinalização de segurança; estaleiros temporários ou móveis; navios de pesca; agentes biológicos; indústria extractiva. São ainda criados novos regimes relativos ao licenciamento industriais, aos acidentes industriais graves e à organização das actividades de segurança, segurança, higiene e saúde do trabalho nos serviços e organismos da Administração Pública. Em 1996, é celebrado entre o Governo e os Parceiros Sociais o acordo de Concertação Estratégica, que identifica o conjunto de medidas necessárias para o desenvolvimento efectivo da prevenção nos locais de trabalho. Ainda em 1996, é divulgado o Livro Verde sobre os Serviços de Prevenção nas empresas. Actualmente, existem três grandes eixos, na legislação Portuguesa no que diz respeito à gestão da segurança e saúde no trabalho: o Código do Trabalho (que transpõe a Directiva 89/391/CEE, a Lei-Quadro de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (Decreto-Lei nº 441/91, de 14 de Novembro) e o Decreto Lei 110/2000, de 30 de Junho, que estabelece o regime de certificação profissional dos técnicos de segurança e higiene no trabalho. Por força destes imperativos legais, as empresas portuguesas são obrigadas a organizar serviços de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. No entanto, quando o empregador não reúne as competências internas necessárias para a garantia da prevenção de riscos profissionais e promoção da vigilância da saúde dos trabalhadores, e desde que não esteja legalmente obrigado a organizar serviços internos, pode contratar outras entidades para a prestação de serviços externos de Segurança, Higiene e/ou Saúde no Trabalho. Estes serviços constituem um elemento determinante na prevenção de riscos profissionais e de promoção e vigilância da saúde dos trabalhadores. Sendo o tecido nacional constituído sobretudo por pequenas e médias empresas (PME), não é de estranhar que a maioria opte por contratar esses serviços a empresas externas. Esta questão, por si só, já levanta alguns problemas, pois é do conhecimento geral que as entidades autorizadas pelo Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (ISHST) são apenas 70, estando cerca de 400 entidades à espera de autorização para poderem desenvolver a sua actividade². Este facto parece assim ser um dado relevante, pois muito dificilmente as organizações com menor capacidade financeira terão acesso a serviços de qualidade, o que consequentemente terá repercussões ao nível das condições de trabalho dos trabalhadores.

Uma das funções essenciais dos serviços de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (internos ou externos) é a análise e avaliação de riscos. Estas são ferramentas indispensáveis para a gestão do risco. A análise de riscos permite identificar o perigo, os trabalhadores

² Fonte: ISHST 2008

expostos e estimar os riscos identificados. A avaliação de riscos é um processo de estimativa de grandeza do risco e da decisão sobre a sua aceitabilidade (NP 4397: 2001). Sendo um processo dinâmico, deve evoluir em função das condições de trabalho, acompanhando as investigações científicas na área dos riscos profissionais. Se o risco não for aceitável/tolerável, terão de ser implementadas acções de controlo de risco. “Ao processo conjunto de avaliação do risco e do controlo do risco chama-se gestão do risco que compreende a aplicação sistemática de políticas de gestão, procedimentos e práticas de trabalho para analisar, valorar e controlar o risco...” (Burriel Lluna, 1999:8) in (Roxo, 2004:40). Para que se consigam níveis aceitáveis de segurança no trabalho, devem ser estabelecidas práticas de prevenção nas organizações, quer para acidentes de trabalho, quer para doenças profissionais e ainda para doenças associadas ao trabalho. No entanto, a prevenção não é uma actividade simples e deve incluir métodos e técnicas que permitam avaliações rigorosas das situações de risco. Embora os tipos de riscos sejam muito variáveis de actividade para actividade, sabemos que o risco está presente em toda e qualquer actividade profissional. Aquilo que pode ser variável é o tipo de risco, o seu grau de probabilidade, bem como as suas consequências e gravidade. Para implementar uma efectiva política de prevenção não se pode actuar somente depois da ocorrência das situações de perigo (manifestação de doenças e/ou acidentes de trabalho), corrigindo falhas não detectadas, e deste modo conseguindo evitar a ocorrência de uma situação similar no futuro; deve-se, acima de tudo, conseguir eliminar ou, pelo menos minimizar, os riscos antes deles se transformarem em danos ou lesão pessoais. A meta a atingir pelas organizações deverá ser a de zero acidentes, mesmo sabendo que este é um objectivo utópico.

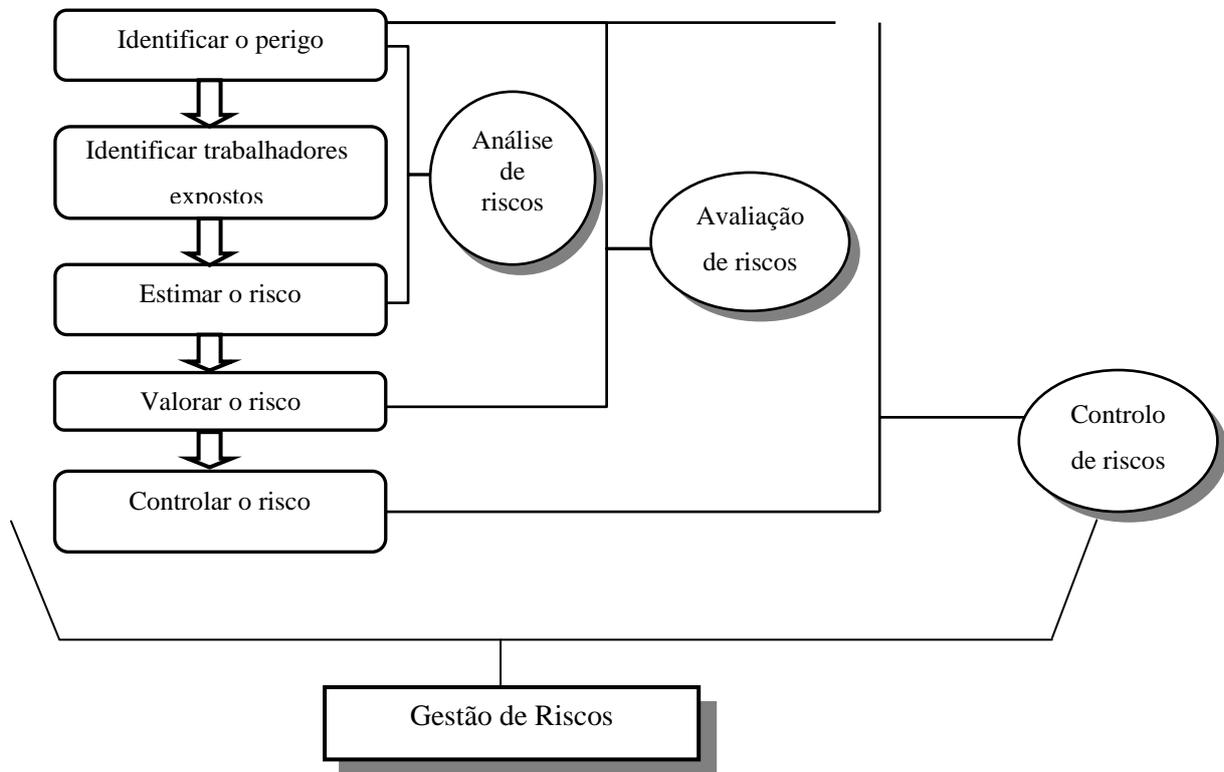
De acordo com a matriz metodológica legalmente configurada, no artigo 273.º do Cap. IV do Código do Trabalho são definidos nove princípios gerais de prevenção que passamos a destacar; Evitar os riscos; Avaliar os riscos não evitados; Combater os riscos na origem; Adaptar o trabalho ao homem (equipamentos, postos, métodos e processos de trabalho); Atender ao estágio de evolução da técnica; Substituir o que é perigoso pelo que é isento de perigo ou menos perigoso; Planificar a prevenção com um sistema coerente (técnica, organização, condições e ambiente de trabalho, relações sociais; Priorizar a protecção colectiva relativamente à protecção individual; Formar, informar e consultar.

3.1 Avaliação de riscos no posto de trabalho

A avaliação de riscos pode ser definida como um processo para detectar, identificar e quantificar os riscos para a saúde e segurança dos trabalhadores, considerando as diversas circunstâncias onde o perigo se encontra presente nos múltiplos locais de trabalho. Os processos de avaliação de riscos no trabalho devem ser concebidos como um exame sistemático em todas as vertentes do trabalho, visando a identificação de todos os factores que potencialmente poderão causar danos materiais e/ou lesões corporais. Esta prática metodológica deve estudar e verificar todas as possibilidades para a eliminação dos perigos e riscos mais significativos. O exercício de uma actividade de avaliação dos riscos é vista como um processo dinâmico que deve cobrir o conjunto das actividades da empresa, envolver todos os sectores e todos os domínios da actividade produtiva e acompanhar os seus momentos determinantes. “A natureza, a diversidade das situações de risco e, até, a sua extensão acarretam a constatação de que não há regras fixas que possam reger a actividade da avaliação de riscos. Contudo, tais constatações não afastam a necessidade de se dispor de um conjunto de princípios gerais orientadores da actividade de avaliação de riscos” (Roxo, 2004:109) que constam do Código de trabalho. A avaliação de riscos profissionais deve ser desenvolvida por profissionais portadores de credências que legitimem a sua actuação (técnicos superiores de SHST). Estes técnicos devem desenvolver as suas actividades de acordo com determinados princípios deontológicos, dos quais destacamos os seguintes, pela sua pertinência: *a)* Considerar a segurança e saúde dos trabalhadores como factores prioritários da sua intervenção; *b)* Informar o empregador, os trabalhadores e seus representantes, eleitos para a segurança, higiene e saúde no trabalho, sobre a existência de situações particularmente perigosas que requeiram uma intervenção imediata; *c)* Colaborar com os trabalhadores e os seus representantes, incrementando as suas capacidades de intervenção sobre os factores de risco profissional e as medidas de prevenção adequadas. (Decreto-Lei nº 110/2000).

Para Roxo a avaliação de riscos é um processo dinâmico que nos permite saber em que medida uma qualquer situação de trabalho é segura. Para que possamos obter esta informação o processo de avaliação compreende duas etapas fundamentais: a análise e a valoração do risco (figura 1), das quais falaremos de seguida.

Figura 1: Análise, Avaliação e Gestão do Risco Profissional.



Adaptado de Roxo; 2004

Como anteriormente afirmámos, os riscos resultantes das situações de trabalho são muito numerosos, e por isso, torna-se quase impossível enumerá-los. Como solução metodológica, vários autores apresentam modelos de categorização geral, das formas de risco mais comuns no trabalho. No nosso trabalho iremos utilizar um modelo preconizado por Areosa (2005), que apresentaremos no capítulo intitulado Metodologia, de modo a conseguir enquadrar uma tipologia macro de riscos no nosso estudo. Para Areosa (2005) nos processos de avaliação de riscos devem ser considerados alguns factores que poderão constituir como factores de agravamento, ampliando as consequências nocivas para os sujeitos expostos. Considerando-se os seguintes factores de agravamento:

Tempo de exposição - Quanto maior o tempo de exposição, maiores serão as probabilidades de ocorrer um acidente ou lesão;

Concentração ou intensidade dos agentes - Quanto maior a concentração ou intensidade dos agentes agressivos presentes, tanto maior a é possibilidade de danos para a saúde dos trabalhadores;

Características específicas dos agentes - As características específicas de cada agente também contribuem para a definição do seu potencial de agressividade / toxicidade.;

Susceptibilidade individual - A resposta do organismo a um determinado agente pode variar de indivíduo para indivíduo, portanto, este é um factor importante a ser considerado.

A gestão de riscos no trabalho é então um processo global e complexo, que deve ser adaptado às várias culturas organizacionais. Para isso, o conhecimento da organização é impriscindível para que se possam adaptar os modelos de gestão de riscos, de forma a alcançar os objectivos pretendidos. Uma gestão de riscos com resultados positivos numa organização pode não resultar noutra organização, mesmo que as organizações sejam em tudo semelhantes (tecnologias utilizadas, modos de produção etc.). Esta situação foi observada em vários estudos sobre petroquímicas situadas em pontos diferentes do globo. Outro ponto que nos parece importante é o facto de vários autores chamarem a atenção para a importância do envolvimento de todos os actores sociais numa determinada organização. Assim, parece-nos que a gestão de riscos, muitas vezes encarada como mais um custo para as organizações, poderá ser também uma oportunidade real de melhoria das condições de trabalho, do bem estar dos trabalhadores e da própria produtividade.

3.2 Segurança organizacional

Segundo vários autores, a segurança organizacional não é um conceito fácil nem unânime associando-se, com frequência, segurança à ausência de risco. Para Teresa D'Oliveira in (Gomes et al; 2006), a segurança organizacional pode ter dois tipos de abordagem: objectiva e subjectiva. A segurança organizacional objectiva pressupõe a existência de condições de trabalho seguras, sendo estas definidas pela legislação e regulamentação sectorial e organizacional, através das avaliações de riscos, formação, regras e procedimentos de

trabalho, avaliação de desempenho e pelos esforços de validação dos investimentos organizacionais em segurança. A segurança organizacional subjectiva diz respeito à construção social que os membros de uma organização fazem sobre aquilo que entendem ser a segurança no seu local de trabalho. Trata-se de um processo psicossociológico contínuo onde convergem diferentes tipos de influência (as crenças e valores pessoais, a supervisão, a gestão de topo). Embora os procedimentos de trabalho e o cumprimento de imperativos legais sejam importantes para a segurança organizacional, é também necessário ter em conta a interpretação que cada pessoa faz destes, a sua relevância e pertinência; ou seja, as organizações não se devem limitar a implementar a primeira abordagem (segurança organizacional objectiva), devem procurar avaliar o ambiente em que estão inseridas a nível geográfico e social, utilizando uma abordagem mais qualitativa, global e longitudinal para melhor captar estas duas facetas da segurança nas organizações. Podemos dizer que “...a segurança organizacional é uma construção social que fazemos acerca de um determinado contexto e condições de trabalho e dos perigos ou riscos que nele identificamos ou percebemos.” D’Oliveira in (Gomes et al; 2006:71). O risco pode ser definido de duas formas distintas: objectivo e subjectivo (Lima, 1989:326). O risco objectivo permite uma avaliação quantitativa dos perigos e da exposição a este, ou seja, é a combinação da probabilidade e das consequências da ocorrência de um determinado acontecimento perigoso. Por outro lado, o risco subjectivo é a avaliação subjectiva que é feita perante qualquer perigo ou risco e tomada de decisão sobre a sua aceitabilidade. Neste contexto, parece-nos importante clarificar o conceito de acidente “É acidente de trabalho o sinistro, entendido como acontecimento súbito e imprevisto, sofrido pelo trabalhador que se verifique no local e no tempo de trabalho.” (Decreto-Lei nº 99/2003, de 27 de Agosto, artigo 284). Em sentido lato, o acidente é um acontecimento não planeado no qual a acção ou a reacção de um objecto, substância, indivíduo ou radiação, resulta num dano pessoal ou na probabilidade de tal ocorrência. Este conceito surge como uma generalização da noção clássica de acidente, sendo também designado erradamente por incidente, que por sua vez é um acontecimento em que não ocorre qualquer dano para a saúde, ferimento, danos materiais ou qualquer outra perda. Alguns autores também o designam com um “quase acidente”.

Parte II

Metodologia utilizada na investigação

1 O modelo de pesquisa adoptado no terreno

A construção do nosso modelo de análise colocou como uma das hipóteses centrais as diferenças nas percepções de riscos entre os diferentes actores sociais. Uma das conclusões de vários estudos é a de que existem discrepâncias entre a avaliação de riscos realizada por peritos e a percepção de riscos por parte do público. Estudos em contexto laboral (Granjo:2004) mostram que poderão existir diferenças entre o risco percebido pelos técnicos (engenheiros) e pelos trabalhadores (operários).

Assim pareceu-nos interessante saber em que medida a percepção de riscos de uma determinada profissão numa empresa de transportes (Metropolitano de Lisboa, E.P.) seria convergente ou divergente da análise de riscos realizada por parte dos Técnicos de Segurança e Higiene no Trabalho (TSHT), do serviço interno dessa mesma empresa. Estes técnicos, ao contrário dos electromecânicos cuja percepção resulta do senso comum, utilizam uma metodologia que lhes permite detectar, identificar e quantificar os riscos para a saúde e segurança dos trabalhadores, considerando as diversas circunstâncias onde o perigo se encontra presente nos múltiplos locais de trabalho. Assim, parece-nos importante perceber se existem realmente diferenças e em que é que consistem essas diferenças. A um nível mais prático, este conhecimento pode ser um instrumento muito importante para uma melhoria das condições de segurança na própria empresa. Decidimos então utilizar os dados resultantes das avaliações de riscos realizadas pelos THST, através desses dados escolhemos a categoria profissional que nos pareceu corresponder aos critérios por nós criados: ter sido sujeita a uma avaliação de riscos nos últimos 5 anos e terem sido identificados riscos graves para essa mesma profissão através da avaliação de riscos. Optámos então pela categoria profissional “oficial electromecânico”, que correspondia a estes dois critérios.

Assim, depois de reunirmos com o Doutor Paulo Granjo, orientador deste trabalho, e de ouvir a sua opinião sobre qual o método mais adequado para recolha de informação, optámos por reunir informação através da observação participante realizada nas oficinas junto dos

electromecânicos e pela análise de documentos, principalmente as grelhas utilizadas na avaliação de riscos pelos Técnicos de Segurança e Higiene no Trabalho (TSHT) pertencentes ao serviço interno de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. Numa fase mais avançada da observação participante, detectámos nos discursos dos trabalhadores (electromecânicos) o que Freire (2001:332) designa como atitude *resignada* ou seja um conformismo da sua posição subordinada, “*nós unicamente executamos, eles não querem saber da nossa opinião*”. Por “eles” subentende-se, as chefias directas (mestres e contramestres), chefes de departamento e director coordenador. São então estes actores, aos olhos dos trabalhadores, que têm o poder de decidir sobre a organização do trabalho, condições de trabalho, uso de EPI's, entre outros factores que influenciam os riscos associados a estes trabalhadores. Sendo assim, pareceu-nos importante saber quais as percepções de risco destes actores e se os seus discursos representavam as práticas existentes nas oficinas e que nós vínhamos a acompanhar. Optámos então por aplicar entrevistas aos mestres e contramestres e aos chefes de departamento.

Como afirmámos anteriormente, os riscos resultantes das situações de trabalho são muito numerosos, por isso torna-se quase impossível enumerá-los. Como solução metodológica, vários autores apresentam modelos de categorização geral, das formas de risco mais comuns no trabalho. No nosso trabalho iremos utilizar um modelo preconizado por Areosa (2005), de modo a conseguir enquadrar uma tipologia macro de riscos no nosso estudo. Passemos então a apresentar este modelo que tenta abarcar as principais formas de risco no trabalho, elaborado a partir de nove grandes variáveis de risco, a saber: os riscos físicos, os riscos químicos, os riscos biológicos, os riscos ergonómicos, os riscos resultantes do meio e da organização do trabalho, os riscos resultantes dos equipamentos de trabalho, os riscos sociais de origem natural, os riscos sociais de origem humana ou tecnológica e, finalmente, os factores individuais de propensão para o acidente (quadro nº 2).

Quadro 2: Modelo de categorização de riscos no trabalho

Riscos físicos	Ruído Vibrações Electricidade Radiações ionizantes (RX) Radiações não ionizantes (soldadura, fotocópias, écran de computador)
Riscos químicos	Poeiras Fumos Vapores tóxicos Gases tóxicos Mistura de substâncias incompatíveis (explosão)
Riscos biológicos	Vírus (sarampo, rubéola, hepatite) Bactérias (pneumonia) Protozoários (malária, amebíase) Fungos (micoses) Bacilos (carbúnculo, tétano, tuberculose)
Riscos ergonómicos	Esforço físico Levantamento e/ou transporte manual de cargas Postura inadequada para determinada actividade Ritmos elevados de trabalho Trabalho nocturno e por turnos rotativos Jornadas de trabalho longas (horas extraordinárias) Monotonia e repetitividade de funções (fadiga e stress)
Riscos resultantes do meio e da organização do trabalho	Temperatura (frio /calor) – Nível de conforto térmico Humidade relativa (alta ou baixa) Pressões anormais Ventilação e/ou renovação do ar insuficiente Má qualidade do ar interior nas instalações Quedas / escorregadelas / tropeções Iluminação deficiente Armazenagem inadequada de produtos Incêndio / queimaduras de diferentes graus e de origem diversa Colisão com materiais ou equipamentos Queda de materiais Formação insuficiente ou inadequada dos trabalhadores
Riscos resultantes dos equipamentos de trabalho	Máquinas sem protecção Ferramentas defeituosas Intrusão de materiais estranhos ao corpo (projecção de limalhas para vista, etc.) Lesões corporais diversas provocadas por equipamentos e máquinas Utilização inadequada de máquinas, ferramentas e equipamentos
Riscos sociais de origem natural (catástrofes naturais)	Sismos, terramotos ou maremotos Inundações Erupções vulcânicas Raios (resultante das diferentes cargas eléctricas das massas de ar) Ciclones ou tornados Avalanches e desabamento de terras
Riscos sociais de origem humana ou tecnológica	Queda de aeronaves Acidentes com viaturas automóveis Explosão de centrais nucleares Libertação de poluentes na atmosfera
Factores individuais de propensão para o acidente	Conflitos interpessoais nas relações de trabalho (maior propensão para o acidente) Cansaço físico e psicológico (derivado, por exemplo, de uma noite de insónias) Distracção momentânea e confiança na segurança dos métodos de trabalho <i>Mobbing</i> (efeitos diversos de psicoterror laboral, assédio moral e/ou sexual) Formas imprevisíveis de reacção pessoal face a situações adversas e perigosas

Fonte: (Areosa, 2005)

1.1 A observação participante

A pesquisa no terreno, começou em Fevereiro de 2008, tendo decorrido até Outubro de 2008. Neste período temporal, deslocávamo-nos diariamente, entre as 8:30h e as 16:00h às oficinas, por ser o período do dia em que conseguíamos ter mais trabalhadores na oficina, já que abrangia os dois turnos da manhã. O turno da noite (16:00h/01:00h) foi desprezado, pois não nos foi possível estar presentes nas oficinas durante o período nocturno. A nossa visita diária começava com uma conversa informal com o mestre ou contramestre responsável pela distribuição dos trabalhos a realizar, com o intuito de aferir quais eram os trabalhos para esse dia e escolher a equipa que iríamos acompanhar em função das tarefas que esta iria realizar. Isto tornou-se muito importante à medida que o trabalho ia avançando, pois permitia, sempre que possível, uma escolha de tarefas diferentes, alargando assim o conhecimento das tarefas realizadas pelos trabalhadores, das suas condições de trabalho e seus comportamentos perante o risco. Após este planeamento inicial, deslocávamo-nos para junto da equipa de trabalho, normalmente constituída por três trabalhadores. Desta forma, acabámos por ter contacto com todos os trabalhadores de uma forma aleatória, que dependia do serviço e dos turnos de cada trabalhador.

Nos primeiros dias, apresentávamo-nos e explicávamos aos trabalhadores o que estávamos ali a fazer e quais eram os nossos objectivos. No início surgiram algumas dúvidas e receios dos trabalhadores, no entanto, passado pouco tempo, estas apresentações deixaram de ser necessárias, já todos sabiam qual era objectivo das visitas: saber que tipo de trabalho realizavam, que tipo de riscos corriam na realização desse trabalho e o que eles pensavam sobre a sua exposição a esses riscos. É de referir que apesar de trabalharmos na empresa onde decorreu o estudo, os trabalhadores na sua grande maioria não nos conheciam, por isso as nossas visitas no início causavam sempre grande curiosidade e receio. Podemos dizer que fomos bem aceites, tivemos acesso a todos os locais e pudemos acompanhar os trabalhadores em todas as suas tarefas diárias. É de referir que este é um local condicionado devido à alta tensão, por isso tivemos de ter precaução para não criar nenhum tipo de situação que nos colocasse em risco ou a algum trabalhador, seguindo sempre as indicações que os trabalhadores ou as chefias nos davam. Durante o período que estávamos presentes na oficina, seguíamos a equipa para todo o lado e durante a pausa para café, éramos convidados para junto da máquina automática, onde os trabalhadores falavam da sua vida fora da oficina ou de

alguns problemas relacionados com o trabalho que estavam a realizar. Durante as nossas visitas fomos colocando algumas questões aos trabalhadores, sobre o seu trabalho e riscos que eles pensavam que estariam expostos durante a realização do seu trabalho e uso de EPI's. No início, sentia-se alguma relutância por parte dos trabalhadores em responderem a estas questões, mas com o passar do tempo, eram os próprios trabalhadores que durante a execução das suas tarefas iam apontando várias situações consideradas por eles perigosas e que poderiam colocar a sua vida ou saúde em risco. Muitas das percepções dos trabalhadores relacionavam-se com ferramentas inadequadas ou a necessitarem de ser substituídas, ou esforços físicos. A organização do trabalho foi muitas vezes apontada como factor potenciador de situações perigosas.

Sendo a observação participante um método de investigação social que nos permite captar os comportamentos e os acontecimentos no preciso momento em que eles se produzem, tivemos a oportunidade de obter material de análise tendencialmente espontâneo e autêntico. No entanto, como qualquer método apresenta algumas desvantagens, uma delas diz respeito à aceitação do observador pelos grupos em estudo. Quando não é criada uma relação de empatia, poderá ser muito difícil para o investigador conseguir realizar o seu trabalho. Outro problema surge relacionado com o registo das observações. Como muitas vezes não é possível ao investigador tomar notas no próprio momento, se não existir o cuidado de registar as informações logo que possível, algumas informações poderão ficar perdidas para sempre, pois a nossa memória é selectiva e tende a eliminar os factos que aparentemente não parecem importantes.

Tendo em atenção esta questão, a partir das 16:00h toda a informação obtida durante o dia era trabalhada e registada. Quando isso não era possível, nunca deixávamos passar mais do que um dia para efectuar esse registo. Outro problema pode ainda surgir com a interpretação das observações e com os possíveis enviesamentos produzidos pelo investigador. Para nós a observação dos vários actores em interacção foi fundamental para a realização deste trabalho, “os métodos de observação directa constituem os únicos métodos de investigação social que captam os comportamentos no momento em que eles se produzem e em si mesmos, sem a mediação de um documento ou de um testemunho.” (Quivy, 1998:196), sem dúvida, não seria possível chegar a determinadas conclusões se, por exemplo, tivéssemos optado pela aplicação dum inquérito por questionário.

1.2 As entrevistas

Como já tínhamos referido anteriormente, optámos por aplicar entrevistas às chefias directas dos electromecânicos (mestres e contramestres) e também aos chefes de departamento que assumem uma posição hierárquica superior aos mestres e contramestres. Através das entrevistas, pretendíamos saber se os riscos percebidos por estes actores eram divergentes ou convergentes aos riscos percebidos pelos electromecânicos e se os valores espelhados nos seus discursos coincidiam com as suas práticas. Partindo da matriz teórica, e da observação participante foram construídos dois guiões para os actores sociais em observação. Tendo como base as dimensões de análise que constam no quadro nº5 (ver anexo 1). Assim, teremos o guião número 1 para os chefes de departamento (anexo 2) e o guião número 2 para os mestres e contramestres (anexo 3).

Como método de recolha de informação, escolhemos a entrevista semi-directiva por esta nos parecer um método adequado aos nossos objectivos. Apesar de partir de perguntas-guia o entrevistador não se deverá obrigar a colocar as questões por uma ordem pré-determinada, deverá deixar o entrevistado vaguear e responder de uma forma espontânea e da forma que lhe seja mais fácil. Decorrendo desta necessidade, irão surgir na transcrição das entrevistas perguntas que não pertencem ao guião mas que o entrevistador achou necessário colocar, de forma a facilitar os entrevistados a desenvolverem as suas ideias no sentido pretendido e deste modo “ reencaminhar a entrevista para os objectivos cada vez que o entrevistado deles se afastar” (Quivy, 1998:193). A entrevista deverá então ser uma troca em que o investigador através das suas perguntas abertas facilita a expressão e em que “ o interlocutor do investigador exprime as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências....” (Quivy, 1998:192).

Apesar deste instrumento nos parecer o mais adequado para os nossos objectivos sabemos que, como todos os métodos, tem os seus limites. Assim, deveremos ter em atenção o facto de que nem o entrevistado é completamente espontâneo nas suas respostas (ou seja, a sua resposta pode não corresponder ao que ele realmente pensa, mas ao que julga que o entrevistador quer ouvir), nem o investigador é totalmente neutro. As respostas dadas pelos entrevistados serão então influenciadas pelo contexto em que estas são colocadas, podendo sofrer enviesamentos. Decorrendo destas considerações, tivemos alguns cuidados na

aplicação das entrevistas. Num primeiro momento pedimos autorização para a realização das entrevistas aos chefes de departamento das oficinas, pedido que foi aceite. Num segundo momento abordámos os trabalhadores visados, no seu local de trabalho, e perguntávamos se estavam disponíveis para responder a algumas, perguntas esclarecendo qual o objectivo das entrevistas, lembrando o carácter voluntário da participação e a garantia de anonimato. Após esta abordagem, recorrendo à escala de serviço, fomos contactando os trabalhadores combinando com eles a hora da entrevista.

Numa segunda fase foi escolhida uma sala onde se realizariam as entrevistas. Um dos requisitos era que esse espaço proporcionasse privacidade durante as entrevistas, para que os trabalhadores pudessem responder às questões colocadas sem o constrangimento de ter outras pessoas a ouvir as suas respostas e opiniões.

Aos entrevistados foi pedido se poderíamos gravar a entrevista e se a poderíamos utilizar posteriormente neste trabalho, tendo o pedido sido aceite por todos os entrevistados. As entrevistas decorreram durante a segunda quinzena do mês de Janeiro de 2009, foram aplicadas às chefias directas (mestres e contramestres) e aos chefes de departamento, tendo sido ao todo realizadas 15 entrevistas.

Após a aplicação das entrevistas teste (duas) foi acrescentada uma última questão: “Terminou a nossa entrevista, não sei se quer acrescentar mais alguma coisa?” Verifica-mos, esta foi uma opção acertada, já que muitos dos entrevistados, acabaram por desenvolver algumas ideias importantes, nesta fase mais tardia da entrevista (anexo 4).

As entrevistas estão divididas em dois blocos, o que corresponde à oficina EIAP (Pontinha) e o que corresponde à oficina EIAC (Calvanas). Na oficina EIAP as entrevistas foram aplicadas à totalidade dos mestres e contramestres, na oficina EIAC, houve uma entrevista que não pode ser realizada porque, um dos contramestres encontrava-se de baixa médica.

A transcrição das entrevistas foi integral e podemos consultá-la no anexo 5 (chefes de departamento), anexo 6 (mestres e contramestres). Esta é uma fase trabalhosa deste método e muito demorada, mas essencial para que se possa trabalhar o seu conteúdo mais facilmente. Após a transcrição, as entrevistas foram objecto de uma análise de conteúdo. Esta análise consistiu numa leitura atenta das entrevistas, na divisão e anotação das entrevistas de modo a retirar toda a informação que nos parecesse relevante. Após este trabalho, utilizamos diversos excertos das entrevistas no capítulo final deste trabalho com o objectivo de interligar parte teórica com a parte empírica, os excertos das entrevistas estão codificados para deste modo serem mais fáceis de consultar (anexo 7).

1.3 A análise das grelhas da Avaliação de Riscos

Podemos dividir as grelhas utilizadas pelos Técnicos de Segurança e Higiene no Trabalho em dois eixos centrais, o primeiro traduz-se numa descrição das actividades e/ou tarefas realizadas, das características do local de execução, registo fotográfico, identificação dos riscos e possíveis consequências da exposição a esses riscos e o nível de exposição. São também registados a utilização de EPC's (Equipamentos de Protecção Colectiva) ou EPI's (Equipamentos de Protecção Individual), equipamentos e produtos químicos utilizados e factores de agravamento de riscos. Por fim são identificadas as medidas preventivas (controlo do risco) que se deverão adoptar. O segundo eixo pretende responder às seguintes questões: Qual a percepção dos trabalhadores sobre os riscos a que estão expostos? Quais são as suas propostas de melhoria no sentido de minimizar ou eliminar estes riscos? Para conseguirem obter respostas a estas questões, os técnicos de SHT, na parte final das suas observações nos locais de trabalho, optam por colocar as seguintes questões aos trabalhadores: A que tipo de riscos acha que está exposto durante este trabalho? O que acha que poderia ser feito para minimizar ou eliminar esse risco? As respostas a estas questões encontram-se registadas na ultima coluna destas grelhas.

Consideramos o segundo eixo da grelha fundamental para o nosso trabalho, pois as respostas dos trabalhadores traduzem as suas percepções e avaliações do risco a que estão expostos durante o trabalho. Como esta grelha contém informação que vai além daquilo que nos parece relevante para este estudo optámos por analisar duas colunas: a que diz respeito aos riscos identificados pelos Técnicos de Segurança e Higiene no Trabalho e a referente à percepção do risco por parte dos electromecânicos.

2 Breve caracterização do Metropolitano de Lisboa, E.P.

O Metropolitano de Lisboa, E.P. (ML) foi inaugurado em Dezembro de 1959 e desde essa altura tem vindo a ampliar a sua rede. Dado a sua segurança, rapidez e regularidade serve actualmente cerca de 180 000 milhões de passageiros por ano. O ML é uma empresa cujo âmbito se circunscribe à área de Lisboa, as Estações do ML ocupam uma vasta área do subsolo de Lisboa, bem como todas as instalações de apoio à Exploração da Rede.³ O ML caracteriza-se pela sua macro estrutura, assente em órgãos directamente dependentes do Conselho de Gerência, cujos membros são designados pelo Governo. Actualmente o ML conta com 1654 trabalhadores activos distribuídos por uma estrutura composta por três serviços fundamentais:

A Exploração Comercial (EC), onde se concentram de 55% do total dos trabalhadores (tem como finalidade principal prestar o serviço público de transporte colectivo de passageiros com segurança e qualidade);

A Gestão de Infra - Estruturas (GI), com cerca de 20% dos trabalhadores (tem como finalidade principal a gestão e manutenção de infra-estruturas);

A Exploração Industrial (EI) a que estão adstritos cerca de 12% dos activos (tem como principal finalidade a manutenção do material circulante).

Para podermos caracterizar a população do ML, recorreremos ao Balanço Social de 2007, um instrumento obrigatório em todas as empresas públicas e que é de grande importância para identificação, sistematização e quantificação de informação sobre o activo mais importante das empresas: as pessoas. Os indicadores por nós escolhidos, para esta breve caracterização foram: a situação do pessoal e os horários de trabalho. Assim, da análise dos quadros constantes no balanço social, constatamos o seguinte: O ML é uma empresa predominantemente masculina, já que 78,3 % do efectivo é do sexo masculino, denota-se também um envelhecimento dos efectivos da empresa, já que o nível etário médio se situa nos 41,0 anos de idade, sendo que a maior percentagem de efectivos se encontra situada nos

³ As suas instalações (administrativas e oficinais) encontram-se dispersas pela cidade. Assim, as instalações de cariz administrativo situam-se: na Avenida Barbosa do Bocage, nº 5; na Avenida Fontes Pereira de Melo, nº 28; e na Avenida Sidónio Pais, nº 1. Quanto às instalações Oficinais, estas situam-se, na Rua Agostinho Neto, (Parque de Material e Oficinas II) e na Estrada da Pontinha, (Parque de Material e Oficinas III).

Profissionais qualificados, com 68,7%; Em termos de horários praticados na empresa, podemos verificar que 56,7% dos trabalhadores do ML trabalham por turnos, o que se compreende já que os horários por turnos são uma condição indispensável às características da actividade do ML, que presta um serviço público na área dos transportes e que funciona de forma contínua ao longo do dia e do ano.

2.1 A Exploração Industrial (EI): um contexto laboral em observação

A Exploração Industrial constitui um dos principais suportes ao “core business” da Empresa, assegurando a manutenção do material circulante, segundo políticas de qualidade e segurança de forma a garantir a elevada qualidade dos serviços prestados e cumprir a sua Missão.⁴ A manutenção do material circulante (MC) é assim o objectivo principal da EI, que para cumprir as suas obrigações contratuais quer com o cliente interno, a Exploração Comercial (EC), quer com os clientes externos, desenvolve e colabora em projectos no âmbito da organização da Produção, Gestão do Sistema de Informação e inovação na Manutenção do Material Circulante. Destacam-se os seguintes projectos: SGQ – Sistema de Gestão da Qualidade, sendo a EI certificada pela Norma da Qualidade ISO 9001, de 2005. O RCFA – Root Cause Failure Analysis e o RCM - Manutenção Centrada na Fiabilidade. A manutenção do material circulante traduz-se na Actividade de Manutenção, que segue um plano de manutenção (intervenção, inspecção e reparação) acordado com o cliente interno EC em função da quilometragem real percorrida pela frota de material circulante.⁵ A Actividade de Assistência à frota de material circulante caracteriza-se pela garantia de intervenção, reparação de falhas, bem como na resposta das equipas da EI a todas as ocorrências em linha para que foi solicitada pela EC, ou seja a todos os comboios em que se detectem avarias durante a exploração. Para assegurar o seu funcionamento a EI dispõe de recursos humanos altamente qualificados. No âmbito da gestão da Informação a EI desenvolve um conjunto de actividades: Boletim Interno de Comunicação (publicação electrónica); Ordens de serviço

⁴ Missão da EI “Ser um Centro de Resultados de referência que proporciona um serviço de manutenção de qualidade aos seus clientes, fornecedores e colaboradores. Obter um adequado rendimento económico através do uso eficaz dos recursos, que permita ir melhorando continuamente as condições económicas e sociais, contribuindo para a realização humana de todos os colaboradores.” fonte intranet ML

⁵ A manutenção do MC traduz-se por: Intervenção limpeza 2.500 Km/Intervenção de Inspecção aos 12.500 Km; 25.000 Km; 50.000 Km; 100.000 Km; 250.000 Km e aos 500.000 Km (grande revisão, tecnicamente designada por R500), comporta a desmontagem dos principais componentes mecânicos, eléctricos e electrotécnicos das composições, substituição das peças defeituosas, nova montagem, inspecção final e ensaios.

(papel e suporte informático); Intranet; Correio electrónico; Quadros de informação nas zonas de produção; dados relacionados com o nº de acidentes; Manual de formação em Segurança e Higiene no Trabalho.

Passamos de seguida a apresentar uma breve caracterização dos departamentos em estudo, quanto ao seu efectivo, horários (quadro nº 3) e espaço geográfico. Os horários praticados por turnos são rotativos e seguem uma escala, que define horários e dias de semana trabalhados, incluindo fins-de-semana, entre as 7:00h e a 1:00h (das 9.00h às 18.00 h; das 7.00h às 16.00h e das 16.00h à 01.00h).

Quadro 3: Efectivo das oficinas EIAP e EIAC em Agosto de 2008

Grupos profissionais	EIAP (Pontinha)	EIAC (Calvanas)	Total	Horários
Chefes de departamento	1	1	2	Fixos
Mestres	1	4	5	Turnos
Contramestres	4	5	9	Turnos
Electromecânicos	18	35	53	Turnos
Maquinistas de manobras ⁶	8	8	16	Turnos

Fonte: Documentos internos EI

Quanto ao espaço geográfico, o nosso trabalho de campo foi realizado em oficinas geograficamente afastadas mas que realizam de um modo geral o mesmo tipo de trabalho. No Parque de Material e Oficinas da Pontinha (PMOIII), encontramos a oficina de Assistência e Inspeção da Pontinha (EIAP) onde se realiza a manutenção da frota de Material Circulante normalmente afecta à linha azul. No outro lado da cidade, temos o Parque de Material e Oficinas de Calvanas (PMOII), onde estão localizadas as Oficinas de Assistência e Inspeção (EIAC), nas quais se executa a manutenção da frota de Material Circulante normalmente afecta às linhas Amarela, Verde e Vermelha.

As instalações do PMOIII são constituídas por um edifício oficial que se encontra fisicamente separado dos edifícios administrativos. Quem chega ao PMOIII tem uma sensação agradável, pois o espaço é cuidado, rodeado de jardins. O primeiro edifício que com que se depara é o edifício administrativo. Neste encontram-se vários gabinetes de várias

⁶ Os maquinistas de manobras não pertencem a esta direcção apesar de aí prestarem serviço e não foram incluídos no nosso estudo.

direcções, o posto médico, o refeitório, o bar, o Centro Cultural e Desportivo, um ambiente de “escritório”. Nas traseiras do edifício administrativo, encontramos o edifício oficial, com as suas várias oficinas, na porta da entrada encontramos um dístico de proibição a pessoas estranhas ao serviço. Mal passamos a porta, surge a nave industrial, com o seu pórtico característico, condutas de ar, máquinas pesadas e várias manchas de azul, cor da farda dos operários das oficinas (os azuis) expressão várias vezes ouvida por nós, proferida por outros colegas que não utilizam farda. Aqui são todos iguais, a moda efémera, aqui não entra, nada existe na sua farda que os distinga ou identifique como sendo da oficina A ou B. As cores preferidas, convicções futebolísticas ou políticas, estão expressas nos cartazes expostos em algumas paredes da oficina, através das cores do Benfica e do Sporting. O vermelho tem ainda o seu lugar cativo junto à foice e ao martelo os cartazes dos sindicatos são também, bem visíveis e maioritários, mas as folhas centrais das revistas com meninas em roupa interior (ou sem ela), também têm o seu cantinho, normalmente em sítios mais resguardados como a sala de pessoal ou as portas dos cacifos, como pudemos constatar mais tarde. Para quem conhece a realidade de algumas das oficinas de empresas portuguesas ligadas ao sector ferroviário, cedo se apercebe que este é um espaço privilegiado, amplo, limpo e com luz natural. Para entrarmos na oficina da EIAP, temos de possuir um cartão que tenha acesso àquelas instalações, na porta podemos ler Vias electrificadas – Perigo de Morte. Quando passamos a porta encontramos do lado direito o acesso à zona administrativa e gabinetes técnicos, situada no primeiro andar, do lado direito as várias linhas e diques, em frente temos a plataforma elevatória. Numa gaiola espreita um corvo, mascote da oficina de Inspeção e Assistência, mandado prender por ter a fama e o proveito de sarapintar a oficina com os seus dejectos.

O PMOII, tem como vizinhos o Aeroporto de Lisboa e a 2ª circular, ocupa vários hectares de terreno e está rodeado por um muro. Num dos extremos temos as oficinas ligadas à Gestão de Infraestruturas (GI), o edifício administrativo, o posto médico, gabinete de Higiene e Segurança, uma sala do Centro Cultural e Desportivo, várias salas concedidas pela empresa, aos sindicatos e o refeitório. No outro extremo temos as oficinas da EIAC. Como que a ligar estes dois espaços, rodeadas por uma rede metálica, e com acesso condicionado, sobressaem na paisagem as vias de ensaio que tal, como o nome indica, servem para ensaiar os comboios quando saem das oficinas, e as vias de garagem, onde ficam estacionados os comboios que não estão na rede. Tal como acontece na Pontinha, o acesso às oficinas é condicionado. Quando se passa a porta, somos recebidos por uma exposição dedicada aos cartazes sindicais. Palavras de ordem apelam à luta sindical, o novo código laboral é o alvo a abater. A oficina

está impregnada de odores, sons, imagens que nos transportam de imediato para a actividade industrial que ali se desenvolve. Em frente à porta encontramos os vários diques e, no primeiro andar, encontram-se a zona administrativa e a os gabinetes técnicos. Aqui também temos uma mascote, um gato tigrado que por ali apareceu e por ali ficou.

Como anteriormente foi referido o nosso trabalho foi realizado em duas oficinas distintas, (EIAP) e (EIAC), como não foram encontradas diferenças significativas entre estes dois contextos de trabalho decidimos trabalhar e analisar a informação recolhida conjuntamente, no entanto sempre que julgarmos necessário procederemos a essa diferenciação.

2.2 Os actores sociais em estudo (electromecânicos, mestres/contramestres e chefes de departamento)

Há poucos anos, nas oficinas em estudo, existiam duas profissões distintas, os serralheiros e os electricistas. Estas duas categorias detinham saberes diferentes. Em conversas com estes trabalhadores, soubemos que durante a execução de um trabalho, mesmo que um serralheiro soubesse fazer o trabalho do electricista, muito raramente ele o faria, e vice-versa. Esta situação, bem como outras, criavam muitos constrangimentos à actividade produtiva e a empresa decidiu juntar estas duas profissões e assim surgiu a categoria profissional Oficial Electromecânico,⁷ que está acordada entre a empresa (Metropolitano de Lisboa, E.P.) e os sindicatos do sector, através de acordo de empresa. Na prática, a categoria profissional de Electromecânico recebe os comboios vindos da Exploração Comercial que apresentem qualquer tipo de avaria, executando todas as tarefas de reparação e manutenção do material circulante. As tarefas a executar constam em fichas de trabalho, nas quais vêm expressas todas as operações a efectuar e a forma de as realizar, tendo também um espaço reservado

⁷ “Executa tarefas no domínio da sua especialidade, inerentes às artes de electricidade, serralharia, electromecânica, soldadura, tornearia, alvenaria, canalização e pintura, estofagem, e/ou de carpintaria, podendo ser responsável pela execução técnica de trabalhos completos; efectua a leitura de consumos de energia; procede ao levantamento e preparação dos materiais, peças e equipamentos que necessita, assim como ao respectivo transporte; efectua a manutenção e a limpeza técnica dos equipamentos que lhe estão afectos. O oficial ferramenteiro executa as tarefas inerentes ao funcionamento das ferramentarias, nomeadamente, entrega, recebe, acondiciona as ferramentas e pequenas máquinas e efectua a respectiva limpeza e manutenção. O operador de “máquina de lavar a jacto e a vapor” ou outras, procede à lavagem de peças e equipamentos; pode ainda operar com sistemas de transporte” Fonte - Acordo de Empresa Metropolitano de Lisboa, E.P. 2001:56).

para os EPI's a utilizar. Para todas as tarefas a executar existem regras, normas e procedimentos que devem ser respeitados. No entanto, existem situações em que surgem trabalhos que não fazem parte dessas fichas. Tratam-se dos imprevistos; nestes casos não existem fichas de trabalho, a maior preocupação dos trabalhadores é a de solucionar os problemas, pois sabem que os comboios são necessários e não podem estar durante muito tempo parados nas oficinas. Nestas situações, verificou-se uma tendência para o imprevisto e uma notória quebra nas condições de trabalho e de segurança.

Durante o seu trabalho, estes trabalhadores utilizam diversas ferramentas, materiais, máquinas e equipamentos. A complexidade do seu trabalho é bastante variável, pode ir do simples aperto do parafuso, à utilização dum software tecnologicamente avançado. Neste sentido, a tipologia de riscos a que estão expostos é também muito variável, dependendo logo à partida se estão a trabalhar numa zona com a alta tensão ligada ou desligada. O oficial electromecânico está exposto, além da corrente eléctrica "normal" de baixa tensão de 220 V, a correntes de alta tensão de 750 V cc, aliás, a exploração comercial da rede Metropolitano é toda efectuada com estes valores energéticos. Existem mesmo certos tipos de operações/reparações, efectuadas por estes trabalhadores, que são necessariamente efectuadas em tensão; este facto gera que a corrente eléctrica de 750 V cc seja um dos factores de maior risco de acidente para estes trabalhadores. O próprio Decreto-Lei 109/2000 de 30 de Junho, no Artigo 5º, alínea 4 – g), considera actividades de risco elevado todas as "actividades que envolvam contacto com correntes eléctricas de média e alta tensão". A Legislação citada anteriormente é referente à obrigatoriedade legal de organização de serviço internos de Serviços de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST), à qual o Metropolitano de Lisboa, E. P. está sujeito e em caso algum pode prescindir.

Podemos então dizer que os riscos eléctricos se apresentam como um dos factores mais preocupantes para estes trabalhadores, devido às suas eventuais consequências desastrosas, isto é, existe a possibilidade real de ocorrência de um acidente grave atribuído a causas eléctricas. No entanto, embora o perigo nas oficinas esteja conotado principalmente com os 750v, a experiência e as estatísticas dos acidentes comunicados à hierarquia restringem-se a acidentes sem gravidade.

Parece-nos então importante neste estudo fazer uma breve referência aos acidentes de trabalho nos últimos cinco anos (2003 a 2007) para esta categoria profissional, em que o valor mínimo é o de 8 acidentes para o ano de 2006 e o máximo de 12 acidentes para o ano de 2007. Quanto ao tipo de lesão mais frequente durante os anos analisados, temos os Traumatismos e Lesões

Oculares, sendo que o valor mais elevado incide no tipo de lesão Traumatismos. Quanto à forma de acidente que aconteceu com mais frequência, temos o Esforço excessivo ou Movimentos em falso. Estas estatísticas demonstram que apesar de estes trabalhadores terem alguns acidentes, estes são de pouca gravidade. Isto, muito embora na maioria dos casos, estes acidentes incapacitem o trabalhador para a sua actividade laboral durante vários dias ou mesmo vários meses.

Os mestres e contramestres são as chefias directas dos electromecânicos. A maioria destes profissionais eram antigos electromecânicos que subiram na cadeia hierárquica através da idade, promoções, ou progressão na carreira. Estes profissionais têm como função principal distribuir tarefas e supervisionar o trabalho, representando “...a figura de *encarregados*, constituindo uma categoria intermédia imediatamente sobreposta ao pessoal de execução e abaixo dos quadros de direcção, possuidora de uma significativa autoridade, capacidade de decisão e conhecimento técnico acerca do seu sector no processo produtivo.” (Granjo, 2004: 49). Hierarquicamente logo acima dos mestres e contramestres, temos os chefes de departamento, num dos casos um engenheiro, noutra um antigo electromecânico que conseguiu, através de progressão na carreira e promoções, ascender a um lugar que implica ter o poder de decisão. Reproduz-se assim nesta direcção a organização formal da cadeia hierárquica da própria empresa, em que existe uma divisão de tarefas horizontal e uma divisão de poder de decisão ou autoridade que podemos chamar de vertical. Podemos então dizer, no que diz respeito à autoridade que a organização é concebida como uma hierarquia em pirâmide em que na base da pirâmide estão os executam, cabendo a autoridade de decidir e mandar ao topo da pirâmide.

Parte III

Análise e tratamento da informação recolhida

1 Risco técnico e risco experienciado

Lima (1998) distingue duas perspectivas na abordagem ao risco, a perspectiva dos especialistas e a perspectiva dos leigos. A maneira como os leigos ou não especialistas pensam nos riscos nem sempre corresponde à forma como os técnicos pensam. Há riscos que assustam muito o público em geral e que os técnicos consideram pouco relevantes (por exemplo o risco nuclear) e existem outros riscos, como é o caso do tabaco em que se gastam consideráveis recursos económicos em campanhas de alerta acerca dos seus malefícios para a saúde e com poucos resultados. Em contexto laboral, parece existir o mesmo padrão. Granjo (2006) encontrou na refinaria de Sines duas diferentes visões de ameaça, estratificadas segundo diferentes níveis funcionais e hierárquicos; o grupo em posição superior, os engenheiros, concebia as ameaças de acordo com a noção probabilística de risco, enquanto que os operários tinham uma noção não probabilística do perigo.

Partindo deste modelo, analisaremos a informação obtida através deste estudo a partir duma divisão semelhante, aos TSHT e os Chefes de departamento associaremos o risco técnico, pois estes são os detentores do conhecimento científico e técnico, no contexto laboral em estudo. Aos restantes actores sociais mestres, contramestres e electromecânicos associaremos o risco experienciado. São estes trabalhadores que enfrentam os riscos diariamente nas oficinas e são eles as potenciais vítimas dos acidentes que possam ocorrer. Parece-nos importante salientar que, muito embora os mestres e contramestres tenham uma posição hierárquica superior aos electromecânicos e possuam funções diferentes, as suas experiências laborais não diferem muito das dos electromecânicos.

1.1 O risco identificado pelos Técnicos de Segurança e Higiene no Trabalho através da avaliação de riscos

A segurança e saúde no trabalho preocupam governos, empregadores e trabalhadores. Embora se tenham vindo a realizar esforços positivos nos últimos anos para reduzir o número de acidentes e os problemas de saúde relacionados com a actividade laboral, o número de acidentes mortais é assustador. Em 2005 o Bureau Internacional do Trabalho (BIT) estimou que 2 milhões de pessoas em todo o mundo morrem anualmente de acidentes e doenças profissionais. Alguns sectores industriais, pelas suas características intrínsecas, são mais perigosos do que outros - como é o caso, por exemplo, da indústria mineira, petroquímica, etc. Em Portugal, o sector que contribui mais para as estatísticas negras dos acidentes mortais de trabalho é a construção civil (ACT 2009). Estes riscos poderiam ser minimizados? Muitas destas vidas poderiam ter sido poupadas? Havia outra forma de organizar o trabalho que reduzisse ou eliminasse os problemas que provocam estas tragédias? Parece-nos que a resposta a estas perguntas é evidente. Muitos destes acidentes poderiam ter sido evitados, através de uma gestão dos riscos eficaz nos locais de trabalho, que envolvesse entidades fiscalizadoras, empregadores e trabalhadores. No entanto, como já vimos anteriormente, o panorama nacional não é muito animador. A gestão dos riscos laborais muitas vezes é encarada como um encargo sem retorno, por isso é assumida pelos empregadores como um mero objectivo de cumprimento de obrigações legais. Na empresa em estudo, existe um serviço de Segurança e Higiene no Trabalho, que conta com quatro técnicos nível V de Segurança e Higiene no trabalho e um de nível III. Este serviço está integrado na área da medicina do trabalho, que conta com dois médicos do trabalho. Uma das funções principais deste serviço é identificar e avaliar os perigos e riscos existentes nos locais de trabalho. Para isso, estes técnicos utilizam um método conhecido como Avaliação de Riscos (AR) que já foi descrito na primeira parte deste trabalho. A informação recolhida através da AR é trabalhada e depois é enviada aos responsáveis das respectivas áreas avaliadas. As áreas são informadas dos riscos identificados, bem como das medidas que terão que adoptar para controlar esses mesmos riscos. Observámos também que muitas das vezes são os próprios trabalhadores que telefonam para este serviço e colocam questões relacionadas com o seu local de trabalho, situações que eles consideram graves e que podem colocar em risco a sua saúde ou vida.

“Aliás há problemas que são levantados pelos próprios trabalhadores, imediatamente à higiene e segurança” (CD10)

Estes técnicos têm assim um papel fundamental na Gestão de risco laboral. No entanto, o seu trabalho poderá ser neutralizado ou mesmo inutilizado se depois do processo de AR existirem resistências internas às mudanças necessárias. Por vezes, essas mudanças consistem em coisas simples de implementar, como substituir lâmpadas fundidas; noutras situações, podem requerer mudanças consideráveis na organização do trabalho, podendo até mesmo implicar a paragem da laboração. As resistências detectadas neste estudo podem até decorrer do simples facto de não existir pessoal para executar determinados trabalhos, pois verificou-se que muitas das profissões existentes nesta empresa têm vindo a ser reduzidas como electricistas, carpinteiros, pintores, passando-se a recorrer a empresas externas. Com esta situação verificou-se que o período entre a detecção e resolução dos problemas detectados pode demorar dias, semanas, meses ou podem mesmo nunca vir a ser resolvidos. Outro factor de resistência observado foi a tendência da desvalorização do risco pelas hierarquias ou o assumir dos riscos por parte das mesmas. Vejamos a opinião dos Chefes de Departamento, quando colocada a seguinte questão: considera justificável torner as questões de segurança?

“Depende do que estamos a falar! Eu não direi que sigo à risca todas as normas de segurança que estão implementadas na empresa. Quando há uma actuação do pessoal lá em baixo, numa situação de emergência, lhe garanto que há muitas normas de segurança, que a gente passa ao lado. Não tenho a mínima dúvida. Agora, também é verdade que nunca tivemos problemas nenhuns, nunca tivemos acidentes, nem nada. Portanto, minimamente estamos a respeitar, algo! Não na totalidade, porque senão as coisas não funcionam. Digamos que aí há um descuido consciente. Temos a consciência do risco que estamos a correr, há ali algum risco, mas é assumido!” CD10

Podemos então deduzir que as hierarquias não desconhecem a existência do risco. O risco é assumido como uma necessidade para as coisas funcionarem, ou seja, para se fazer o trabalho em tempo útil.

Após uma análise da grelha utilizada pelos TSHT nas avaliações de risco e da informação aí contida, verificamos que os riscos mais vezes assinalados pelos Técnicos de Segurança e Higiene no Trabalho são: os riscos físicos (exposição ao ruído, electrização/electrocussão),

riscos ergonómicos (esforço físico, posturas inadequadas para determinadas tarefas, trabalho por turnos), riscos resultantes do meio e da organização do trabalho (quedas, iluminação deficiente, queda de materiais, formação insuficiente ou inadequada dos trabalhadores, intrusão de materiais estranhos ao corpo), riscos resultantes dos equipamentos de trabalho (lesões corporais diversas provocadas por equipamentos ou máquinas), factores individuais de propensão para o acidente (excesso de confiança nos métodos de trabalho). Alguns destes riscos são logo à partida identificáveis pelo olhar leigo, como sendo factores potenciadores de acidentes laborais; outros são mais subtis, necessitam de estudos mais aprofundados para um melhor conhecimento dos seus potenciais efeitos, como é o caso do ruído.

Embora os TSHT identifiquem vários tipos de riscos através da AR, focaremos agora a nossa atenção nos riscos eléctricos. Isto porque através da análise da grelha da AR nos parece que para estes técnicos o perigo nas oficinas está conotado principalmente com a exposição dos electromecânicos a correntes de alta tensão de 750 V cc. Isto não quer dizer que os outros riscos identificados não sejam importantes, no entanto o que se verifica através da experiência é que os acidentes de trabalho devido a causas eléctricas podem acarretar consequências desastrosas aos trabalhadores expostos que podem ir desde queimaduras à própria morte. Sendo a electricidade um recurso estratégico para o Metropolitano de Lisboa, E.P., que é dependente maioritariamente desta energia, este risco não pode ser eliminado totalmente, assim a sua redução e controlo é um objectivo presente na AR para estas oficinas. Passemos então a expor algumas situações identificadas por estes técnicos e as suas recomendações para o controlo deste risco. Para isso, faremos uma adaptação dum quadro da AR (quadro nº4).

Identificação do risco eléctrico e seu controlo quadro nº 4

Nº	Situação identificada	Recomendações para o controlo do risco	Nível de Intervenção da acção correctiva	Responsável pela implementação
1	Avaria no quadro de comando de segurança que permite a ligação da alta tensão (sinal sonoro e luminoso) que liga ou desliga a energia e que coloca os comboios em tensão.	Reparação imediata do quadro	Situação crítica/ correcção urgente, se possível imediata	Chefe departamento/ director
2	Todas as equipas que estão a trabalhar na oficina têm acesso aos quadros de comando de segurança que ligam/desligam a energia e que colocam os comboios em tensão.	O acesso ao quadro eléctrico que coloca o comboio em tensão, deve ser restringido e permitido unicamente aos trabalhadores que efectuam trabalhos em determinada linha, de forma a evitar que seja possível que a tensão seja ligada sem que estes se apercebam o que pode causar acidentes graves ou mesmo levar à morte dos trabalhadores	Corrigir e adoptar as medidas de controlo logo que possível	Chefe departamento/ director
3	Os trabalhadores não possuem luvas dieléctricas grupo 0, para realizarem determinados trabalhos em tensão.	Aquisição e distribuição de luvas	Corrigir e adoptar as medidas de controlo logo que possível	Chefe departamento/ director
4	Passagem pelo interior do dique quando o comboio está em tensão, passando muito perto de componentes electrificados/ Confiança excessiva	Formação dos trabalhadores/sensibilização	Corrigir e adoptar as medidas de controlo logo que possível	Trabalhadores/ chefias directas/ chefe departamento/ director
5	Abertura da tampa do compressor antes da alta tensão estar desligada. Embora exista um sinal gráfico em que se pode ler, que é proibido abrir a tampa do compressor com a tensão ligada/confiança excessiva	Formação dos trabalhadores/sensibilização	Corrigir e adoptar as medidas de controlo logo que possível	Trabalhadores/ chefias directas/ chefe departamento/ director
6	Trabalhador de empresa prestadora de serviços (limpezas) trabalha há 4 meses na oficina e não possui formação das vias electrificadas	Formação imediata a este trabalhador/ no futuro estas situações devem ser evitadas	Corrigir e adoptar as medidas de controlo logo que possível	Chefe departamento/ director / chefias directas
7	Os EPC's existentes nas oficinas/protecções das partes electrificadas dos comboios encontram-se partidas	Reparação das protecções	Situação crítica/ correcção urgente, se possível imediata	Chefe departamento/director/chefias directas

A partir deste quadro podemos verificar que a maioria das medidas de controlo para o risco identificado (electricidade) são de carácter organizacional, ou seja, são medidas que dizem respeito quer à organização do próprio trabalho, quer à manutenção de equipamentos, máquinas, etc. Isto significa que mesmo que os trabalhadores identifiquem os perigos e os relatem às suas chefias, terão de continuar a trabalhar mesmo sabendo que correm determinados riscos, já que não são os responsáveis pelas medidas a adoptar, não tendo competências nem poder para a sua implementação. Já no caso de outros riscos identificados pelos TSHT como é o caso do ruído, em que a principal medida de controlo é uso dos EPI's, cabe aos trabalhadores a implementação dessa mesma medida. Pretende-se de seguida analisar unicamente as situações nº 1 e 2 referidas no quadro nº 4.

Na situação nº 1 verificamos, a partir das grelhas de AR, que esta situação foi identificada pelos técnicos como sendo “Situação crítica, requerendo uma correcção urgente, se possível imediata” no entanto, esta situação já tinha sido também identificada pelos próprios trabalhadores (electromecânicos) através das AR e alvo de várias notas de avaria⁸ por parte dos mestres e contramestres.

No entanto como veremos de seguida, esta situação mantêm-se há vários anos.

“O sinal sonoro não existe, está avariado, está avariado há muito tempo. Faz muita falta! Faz falta para quando se liga os 750v, calha número quatro vai ligar. E não só isso faz falta para quando se quer chamar alguém ao telefone. Nunca mais ninguém resolveu isso, nunca ninguém resolveu.” MC5

Noutra entrevista a opinião é semelhante:

“Aqui nesta área, o tipo de risco fundamental, é o risco de electrocussão através da alta tensão. Aqui uma situação já há bastante tempo. E em que eu já fiz mais do que uma nota de avaria, para a reparação do sistema sonoro, da alta. Porque a gente quando vai ligar a alta tensão. Avisava-se sempre, porque tinha um microfone e altifalantes pela oficina. E ao ligar avisava-se: - Atenção que vai ser ligada a tensão na linha nº tal. Algum colaborador que estivesse nessa zona era logo informado. Isso já se arrasta, há quatro ou cinco anos e já fiz diligências, em vários sentidos. Através como lhe disse por nota de avaria, através do chefe do departamento, do Director. Vieram aí em tempos uns indivíduos da área da reparação do sistema sonoro. E não conseguiram dar conta do recado e ficou por aqui. E as coisas não funcionam. Isso é, penso eu

⁸ Procedimento interno que pretende informar as áreas sobre os defeitos ou avarias, em equipamentos, máquinas, infraestruturas, etc.

fundamental numa área como a nossa em que estamos a trabalhar com alta tensão. Claro que a gente vai ligar a alta tensão e temos sempre o cuidado, de ver nos diques, num lado e no outro se alguém está ao pé do comboio. Mas não há nada como a instalação sonora que chega a toda a oficina. Toda a gente tem informação, de que a calha da linha tal vai ser ligada a alta tensão “ MC9

Como pudemos ver, os mestres e contramestres já tinham identificado esta situação, sendo também do conhecimento dos chefes de departamento, porém além da pressão exercida através das notas de avaria, pouco mais podem fazer e assim o problema vai se mantendo. Através da nossa observação pudemos assistir várias vezes à ligação do quadro de comando em questão. Estando o sinal sonoro avariado, os trabalhadores foram criando novas regras que podem variar de indivíduo para indivíduo, dando uma sensação de segurança ilusória, mas que lhes permite realizar o trabalho e ultrapassar o medo. Assim, antes de ligarem o quadro espreitam por baixo dos comboios, tentam ter contacto visual com os colegas e gritam o mais alto que podem: - Vai ligar a alta!

Não temos conhecimento que alguém se tenha recusado a trabalhar por este motivo, mesmo estando em causa a sua própria vida, embora esta situação tivesse sido identificada pelos electromecânicos nas AR.

A situação nº 2 embora igualmente grave no ponto de vista dos THST, nunca foi identificada pelos electromecânicos (através da AR) nem pelos mestres e contramestres (entrevistas) tendo sido unicamente detectada pelos Chefes de Departamento que apesar de identificarem este problema, estão conscientes das limitações existentes que não permitem a sua resolução rápida. Vejamos então a opinião de um dos chefes de departamento:

“Poderia haver melhorias. Melhorias aliás é sempre daquelas coisas que para a segurança nunca é demais. Toda a questão dos sinalizadores, temos tido alguns problemas nomeadamente em termos de avarias, nomeadamente o áudio, temos ao nível das linhas, neste momento estamos como um problema no amplificador em que nenhuma área consegue intervir. E há sítios em que não se consegue estabelecer comunicação, ou seja, dá o sinal sonoro da alta, da tensão mas não é possível estabelecer comunicação: Atenção vai ligar a calha da linha....”CDI

“Portanto, todos esses problemas, em todos estes sistemas de segurança nunca é demais fazer uma redundância. E nós não vivemos na redundância! Nomeadamente até

na questão das próprias portas de acesso às calhas das linhas que foram colocadas fechaduras e foram só distribuídas às chefias. Porque as fechaduras estavam danificadas. Há aqui questões que ainda podem ser afinadas. Sem dúvida! Nestas questões da segurança ainda podemos fazer umas melhorias significativas, no entanto a infra-estrutura da oficina é o que é! Portanto, não pode ser assim do pé para a mão. Acredito que sim, todo este processo em termos de segurança nunca tem um fim. É a minha opinião! “CD1

Os TSHT são assim confrontados com uma certa negligência organizacional, que deixa arrastar problemas identificados e avaliados como propícios a acidentes graves e que podem causar a morte a um ou vários trabalhadores. Como forma de pressão utilizam os relatórios que são enviados para as áreas em que residem os problemas identificados. Como já vimos, os problemas podem ou não ser solucionados, por isso muitas vezes são eles próprios pressionados pelos trabalhadores que os vão confrontando com problemas que pretendem ver solucionados.

1.2 Os chefes de departamento e as suas visões do risco

A Exploração Industrial, área em que se inserem as oficinas em estudo, tem como principal objectivo a manutenção do material circulante de uma forma fiável, ou seja, minimizar as falhas e solucioná-las em tempo útil. Se este objectivo não for alcançado, a própria missão da empresa, transportar em segurança os seus clientes, pode ficar comprometida. Perante este cenário é inevitável que surjam situações em que o tempo estipulado para cumprir estes objectivos não seja suficiente, já que existem avarias que são muito difíceis de detectar e de difícil resolução. Os chefes de departamento estão assim constantemente a sofrer pressões para evitar as quebras na produtividade e isso pode ter como consequência imediata a quebra das regras e normas de segurança.

“Temos um cliente directo. Temos trabalho que tem de se executado! E muitas das vezes, temos muitas condicionantes, muitos factores em jogo, nomeadamente até nesta altura estamos-nos a deparar com falta de recursos humanos. Mas neste momento, as infra-estruturas não estão dimensionadas para a carga de trabalho que nós temos. Portanto, há muitas vezes que tentar e isso muitas vezes apelar um pouco, não só ao

bom senso, obviamente, temos que ter alguns conhecimentos das normas de segurança. Como contornar as situações. Não se deve desprimorar a segurança! No entanto, há sempre duas variáveis em jogo: segurança versus execução dos trabalhos. O ideal é associar as duas a produtividade com a segurança. Às vezes nem sempre concorrem e às vezes correm-se riscos, sabemos disso. Era melhor que não os corrêssemos, admito, mas é preferível abordar as coisas desta maneira. Vamos melhorar!” CDI

Podemos então dizer que a segurança é um factor considerado importante, no entanto se esta estiver em dissonância com os objectivos produtivos, poderá ser negligenciada e colocada em segundo plano. Quando os comboios são necessários na exploração, faz-se tudo para que a circulação não pare, nem que para isso se tenha queimar etapas e apressar determinados procedimentos. Normalmente, nestas situações em que existe algum tipo de emergência, algumas normas de segurança são esquecidas. Como exemplo, observámos a recusa de um dos trabalhadores em proceder a uma manobra com um empilhador por achar muito perigoso e que poderia colocar a sua vida em perigo. O que aconteceu de seguida foi que outro trabalhador acabou por fazer aquele trabalho acompanhado de um dos mestres que ia dando indicações ao trabalhador no sentido de evitar a ocorrência dum acidente. Pelo que pudemos compreender, tratava-se realmente de um trabalho que não deveria ter sido permitido pela sua perigosidade e que poderia ter sido realizado noutra local, no entanto seria gasto muito mais tempo na sua execução. De seguida iremos confrontar as ideias dos dois chefes de departamento sobre algumas questões colocadas por nós, este confronto parece-nos importante já que as opiniões destes dois profissionais sobre duas realidades muito semelhantes apresentam algumas diferenças importantes. Quando pedimos para identificarem o tipo de riscos a que os trabalhadores estão sujeitos durante o tempo de trabalho, obtivemos as seguintes opiniões:

“Bom estão sujeitos a riscos inerentes às funções que eles têm, nomeadamente a lesões musculares, luxações por possíveis desequilíbrios por posturas incorrectas, todo esse quadro clínico que possa surgir, e assim então estão sujeitos essencialmente a estes riscos.” CDI

“Eles trabalham com objectos suspensos, isso, implica um risco se por qualquer motivo o objecto que está suspenso cair. Trabalham com alta tensão, é outro risco. E de momento, não me ocorre mais nenhum premente para mencionar aqui. São os dois maiores riscos que têm. Pancadas com a cabeça, por exemplo, quando andam nos diques se não usarem os capacetes de protecção. Mas de resto não vejo assim mais nenhum. O principal é a alta tensão. É o risco maior.” CD10

Assim temos duas posições muito diferentes em que numa se identifica o esforço físico e noutra o risco eléctrico. Em termos práticos estas diferenças farão alguma diferença, já que as prioridades em termos de segurança poderão ser canalizadas para riscos diferentes com consequências em termos de danos também muito diferentes.

Quanto à importância da participação dos trabalhadores na identificação dos riscos temos as seguintes opiniões muito idênticas:

*“É importantíssima, eles é que trabalham no dia-a-dia, melhor que ninguém sabem.”
CD10*

“Perfeitamente, aliás são os primeiros a desencadear o alarme, propriamente dito, depois temos todo o processo crítico, e a quem de direito alertar, nomeadamente a uma falha nas infra-estruturas, são sempre eles que despoletam o processo...”CD1

Como se pode verificar existe entre os trabalhadores das oficinas uma cultura propícia à identificação de certos perigos e riscos capazes de provocar danos na sua saúde. No entanto, na prática verifica-se que depois dos riscos serem identificados existe todo um caminho burocrático que vai colocando entraves a uma rápida solução dos problemas identificados. Como exemplo, temos o caso da iluminação artificial nas oficinas. Os trabalhadores já identificaram este problema há vários anos; no entanto, tem-se vindo a agravar sem que, de facto, seja resolvido. Durante as nossas visitas, verificámos que este é um problema que afecta gravemente os trabalhadores na sua saúde (afectando a sua visão) e a segurança dos trabalhos realizados.

No que diz respeito à participação nos processos de organização do trabalho existe uma divisão evidente de opiniões:

“Obviamente quando é criada uma estrutura de trabalho é envolvida a hierarquia e depois são consultados, digamos, os executantes propriamente ditos e obter na medida

do possível o seu acórdão, sabemos que efectivamente é difícil obter um consenso geral, mas dum modo geral tentamos, e nós também como bom senso, tentamos coordenar as coisas, digamos, de maneira mais razoável de executar as tarefas.” CD1

“Pouco. Para não dizer nada! Sabe que a empresa não está vocacionada para isso. Tirando um ou outro sector que poderá dar alguma importância, aquilo que eles decidem em termos de desenvolvimento de trabalho, etc. A empresa não dá muito valor a isso.CD10

“Em casos muito pontuais eles são ouvidos. Agora em termos da organização da inspecção, tempos, etc., não são! “CD10

“Portanto, é decidido, pela chefia superior, é metido no terreno com supervisor, é adaptado à realidade, já no terreno. Portanto, eles só são intervenientes praticamente na parte de ensaio, de teste. E aí sim! Poderão dar a opinião, como a coisa deve funcionar. Mas tem pouco peso!”CD10

Como vimos, um dos chefes de departamento defende que os trabalhadores são envolvidos nos processos na tentativa de um consenso geral sobre a forma de executar as tarefas. Por outro lado, a segunda opinião traz-nos uma perspectiva completamente diferente e mais próxima da opinião dos trabalhadores, que numa maneira geral a sua opinião conta pouco ou nada. É de salientar que nesta área existem vários processos de incentivo à participação, incluindo reuniões com o Director onde qualquer trabalhador pode participar e expor as suas opiniões. No entanto, segundo as nossas conversas com os electromecânicos, nessas reuniões os trabalhadores não expõem as suas ideias com medo de sofrerem qualquer tipo de represália que se pode reflectir em termos de avaliação de desempenho, pedidos de férias, progressão na carreira, etc. Esta situação tem necessariamente repercussões importantes, para os trabalhadores e a própria produtividade. Vários autores apontam para a importância da participação dos trabalhadores e no aproveitamento das suas potencialidades, um exemplo desta preocupação participativa encontra-se na conceptualização elaborada por Kovács e Antunes (1989), In (Freire, 2001:143) que propõem “... um «modelo de eficácia integrada» para a orientação da gestão de organizações produtivas interessadas em desenvolver o máximo potencial de participação dos seus membros-trabalhadores, em vez do «modelo de

eficácia económica», habitualmente dominante, largamente esbanjador daquelas potencialidades.”

Verificámos também que nesta empresa estão por formar as Comissões de Higiene e Segurança, sendo este outro indicador da pouca participação dos trabalhadores na vida da empresa, principalmente no que lhes diz respeito mais directamente às suas condições de trabalho e segurança

Quanto à forma como os trabalhadores são incentivados a utilizarem os EPI's, partindo do pressuposto que existe uma certa resistência a utilizar este tipo de equipamentos, as opiniões apontam-nos para factores importantes que nos ajudam a perceber esta resistência.

“Alertar aos riscos a que tenham recorrendo ao histórico, muitas das vezes infelizmente costuma-se dizer: depois de casa roubada, trancas na porta! E efectivamente as pessoas acabam por se sensibilizar, no entanto o ser humano é inato e tem uma capacidade enorme em se esquecer, surge um acidente ou algo similar e passado pouco tempo, as coisas parece que vão-se dissipando. As pessoas esquecem-se, é verdade. Esse é o grande senão, mas as pessoas também sentem que há algo a fazer. Mas a melhor abordagem é chamar a atenção dos perigos e sabemos exactamente que numa zona de via electrificada, zonas de fossas, as pessoas estão sempre sujeitas a riscos. Aliás manutenção tem sempre riscos.”CD1

“Para falar francamente, não são! Porque a própria chefia, também tem esse defeito. Também não está sensibilizada para isso e estamos logo mal. Porque se a chefia não está com essa sensibilidade, dificilmente irá transmitir a ideia. Ou é a própria pessoa que já tem isso incutido no espírito, de usar o equipamento de segurança, ou então...Porque a própria chefia não está sensibilizada. Aliás vê! Que as pessoas andam no terreno, e tirando as luvas, praticamente, não usam capacete, etc., etc. Digamos que é um defeito de formação da própria empresa. Temos os meios, porque a empresa faz um brutal investimento em equipamentos, e depois no terreno, a gente olha e enfim...”CD10

Podemos então verificar que os chefes de departamento apresentam vários factores explicativos para a não utilização efectiva dos EPI's por parte dos electromecânicos (memória dos acidentes já ocorridos vai-se apagando com o tempo, as chefias não estão sensibilizadas para a utilização destes equipamentos, defeito de formação da própria empresa). Pelo que

pudemos verificar no terreno, existe uma desresponsabilização que parte dos próprios chefes de departamento, nunca observámos no terreno a utilização de qualquer tipo de EPI nas suas deslocações às oficinas como foi, aliás, indicado por um deles, quando afirma que *“Mas contra mim falo, não uso capacete, etc., etc. porque não estou educado para isso”* CD10.

Assim sendo, não parece existir uma verdadeira preocupação com a utilização dos EPI's pelos trabalhadores. Paradoxalmente, a empresa faz um investimento muito grande em EPI's que atribui a todos os trabalhadores que trabalham nesta área.

No que diz respeito aos meios utilizados para motivar os trabalhadores a realizarem o seu trabalho em segurança, temos as seguintes opiniões:

“ (...) muitas das vezes, acaba-se por correr riscos, aliás teve oportunidade obviamente de assistir a isso. Isso é essencialmente um trabalho de supervisão. E aí há obviamente, uma grande delegação de confiança nas hierarquias, porque pertence a essas pessoas o trabalho de supervisionar todo o trabalho. No entanto, há que ter em conta o bom senso das pessoas que executam o trabalho. Porque se premeditadamente a pessoa disser assim: vou fazer mal as coisas. Vai fazer mal seguramente! Não há alguém propriamente que o possa contrariar nesse sentido. Mas de um modo geral toda essa sensibilização é feita pelas hierarquias e muitas das vezes por trocas entre colegas. Às vezes basta um: Olha aí! Nesse aspecto eu acho que eles são coesos, e até porque não se gostam de aleijar e querem salvaguardar esse aspecto. Nesse aspecto temos melhorado, tem havido menos acidentes de trabalho. Felizmente! Mas estamos expostos e há muita coisa que temos de fazer” CD1

“É como digo. Isto tem a ver com a formação das pessoas, não há meios, para motivar as pessoas. Ou as pessoas tem incutido no espírito delas, que se justifica utilizar os equipamentos. É uma questão de educação. A empresa não está vocacionada para isso. Tem a ver com a educação da empresa, com as raízes. Não quer dizer que, a pouco e pouco não vá evoluindo. Já se nota. As pessoas têm mesmo de sentir necessidade disso, porque não vale a pena obrigá-las. Se elas não sentirem necessidade é escusado.”
CD10

Podemos então verificar que uma das opiniões vai no sentido de que é possível sensibilizar as pessoas a trabalhar em segurança a partir da supervisão das chefias directas e mesmo através do controlo feito pelos próprios trabalhadores sobre as acções inseguras dos colegas que os

possam colocar em perigo. Muito embora seja referido que terá de partir do bom senso do trabalhador a opção de trabalhar em segurança. Na segunda opinião destaca-se a cultura de segurança da própria empresa e a falta de meios para motivar os trabalhadores. No terreno pudemos verificar que parece ser evidente a fraca cultura de segurança da empresa, pois através da nossa observação e de relatos de trabalhadores podemos dizer que existem trabalhos efectuados sem segurança, principalmente quando são avarias ou situações novas, em que existe uma tendência para a improvisação. Estes trabalhos são realizados com o conhecimento das chefias directas e dos chefes de departamento. Muitas das vezes são os trabalhadores que alertam para a perigosidade das tarefas, mas as suas opiniões não são ouvidas e o trabalho continua a ser realizado, mesmo colocando em risco os trabalhadores.

Os chefes de departamento podem então ser pressionados a passar por cima de algumas regras de segurança a favor da produtividade. Assim, tendem a arriscar e a encontrar caminhos mais rápidos (regra geral menos seguros) para resolver determinados problemas que vão surgindo. Porém, esta atitude não é inconsciente ou irresponsável e quanto a nós existem vários factores que podem ajudar a explicá-la. Um deles é a distância física em relação aos perigos, como coordenadores do trabalho não existe uma exigência profissional que os obrigue à exposição a determinados riscos. Outro factor poderá ser uma visão mais “probabilística” dos perigos existentes na oficina ligada aos conhecimentos técnicos que são detentores e que podem condicionar a sua forma de actuar perante as situações de trabalho em que têm de decidir qual a probabilidade de o acidente ocorrer. Se a sua escolha for no sentido de existir uma baixa probabilidade, isto permitirá actuar segundo essa previsão com uma confortável margem de manobra (mesmo que ilusória) e descurar as normas de segurança.

Outra explicação possível terá de ser enquadrada através da cultura de segurança da própria empresa em que os perigos são relativizados, submetendo a sua importância ao crivo da produtividade. Estes profissionais sabem que a sua capacidade de resolver problemas em tempo útil é valorizada internamente e conseqüentemente poderá ser recompensada em termos de progressão na carreira. As nossas observações permitem-nos também defender que a pressão sentida pelos chefes de departamento é transmitida no sentido descendente em termos hierárquicos aos mestres e contramestres, que por sua vez tendem a pressionar os electromecânicos a adoptar comportamentos pouco seguros, propícios a acidentes.

1.3 Dualidade entre valores e práticas (mestres e contramestres)

Os mestres e contramestres têm como principais funções distribuir o trabalho e supervisionar a forma como esse trabalho é realizado. Controlam os métodos utilizados, o cumprimento dos prazos estabelecidos e normas de segurança. A sua posição hierárquica pode tornar-se desconfortável. Por um lado, necessitam de obter o reconhecimento pelo seu trabalho por parte dos seus superiores hierárquicos (Chefe de Departamento); por outro, têm de transmitir ordens de serviço e verificar se são cumpridas, mesmo que não estejam de acordo com elas. No entanto, a relação diária com as máquinas, equipamentos e homens permite-lhes antecipar alguns perigos e refrear os impulsos menos seguros capazes de induzir a acções que coloquem as equipas por eles coordenadas em risco. Parece ser importante salientar que embora os mestres e contramestres não executem propriamente um tipo de trabalho conotado com trabalho operário, partilham as mesmas origens das equipas que coordenam, ou seja, todos foram electromecânicos e passaram muitas horas por baixo dos comboios. Podemos então dizer que essa experiência se traduz num maior conhecimento dos perigos existentes nas oficinas.

Ao analisarmos o conteúdo das entrevistas realizadas aos mestres e contramestres, verificamos que existia uma tendência acentuada para a discordância entre os seus valores e as suas práticas, ou seja, os seus pensamentos e apreciação sobre determinado assunto não correspondiam às suas acções reais no dia-a-dia das oficinas. Partindo desta dualidade analisaremos então o conteúdo das entrevistas confrontando-o com o que por nós foi observado.

Começaremos por apresentar as opiniões dos mestres e contramestres, sobre os tipos de riscos a que os electromecânicos estão sujeitos durante o desempenho das suas tarefas, Sabendo nós que na oficina (EIAC) existia uma situação considerada crítica pelos TSHT, relacionada com a avaria do quadro de comando de segurança que permite a ligação da alta tensão (sinal sonoro e luminoso). Pareceu-nos pertinente fazer uma distinção entre as opiniões das duas oficinas. Assim na oficina da EIAC, temos as seguintes opiniões:

“Riscos inerentes podem andar debaixo dos comboios e se não tiverem o equipamento de protecção podem dar uma cabeçada em qualquer coisa, trabalhar com uma chave de fendas, de bocas, fazer um aperto qualquer coisa, a chave não estar na posição ideal podem se magoar.” MC2

“Para mim este é o mais grave, que é o problema da iluminação, que ninguém resolve e as pessoas estão a ter problemas na vista.”MC5

“De forma geral não. Acho que não correm. Claro que há sempre aqueles pequenos riscos. Isso é sempre inerente a qualquer trabalho”. MC7

“Correm alguns riscos sendo necessário utilizar os EPI’s, para evitá-los, minimiza-los, temos por vezes peças pesadas, que cortam quinas vivas, são trabalhos às vezes que requerem esforço” MC8

“Aqui nesta área, o tipo de risco fundamental, é o risco de electrocussão através da alta tensão”MC9

Podemos então verificar que em oito entrevistas o risco eléctrico apenas foi identificado por um dos mestres/contramestres. Na oficina da EIAP verificámos que o risco eléctrico é identificado em três das cinco entrevistas.

“Por exemplo quando se trabalha, com alta tensão tem de se ter cuidado. Para evitar determinados riscos” MC11

“Estão. O risco inerente à corrente eléctrica com o qual eles estão a trabalhar propriamente dito, também aos equipamentos que poderão ser equipamentos pesados, como poderão ser, portanto, equipamentos que estejam a manusear, tipo empilhadores ou gruas ou pontes rolantes. Assim à primeira vista são esses os riscos” MC13

“Sim. Acho que sim. Risco de trabalho com electricidade é logo um risco. O local de trabalho deles, nas plataformas, é outro risco. Principalmente, acho que o risco de electrocussão é o mais importante” MC15

Assim, podemos verificar que na oficina onde o perigo eléctrico nos parece ser mais preocupante devido à avaria do quadro de comando, que pode ser um factor potenciador do perigo, parece existir uma desvalorização desse mesmo perigo. No entanto, quando comparamos estes dados com os obtidos para a questão “Na sua opinião os EPC’s que existem na oficina são eficazes?”, seis em oito respostas (oficina EIAC) identificam o quadro

de comando como sendo alvo de possíveis melhorias, como são exemplos a seguintes opiniões.

“O sinal sonoro não existe, está avariado, está avariado há muito tempo. Faz muita falta! Faz falta para quando se liga os 750v; calha número quatro vai ligar. E não só isso faz falta para quando se quer chamar alguém ao telefone. Nunca mais ninguém resolveu isso, nunca ninguém resolveu.”MC5

“Por vezes, há determinadas coisas que não são levadas em consideração e uma das coisas que eu reparo. Há muito tempo que aconteceu avariar-se o sistema som, de aviso da ligação da alta tensão e actualmente continua avariado, já uma série de anos. Não é possível avisarmos que vamos ligar uma calha de tensão. No regulamento obriga-nos, a informar que vamos ligar a alta tensão e isso não é possível. O sistema está avariado.”MC8

Assim, verificamos que embora o risco eléctrico não tenha sido identificado pela maioria dos mestres/contramestres da oficina EIAC, este risco materializou-se no quadro de comando, signo do perigo invisível e imprevisível, mas sempre presente nas oficinas. Como podemos ver na próxima opinião:

“Isso, poderiam ser melhorados ao ligar a alta tensão há sempre o aviso sonoro e luminoso, provavelmente quando um comboio está ligado, para um trabalho mais específico que tem de estar ligado à alta tensão, os avisos luminosos deveriam estar mais vivos. Para as pessoas terem mesmo a noção de que aquele material está ligado à alta tensão. De resto basta em termos sonoros na ligação, chama logo a atenção e depois é avivar os sinais luminosos.”MC2

Como já foi dito anteriormente, o uso de EPI's nas oficinas não é generalizado. Outra situação verificada por nós prende-se com a presença nas oficinas de trabalhadores subcontratados que não utilizavam qualquer tipo de EPI's, chegando um deles a calçar sandálias. O trabalho executado consistia basicamente em aparafusar e desaparafusar uma peça do comboio com um peso considerável, utilizando uma máquina eléctrica. Sabemos através das AR que o ruído emitido por essa máquina está acima dos valores recomendados por lei, no entanto, nunca os

vimos a utilizarem qualquer tipo de protectores auditivos. Estes trabalhos foram realizados diariamente e duraram vários meses.

Vejamos então algumas das opiniões dos mestres e contramestres quanto à importância do uso dos EPI's nas oficinas:

“Os equipamentos devem ser utilizados, isso é a base.”MC2

“É bastante importante (...). Não quer dizer que resolva todas as situações. Mas pelo menos, minimiza” MC4

“São importantes! Botas de biqueira de aço pode cair alguma coisa. O capacete quando andam lá por baixo, embora eu também não o utilize muito. Mas eu também vou menos vezes lá abaixo. As luvas, tudo, os equipamentos são muito importantes. Acho eu! “ MC5

“É importante, diminui provavelmente o risco. Mas acredito que nem toda a gente utilize, principalmente o capacete.”MC7

“Os equipamentos são sempre úteis, as luvas para a protecção das mãos, de cortes, isso é o mais usual. Por baixo do comboio o capacete, embora proteja não é fácil de trabalhar com o capacete e nós consideramos que usar capacete é pior. Porque nos corta o anglo de visão e está-se sempre a bater com a cabeça. Acho que é menor o risco não ter o capacete do que usá-lo. De resto, quem trabalha com tensão tem de ter cuidado o cuidado inerente a quem trabalha com corrente eléctrica.”MC12

Analisando as opiniões dos mestres/contramestres podemos, verificar que o uso de EPI's é na generalidade considerado importante ou muito importante, exceptuando o uso do capacete. No entanto, durante a nossa pesquisa no terreno verificámos que o uso dos EPI's é negligenciado por todos os profissionais que trabalham nas oficinas. Sobretudo pelos mestres e contramestres que durante as suas deslocações à oficina ou durante certos trabalhos não utilizam qualquer tipo de EPI. Como exemplo, apontamos duas situações por nós observadas. A primeira situação ocorreu durante um trabalho em que um dos mestres ajudava um electromecânico; caiu uma peça em ferro em cima do pé do mestre que nessa ocasião não utilizava sapatos de segurança. A segunda situação, várias vezes observada, é a que ocorre

durante a supervisão do trabalho, em que os mestres ficam a observar o trabalho realizado pelos electromecânicos, por exemplo o aperto de peças com máquinas que emitem ruído, e não utilizam protectores auriculares, estando muitas vezes os electromecânicos a utilizar auriculares de concha.

Parece-nos então que o seu discurso entra em contradição com as práticas diárias e que o exemplo dado por estes profissionais poderá influenciar negativamente os electromecânicos no que diz respeito ao uso dos EPI's. Alguns estudos no âmbito da cultura de segurança apontam no sentido de que os exemplos de comportamentos seguros devem partir do topo das organizações e disseminarem-se até chegarem à base.

Desta forma muito, dificilmente as chefias poderão sensibilizar os electromecânicos no sentido do uso dos EPI's. Vejamos então algumas opiniões dos mestres e contramestres no que diz respeito à seguinte questão “Costuma sensibilizar os trabalhadores para o uso dos EPI's?”

“Em regra geral toda a gente sabe os equipamentos de segurança que tem de usar, para diferentes trabalhos. Por isso está toda a gente informada. Só se virmos casos em que há um certo perigo é que dizemos alguma coisa. Não obrigamos ninguém.” MC7

“Tenta-se pelo menos a incentivá-los. Eh pá! Vejam lá o capacete. Já não se usa o capacete, mas o boné, quando se anda por baixo dos “bogies”.⁹ As botas ou os sapatos de biqueira de aço, os óculos, especialmente, quando se fura. Temos trabalhos, que temos de fazer furos por baixo do “bogie”. Pelo menos tento sempre alertá-los para que eles usem os equipamentos de protecção individual.” MC15

Podemos verificar que as respostas se dividem. Alguns dizem que tentam incentivar o uso dos EPI's, outros escudam-se no presumível conhecimento dos electromecânicos acerca dos EPI's que devem utilizar. Durante a nossa observação, nunca assistimos a qualquer tipo de chamada de atenção para o uso dos EPI's. Muito embora, nos trabalhos que implicam por exemplo a exposição ao ruído, estes trabalhadores estejam obrigados por regulamentos internos e pela própria legislação que regula a exposição laboral ao ruído a utilizarem protectores auriculares. Como já dissemos anteriormente, os mestres e contramestres podem ser pressionados a passar por cima de algumas regras de segurança a favor da produtividade. Quando confrontados com

⁹ Estrutura que compreende o conjunto das rodas e motores dos comboios.

a seguinte questão “Já sofreu pressão por parte da hierarquia ou colegas para realizar ou mandar realizar tarefas que considera perigosas?”, podemos verificar que em treze respostas nove foram negativas, ou seja só quatro mestres/contramestres admitem terem sofrido pressões. Vejamos então as respostas a algumas questões colocando no decorrer da entrevista de um dos mestres que afirmou ter sofrido pressões. Passamos a transcrever um excerto da entrevista MC4.

Já sofreu pressão por parte da hierarquia ou colegas para realizar ou mandar realizar tarefas que considera perigosas? *“Sim, já aconteceu.”*

E como é que resolveu essa situação? *“Expliquei que aquele trabalho, não dava para fazer ali?”*

E foi ouvido? *“Penso que sim. Por vezes a outra pessoa fica um bocado chateada, mas pronto.”*

Mas consegue que o trabalho não seja realizado nessas condições que considera perigosas?

“Por vezes não, mas por regra sim!”

Como pudemos ver, mesmo resistindo às pressões não é certo que os trabalhos não sejam realizados em condições perigosas. Essa resistência, como já se disse anteriormente, pode acarretar várias consequências para a pessoa que levanta este tipo de problemas, a vários níveis (prémios, progressão na carreira, etc.). Apresentaremos agora algumas opiniões que vão no sentido de não existirem pressões:

“Não. Geralmente quando a gente vê que é perigoso.... Quando eu não faço, não vou mandar os outros fazer” MC7

“Aqui não há pressão sobre ninguém, felizmente não há. Há é situações como esta que eu disse em que a pessoa, tem de fazer, porque senão ninguém faz, fica aí o comboio. Portanto, isto, não é pressão. As pessoas sabem, olha, é assim que sempre se fez, é assim que se vai fazer, porque não há outra coisa. Não vamos agora fazer, criar aqui uma birra, entre aspas, dizer: - Olha, eu não faço! Não faz, há sempre alguém que faz! Pressão, não há!” MC14

Note-se que neste caso, a pressão não é necessária por ser já assumido que é isso que se deve fazer.

“Não. Isso está mesmo posto fora de questão! Eu acho que primeiro que tudo está a segurança das pessoas. Não, acho que não. Eu pelo menos que me lembre, nem que eu tivesse sido pressionado, para fazer ou mandar fazer. Ou que eu tivesse pressionado alguém a fazer. Não me lembro mesmo disso!” MC15

Vamos agora destacar a última transcrição (MC15) por esta entrar em contradição com uma situação que foi por nós observado no terreno, e que envolveu o mestre que emitiu esta opinião. Uns dias antes das entrevistas, houve uma situação identificada como perigosa pelos electromecânicos, em que um grupo se recusou a realizar determinada operação. O mestre responsável por esse trabalho chamou outro grupo que aceitou fazer essa mesma operação. O trabalho acabou por ser realizado e durante esse dia os electromecânicos dos dois grupos trocaram piadas entre eles, chegando mesmo a ofender-se verbalmente. Mais tarde, um dos electromecânicos do grupo que recusou o trabalho referiu que o outro grupo era constituído por pessoas protegidas pelas chefias e que acatavam todas as ordens, tendo por isso direito a certos benefícios, dando o exemplo que a esses calhava sempre o trabalho mais leve. Verificase então que entre os electromecânicos existe a consciência de que as reivindicações por melhores condições de trabalho podem influenciar de forma negativa a sua vida profissional por exemplo através da distribuição do trabalho, pedidos de troca de folgas ou férias. A evolução na carreira e o seu vencimento podem também ser afectados negativamente, já que os mestres têm um papel fundamental nas avaliações de desempenho dos trabalhadores. É ainda de referir que o método de trabalho utilizado nesse dia já tinha sido identificado como perigoso pelos TSHT, à alguns anos atrás que, devido a essa avaliação, esse trabalho passou a ser realizado de outra forma, sendo consensual que era mais segura.

Assim, podemos dizer que a recusa dos trabalhadores em realizar este trabalho não foi por mero capricho, nem por uma preocupação exagerada com sua segurança. Pelo contrário, foi baseada nas indicações do Serviço interno de Segurança e Higiene no Trabalho. No dia dos acontecimentos relatados, tivemos oportunidade de confrontar o mestre em causa e perguntar-lhe se ele considerava aquele trabalho perigoso, ao que ele respondeu que se fosse feito com cuidado não apresentava riscos, concluindo a sua explicação dizendo que os comboios não podiam estar parados nas oficinas.

Para tentarmos perceber melhor como é que estas situações de recusa da realização de determinados trabalhos, por parte dos electromecânicos, são geridas pelos mestres/contramestres, apresentamos as seguintes transcrições das opiniões destes

profissionais e as suas respostas à questão: “Já lhe aconteceu um trabalhador recusar-se a realizar um trabalho, por si indicado, porque considerar este trabalho perigoso?” Em treze entrevistas, sete respostas vão no sentido dessa situação já ter acontecido. Vejamos:

“Já aconteceu! Por vezes as pessoas chamam a atenção de determinada situação, que podemos não estar a ver. Podem ter razão. Faz-se as alterações. (...). Ter de utilizar uma ferramenta mais adequada e nem sempre nós nos lembramos de tudo, e convém ouvir as pessoas que vão intervir, porque às vezes apresentam uma solução para o problema. Não é coisa que esteja sempre a acontecer, nós já cá estamos há muito tempo e sabemos o que fazer. E normalmente faz-se logo, da forma correcta. E acabam por fazer o trabalho” MC8

“Sim, sim! Principalmente na via de ensaio, muitas vezes é quando nós queremos medir tensões, com equipamento. Nós somos electricistas! Temos que estar aptos a saber o que estamos a fazer, primeiro. Mas, por vezes, alertam-me: - Olha que aqui o local é perigoso(...). É muito importante, o trabalhador ou a pessoa que está à frente dessa falha, poder fazer a sua pesquisa dentro das normas de segurança, daquilo que a pessoa sabe. - Eh pá. Não vou medir aqui nada, estou aqui na via de ensaio, tenho medo!” MC13

“Já presenciei, mas comigo nunca aconteceu. Mas o trabalho acabou por ser feito.” MC12

“Quando eles vêm ter comigo. A maior parte das vezes eu vejo que sim, que é verdade. Mas depois, também temos de ver, se não faz porque é perigoso, ou se não faz, porque não quer fazer. Depois temos de saber discernir, o que é e o que não é!” MC3

Parece-nos então que os mestres/contramestres se vêem diariamente confrontados com um dilema, por um lado como coordenadores de equipa, desejam que os trabalhos se realizem em segurança para que ninguém sofra acidentes. Por outro, são os representantes dos interesses da direcção que os pressionam para padrões de produtividade, muitas vezes desajustados aos recursos humanos existentes. Assim cabe-lhes a difícil responsabilidade de decidir até onde podem e devem arriscar.

1.4 O risco experienciado pelos electromecânicos

Como já foi por nós referido, os perigos existentes nas oficinas são vários, mas certamente o que impressiona mais, pelo menos a quem está de visita às oficinas, é todo o aparato relacionado com permanente exposição dos profissionais que aí trabalham a correntes eléctricas na ordem dos 750 V cc. Quem chega às oficinas encontra na porta de entrada o aviso “Perigo de morte, zona electrificada”, estando esta frase acompanhada por uma fâisca ameaçadora. No interior das oficinas existe toda uma sinalética e equipamentos de segurança colectivos, luzes e sinais sonoros que nos alertam novamente para este perigo. Apesar deste cenário, quando percorremos as oficinas tudo parece tranquilo, sem qualquer demonstração de preocupação com este perigo por parte dos que lá trabalham. Uma parte importante das tarefas executadas por trabalhadores são realizadas por baixo dos comboios no interior de diques, ou nas partes laterais dos comboios, que são locais normalmente sujos de óleos, poeiras e limalhas de ferro que se vão acumulando, o que os torna escorregadios e propícios a quedas. Dependendo das características físicas individuais, o trabalho por baixo dos diques pode tornar-se de difícil execução. Os mais baixos têm de esticar os braços para chegar ao comboio e os mais altos têm de andar encolhidos para não baterem nas partes mais baixas. Alguns trabalhos requerem algum esforço físico e sobretudo posições ergonomicamente incorrectas, já que alguns locais são exíguos ou de difícil acesso; não é raro vermos os trabalhadores a despenderem de grande esforço físico para a execução das tarefas. As subidas e descidas de escadas são constantes, muitas delas com alturas consideráveis.

Perante estas características e recorrendo à AR realizada pelos TSHT, tentaremos perceber quais são os riscos percebidos pelos electromecânicos tentando articular estes dados com as observações por nós realizadas nas oficinas. Como já foi referido o método de avaliação de riscos dos TSHT, inclui um breve questionário aos trabalhadores (neste caso electromecânicos) em que são colocadas as seguintes questões: A que tipo de riscos acha que está exposto durante este trabalho? O que acha que poderia ser feito para minimizar ou eliminar esse risco? A partir das respostas encontradas na grelha da AR construímos o quadro nº5 que passamos a apresentar:

Quadro nº5: Percepção de riscos dos electromecânicos

Riscos percebidos pelos electromecânicos	Medidas para minimizar ou eliminar o risco propostas pelos electromecânicos
Eléctrico (avaria no quadro de comando/protecções de “sapatas” ¹⁰ partidas)	Reparação dos quadros de comando / Reparação das protecções das “sapatas”
Ruído (máquinas muito ruidosas e a necessitarem de substituição /reparação)	Aquisição de novas ferramentas
Esforço físico (por exemplo, colocação de certas peças pesadas em lugares com pouco espaço)	Aquisição de novas ferramentas
Vibração (máquinas que emitem vibrações a mão/braço)	Aquisição de novas ferramentas
Queda de objectos (peças, equipamentos)	-
Pancadas na cabeça (quando se deslocam por baixo dos comboios)	Utilização dos EPI’s
Iluminação deficiente (lâmpadas fundidas)	Substituição das lâmpadas
Falta de pessoal	Contratação de pessoal
Limpeza das oficinas deficiente	Controlo eficaz do serviço prestado pelas empresas que prestam este serviço.

Fonte: Documentos internos do Metropolitano de Lisboa (Grelha de avaliação de riscos)

Podemos verificar que muitos dos riscos identificados pelos TSHT estão presentes neste quadro, no entanto uma das grandes diferenças quando analisamos as grelhas de AR, por exemplo no que diz respeito ao risco eléctrico é a de que em dezanove tarefas analisadas este risco é identificado pelos TSHT dez vezes enquanto que para as mesmas tarefas este risco é apenas assinalado pelos electromecânicos três vezes. Isto quer dizer que, em muitas situações de trabalho, esse risco não é percebido ou não é valorizado, devido ao hábito e rotinas diárias, que podem originar comportamentos menos seguros. Um outro aspecto também observado é que em algumas tarefas, enquanto que os TSHT identificam vários riscos, os electromecânicos identificam apenas um, desvalorizando outros riscos que os rodeiam. Verificamos também que as medidas propostas para minimizar ou eliminar o risco assinaladas pelos electromecânicos são essencialmente organizacionais, remetendo desta forma a responsabilidade para a Direcção desta área e por conseguinte para a própria empresa. Porém, existem respostas que vão no sentido da sua culpabilização no sentido de que deveriam de utilizar os EPI’s . Ainda sobre os EPI’s, parece-nos pertinente a apresentação do quadro nº 6, construído através de notas que fomos tomando, onde podemos encontrar algumas razões apontadas pelos electromecânicos para a não utilização dos EPI’s.

¹⁰ Sistema de captação de energia do carril para o comboio.

Quadro nº6: Razões apontadas pelos electromecânicos para a não utilização dos EPI's,

Tipo de EPI's	Razões da não utilização dos EPI's
Boné com coifa de protecção	“Não consigo trabalhar com o boné, faz-me transpirar e é desconfortável.” “Eu já faço isto há muitos anos e nunca usei o boné.” “A pala do boné não me deixa ver o trabalho.” “Mesmo que bata com a cabeça não é nada de grave.”
Protectores auriculares	“Esqueci-me dos auriculares no meu cacifo.” “Este trabalho é rápido, não necessito de utilizar.”
Calçado de segurança	“O chefe também não usa.” “Fazem-me mal aos pés.”
Luvas	“Com as luvas não consigo apertar os parafusos mais pequenos.” “Não consigo trabalhar com as luvas.”
Para a totalidade dos EPI's	“Não sei a que EPI's tenho direito.” “As pessoas que trabalham no armazém não facilitam a entrega dos EPI'S.” “Tenho de picar o cartão para ir ao armazém buscar os EPI's.”

Podemos verificar, através das razões apontadas pelos electromecânicos para a não utilização dos EPI's, que se por um lado não existe motivação individual para o seu uso, por outro tendem a reproduzir hábitos instituídos e difíceis de alterar. A integração no grupo faz-se através da adopção dos mesmos comportamentos e não é raro acontecer que ao mínimo desvio do considerado normal surjam reacções. Por exemplo, quando algum trabalhador utiliza os EPI's que não os habitualmente utilizados, é alvo de provocações e chacota por parte dos colegas.

Analisaremos agora alguns dos risco percebidos pelos electromecânicos relacionando-os com aquilo que observámos no terreno. Optámos por aprofundar a discussão sobre o risco eléctrico, ruído, e iluminação, que podem afectar os trabalhadores de formas diferentes.

Começaremos então pelo risco eléctrico que pela gravidade das suas possíveis consequências merece algum destaque. Como já dissemos anteriormente algumas das tarefas realizadas pelos electromecânicos, são forçosamente realizadas com os comboios em tensão. Os pontos mais críticos para a segurança dos trabalhadores são as “sapatas” dispositivo que capta a energia do carril de energia para o comboio; qualquer descuido junto a essa zona pode ter repercussões

graves. Na oficina EIAP existem EPC's que têm como função proteger os trabalhadores de eventuais contactos, estes EPC's são móveis e podem ser deslocados ao longo das vias, no entanto, durante as nossas observações verificamos que por vezes esses EPC's não são utilizados, isto acontece por esquecimento, pressa ou por preguiça de deslizar o EPC para junto da sapata. Outro aspecto verificado é que algumas protecções estão partidas e por isso inutilizadas. É de referir que os trabalhadores têm obrigatoriamente de passar junto às sapatas para executarem as suas tarefas, ficando totalmente expostos a esse risco. Na oficina EIAC, simplesmente não existem EPC's e os trabalhadores descolam-se entre a parede do dique e o comboio (espaço que deve ter aproximadamente 60cm) carregando ferramentas, peças, bidões de óleo, etc., sem qualquer protecção. Qualquer descuido pode levar a um encosto accidental. Damos o seguinte exemplo: um trabalhador carregava uma peça que pelas suas dimensões o obrigava a abrir os braços, que à altura do cotovelo ficavam precisamente na direcção de uma "sapata", ficando esta a uma distância de poucos centímetros. A este mesmo trabalhador perguntamos se achava que corria algum risco ao fazer o trabalho descrito. A sua resposta foi a seguinte "*...nós já estamos habituados, se tivermos cuidado não há perigo mas que isto deveria ter aqui protecção devia!*" Vejamos ainda outra opinião: "*As pessoas já estão tão habituadas e têm experiência.*"

Noutra situação por nós presenciada, um trabalhador abriu uma tampa que dava acesso a um equipamento do comboio que estava em tensão, onde se podia ler a seguinte frase "Alta tensão perigo de vida - tempo de descarga cerca de 4 minutos" isto quer dizer que o trabalhador só poderia ter aberto a tampa 4 minutos após ter desligado alta tensão. Assim, duas regras de segurança foram quebradas: não só abriu a tampa com a alta tensão ligada, como depois de a ter desligado não esperou o tempo necessário para a realização do trabalho em segurança. Nessa ocasião, sentimos uma necessidade imediata de questionarmos o trabalhador sobre o seu comportamento. Quando perguntámos se não deveria ter esperado que desligassem a alta tensão para realizar a tarefa em questão, obtivemos a seguinte resposta "*Sempre fiz isto e nunca tive problemas.*"

Estas e outras situações por nós observadas levam-nos a dizer que embora os trabalhadores saibam da existência deste perigo, as suas acções tanto individuais como colectivas apontam para uma desvalorização do mesmo. Quais são então as razões para esta aparente ambiguidade? Levantaremos algumas hipóteses para esta situação.

Um dos aspectos que parece contribuir para essa desvalorização é o facto de a manipulação de aparelhos eléctricos e da electricidade ser encarada como algo intrínseco à profissão. Assim quer ela quer os perigos eléctricos acabam por ser naturalizados e integrados como algo que faz necessariamente parte do ambiente oficial.

Outro aspecto que nos parece importante é que apesar deste risco poder causar danos irreversíveis na saúde dos trabalhadores, a verdade é que não se verificaram acidentes graves relacionados com ele nestas oficinas, durante todos os anos que já têm de laboração, o que ajuda a reforçar a crença e fé de que nada de mal irá acontecer no futuro. Embora não existam acidentes graves relacionados com este perigo, existem porém alguns episódios de trabalhadores que apanharam sustos e que tiveram sorte, como várias vezes ouvimos nas oficinas, e que servem como um aviso de que o perigo é real. Agarrados então a essa sorte, vão repetindo todos os dias comportamentos quanto a nós inseguros, até que um dia a sorte falhe e o susto se torne num acidente com repercussões graves para a sua saúde ou possa inclusivamente levar à morte.

Outra hipótese por nós levantada prende-se com a resignação dos trabalhadores face às pressões sentidas no sentido de trabalharem em condições inseguras sempre que isso seja favorável á produção. Existe uma aceitação do que existe não porque estejam de acordo, mas porque se sentem impotentes para mudar as situações perigosas por eles identificadas.

Outro aspecto que nos parece também importante é a existência nas oficinas duma cultura laboral em que os perigos são relativizados em função da construção de uma crença e confiança na experiência e hábitos profissionais agudizadas pela rotina, que poderá levar a comportamentos menos seguros alicerçados nessa crença de que existe uma capacidade intrínseca de lidar com esse perigo.

O ruído laboral é outro dos riscos a que os trabalhadores estão sujeitos. A OIT (Organização Internacional do Trabalho) estima que 1% dos acidentes de trabalho são provocados pela exposição de trabalhadores a níveis de ruído excessivos. Porém, este valor cresce substancialmente se entrarmos no campo das doenças profissionais. A exposição continuada a níveis de ruído relativamente elevados pode conduzir a uma diminuição progressiva e irreversível da capacidade auditiva, por traumatismo do ouvido interno. Esta é a sua consequência mais grave. As exposições de curta duração a ambientes muito ruidosos podem

também originar uma redução temporária da capacidade auditiva. No entanto, os efeitos nocivos do ruído no organismo podem ir muito além da diminuição da capacidade auditiva; as suas consequências podem tomar várias formas, nomeadamente: dores de cabeça, distúrbios gástricos, zumbidos, insónias, aumento da tensão arterial, diminuição da capacidade de concentração (e consequentes perda de produtividade e aumento da vulnerabilidade a acidentes), irritabilidade e tendência para comportamentos agressivos, stresse, efeitos psíquicos mais graves, entre outros.

Como pudemos ver o ruído pode trazer várias consequências para a saúde dos trabalhadores. No entanto, os sintomas de uma das suas consequências mais graves, a surdez crónica, só a médio prazo se começam a manifestar. Parece-nos então que este é um factor muito importante e que pode influenciar os comportamentos dos electromecânicos, já que o risco é adiado no tempo, não sendo certo que possa vir a acontecer. Outro factor que também merece o nosso destaque é o desconforto que pode provocar o uso de protectores auriculares, além de ser um entrave à comunicação. Existem trabalhos que são realizados por várias pessoas e em que as suas acções têm de estar sincronizadas, tendo por isso os trabalhadores de trocar opiniões entre si. Várias vezes assistimos a trabalhos em que os trabalhadores utilizavam auriculares e em que repetidamente os tinham de tirar para ouvir o que o colega estava a dizer. Outra situação por nós observada foi que a utilização dos protectores auriculares para trabalhos de curta duração é na generalidade inexistente. Assim parece-nos que o efeito cumulativo do ruído simplesmente não é valorizado pelos trabalhadores. Vejamos então a opinião dum electromecânico sobre este risco, “...o pior são estas máquinas que são muito pesadas e fazem um barulho que não nos deixa ouvir nada” estas máquinas aqui referidas, são pneumáticas e além do ruído, emitem também vibrações mão/braço. Estas máquinas aparecem invariavelmente nas conversas dos trabalhadores como grandes causadoras de danos a nível da audição e das lesões músculo-esqueléticas. Várias vezes os trabalhadores nos pediram para sentirmos o seu peso numa tentativa de justificação das suas queixas. As máquinas em questão já têm alguns anos, não sabemos se existem no mercado máquinas com as mesmas características que provoquem menos consequências na saúde dos trabalhadores. É de referir que durante o período em que decorreu o nosso trabalho de campo os trabalhadores tiveram acesso a um desdobrável realizado pelo serviço interno de Segurança e Higiene que alertava para os efeitos do ruído e medidas de protecção a adoptar. Para além disso, todos os electromecânicos são alvo de acções de formação nas questões de higiene e segurança.

A iluminação é também um problema que, como já vimos afecta gravemente os trabalhadores; vejamos então opinião de um electromecânico “ *Desde que vim para esta oficina, tenho vindo a notar que vejo cada vez pior, não usava óculos e agora tive de ir comprar uns...*”. Observamos que, ao longo dos meses que acompanhámos, os electromecânicos várias vezes este era tema de conversa com vários trabalhadores, inclusive muitos deles já se tinham dado ao trabalho de contar o número de lâmpadas fundidas. Sempre que estes encontravam um TSHT nas oficinas, este era abordado na tentativa de resolução deste problema. Sabemos através de conversas com estes técnicos que os seus estudos de iluminação apontam para níveis de iluminância muito abaixo dos recomendados. Esta situação afecta não só a visão dos trabalhadores como a própria produtividade e segurança, já que existem trabalhos que são minuciosos e precisam de mais luminosidade para poderem ser realizados com qualidade e segurança. Vários estudos na área da Higiene e Segurança apontam a fadiga visual como um dos principais problemas da iluminação deficiente, esta manifesta-se por uma série de sintomas incómodos que vão desde uma visão “toldada” até dores de cabeça, contracção dos músculos da face e mesmo uma posição geral do corpo incorrecta. Por outro lado sem uma boa iluminação os olhos não podem transmitir informações adequadas ao cérebro e deste modo os movimentos e gestos serão menos rápidos e menos precisos, aumentando a frequência dos erros cometidos e o risco da ocorrência de acidentes. Estes factores levam à tensão psicológica do trabalhador e ao sofrimento físico. Inevitavelmente a segurança no trabalho diminui nestas circunstâncias.

Este problema foi identificado pelos trabalhadores das duas oficinas em estudo; no entanto os electromecânicos que trabalham nas oficinas da EIAC apresentam mais queixas, já que é aqui que os problemas parecem ser mais graves. Estas instalações são predominantemente iluminadas com luz artificial, já que as entradas de luz natural existentes são mínimas. Nos dias de sol, quando se sai para o exterior depois de algum tempo de permanência no interior da oficina, somos obrigados a proteger os olhos da luz, o que revela o contraste existente entre os níveis de luminosidade no interior e exterior da oficina. Este é um risco que afecta os trabalhadores e sobre o qual eles não têm qualquer tipo de controlo; para além de apresentarem constantemente este problema às suas chefias e serviço interno de Segurança e Higiene, nada mais podem fazer para se protegerem. Tanto quanto nos pudemos aperceber este era um problema que poderia ter sido facilmente minorado se simplesmente se substituíssem as lâmpadas fundidas, realizasse limpeza regular das fontes de luz ou se porventura na fase de concepção tivesse sido assegurada uma entrada adequada de luz natural

nas oficinas. Através das entrevistas aos chefes de departamento ficamos a saber que existe um projecto para as oficinas em termos de iluminação. Vejamos então a sua opinião.

“O caso da iluminação. Se nós contasse-mos quantas notas de avarias já foram feitas em relação às luminárias, nós sempre que temos anomalias na infra-estrutura temos de despoletar uma nota de avaria, para a entidade competente...”

“Tenho-me debatido com essas questões. Tem toda a razão, toda a legitimidade, porque não se consegue fazer uma inspecção ao comboio, embora feita com boas lanternas, se não se tiver uma luminosidade suficiente. Neste momento o que posso dizer, para além de se ter pedido a reparação, sobretudo na linha 2 e linha 3, onde estão a colocar as borrachas, nas plataformas elevadas que são as piores, algumas estão a “flicar” e acaba de ter um efeito psicadélico e ainda acaba por ser pior.”

“Fez-se uma experiência piloto, resultou, está validado. Está contido em orçamento. Não lhe posso dizer que seja amanhã, nem sei inclusivamente se será daqui a seis meses. Neste momento a ideia é exactamente esta. Vamos ter um consumo adicional, se tivermos a luzes todas ligadas. No entanto, se tivermos a oficina a trabalhar numas das zonas, não precisamos de ter as outras ligadas e essa será a única solução. Esta manutenção aqui é extremamente penosa, mais, quem a faz não tem recursos! (...) E da iluminação, dou perfeitamente toda a razão, mas o que é que eu poderei fazer mais! Se me dessem mais autonomia, no sentido de fazer tudo bem! “CDI

Através deste excerto podemos então verificar que este problema também é bem conhecido pelos chefes de departamento que assumem que este é um problema importante que necessita de ser resolvido. No entanto, estes profissionais deparam-se com problemas a vários níveis que neutralizam os seus esforços na tentativa da melhoria das condições de trabalho nas oficinas. Destacamos os constrangimentos organizacionais relacionados com aspectos economicistas e falta de autonomia que lhes permita resolver os problemas identificados com maior rapidez. Independentemente destes aspectos, justifica-se salientar que, particularmente num contexto laboral perigoso como o que aqui encontramos e numa empresa desta dimensão não nos parece existir nenhuma necessidade organizacional que justifique esta situação

Conclusão

Nestes últimos meses tivemos oportunidade de conhecer mais de perto duas oficinas duma empresa de transportes ferroviários, um ambiente para nós até aqui desconhecido e inacessível. Encontrámos uma panóplia de novas sensações onde os odores, ruídos e imagens nos transportam para o que muitos chamam de mundo operário, socialmente conotado com um trabalho masculino assente no esforço físico.

Quando iniciámos esta pesquisa, interessava-nos saber se existiam diferenças na forma de perceber os riscos laborais entre os diferentes actores sociais em interacção no contexto laboral em estudo, mais precisamente entre os Técnicos de Segurança e Higiene no Trabalho (TSHT) e os Electromecânicos. No entanto, nas primeiras abordagens às oficinas percebemos que seria importante incluir outras categorias profissionais no nosso estudo, mais concretamente os Mestres e Contramestres e os Chefes de Departamento. A pesquisa realizada permitiu-nos chegar a várias conclusões que passamos a apresentar, embora esta investigação seja apenas um estudo de caso, sem por isso podermos generalizar as conclusões daqui retiradas.

Quanto à nossa hipótese inicial, podemos dizer que esta se confirma pois os dados que obtivemos indicam-nos que apesar dos electromecânicos identificarem os principais riscos existentes no seu local de trabalho, valorizam-nos de forma muito diferente dos TSHT. O perigo tende a ser naturalizado por estes profissionais através da experiência e hábito, existindo como que uma profissão de fé na capacidade de coexistir com esse ambiente inseguro. Esta é uma diferença assinalável, pois as avaliações dos TSHT apontam para a adopção universal do princípio da prevenção sem ter em conta a experiência, habilidade ou hábitos adquiridos.

Nos três grupos profissionais em estudo (chefes de departamento, mestres/contramestres e electromecânicos) podemos detectar uma naturalização do perigo através do álibi «experiência». Esta naturalização, ou esta forma de domar o perigo, faz-se então, por um lado, a partir da integração do perigo no ambiente laboral como se ele fosse inerente à própria condição profissional e, por outro, pela sua relativização através da experiência, do hábito e da crença na capacidade de coexistir com esse ambiente, a par de um sentimento de uma certa invulnerabilidade. Embora exista uma diferença evidente na forma de perceber e de lidar com o perigo, estes grupos acabam por coexistir sem esforço, já que os electromecânicos assumem

uma postura de resignação perante as pressões sofridas no sentido de trabalharem em condições inseguras. Pressões que muitas vezes já nem são necessárias porque estão integradas na cultura laboral existente, propícia à desresponsabilização, e transgressão das normas de segurança, submetendo-as às necessidades produtivas.

Podemos então concluir que os trabalhadores estudados têm consciência dos perigos existentes nas oficinas, pelo menos da grande maioria. Porém, as suas atitudes e comportamentos denunciam uma relativização dos mesmos em função da construção de uma crença e confiança na experiência e hábito profissionais. Essa fé projectada para o futuro leva-os a arriscar em cada nova situação de trabalho. No entanto, essa crença pode ser falaciosa e levar a acidentes com repercussões graves para a saúde dos trabalhadores ou mesmo levar à morte.

Deste modo, podemos concluir que no local em estudo a segurança não é verdadeiramente uma prioridade e que existe uma forte pressão para a submissão da segurança ao produtivismo. Assim, cremos ser necessária uma mudança de mentalidades profunda, alicerçada numa política de segurança forte, apoiada pela direcção. Uma política em que as acções de controlo dos riscos propostas pelo serviço interno de Segurança e Higiene no trabalho possam ser rapidamente implementadas de modo a prevenir e reduzir o número de acidentes na empresa. Por outro lado, tendo em conta a actual postura de resignação dos electromecânicos em relação às condições de insegurança que detectam, outro aspecto importante será a criação de estruturas de participação onde os trabalhadores possam exprimir as suas opiniões sobre as suas condições de trabalho e segurança e em que os seus interlocutores se interessem verdadeiramente por o que estes têm a dizer, não desperdiçando um factor que nos parece fundamental para a gestão dos riscos na empresa, a percepção dos trabalhadores sobre os riscos que os rodeiam nos seus locais de trabalho.

Bibliografia

- Alegre, Carlos. *Acidentes de trabalho e doenças profissionais*. Coimbra: Almedina, 2001.
- Areosa, João. *Riscos e acidentes de trabalho: inevitável fatalidade ou gestão negligente*, Sociedade e Trabalho, nº19/20, 2003.
- Barata, Óscar. *Introdução às ciências sociais*, 4ª Edição Volume II, Venda Nova: Bertrand Editora, 1974.
- Carapinheiro, Graça *A saúde no contexto da Sociologia*, Sociologia – Problemas e Práticas, nº 1, 1986.
- Carapinheiro, Graça. *A globalização do risco social*, in Boaventura de Sousa Santos (Org.), *Globalização: fatalidade ou utopia*, Afrontamento, Porto, 2001.
- Cardona, Omar D. (director), *The notion of disaster risk – Conceptual Framework for Integrated Management*, Universidad Nacional de Colombia, Manizales, Colombia, 2003.
- Castro, Álvaro Manuel de; Torrinho, Augusto. *Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho – compilação de Legislação*; Editora Rei dos Livros; 2ª edição; Lisboa, 2001.
- Comissão do Livro Branco dos Serviços de Prevenção, 2003.
- Comissão Europeia. *Guia para a avaliação de riscos no local de trabalho*. Serviço das publicações oficiais das comunidades europeias, Luxemburgo, 1996.
- Dejours, Christophe. «*Approche du risque par la psychopathologie du travail*», in J.-L. Fabiani e J. Theys (eds), *La société vulnérable: évaluer et maîtriser les risques*, Paris, PENS, 1987, pp. 225-230.
- Dickson, Gordon C. Price, A.; Lesley; Maclaren, William M; Stein William M. *Perception of risk: a study of A&E nurses and NHS managers*. Journal of Health Organization and Management, Vol. 18 nº 5, Emerald Group, 2004.
- Eco, Umberto. *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*, 6.ª edição, Editorial Presença; Lisboa, 1995.
- Feliciano, José Fialho. *Poder e risco no trabalho da indústria petrolífera. A Refinaria de Sines 1978-1997*. Coleção Cogitum nº 7 Coordenação de DEEP/MSST, Lisboa, 2003.
- Graça, L; *A promoção da saúde nos locais de trabalho e a modernização das empresas portuguesas*. Escola Nacional de Saúde Pública, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1999. Texto policopiado.
- Granja, Paulo. *Aprendendo o perigo a ser um de nós. Integração profissional na indústria de refinação*, Revista Lusófona de Educação nº 9, Edições Lusófonas, 2007, pp.103-123.
- Granja, Paulo. *Quando a identidade é um perigo: mutações identitárias na refinaria de Sines*, em Etnográfica, Vol. VI (2), 2002, pp. 303-326.
- Krimsky, Sheldon; Golding, Dominic. *Social Theories of Risk*, Praeger, London, 1992.
- Lehmann, Wolga Betina Schossig. *Sistema de registro e análise com base na falha humana - Dissertação de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina; Florianópolis- Brasil, 2001.*
- Lima, Luísa. *Factores sociais na percepção de riscos* Psicologia, Vol. XII, Nº1, 1998), pp. 9-28.

Lima, Luísa. *Percepção de riscos ambientais: realismo ou ilusão?* em Clara, Cabral, Ambiente e Desenvolvimento (Cap. 4), Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

Livro branco dos serviços de prevenção das empresas/Comissão do Livro Branco dos Serviços de Prevenção – Lisboa: IDICT, Segurança e saúde no trabalho. Estudos; I, 2001, p. 99.

Rego, Raquel; Freire, João. *Segurança e saúde no trabalho: que sentido para as mudanças em curso?* In Revista Organização e Trabalho, nº 25, 2001.

Slovic, Paul. *Perception of Risk*; Science, Vol. 236, 1987, pp. 280/285.

Tarrinho, Augusto; de Castro, Álvaro Manuel. *Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho*, “2ª edição, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 2001.

Veiga, Rui (coord.). (*Higiene, Segurança, Saúde e Prevenção de Acidentes de Trabalho*, Vol.1; 16ª actualização, Edição Verlag Dashöfer, 2005.

Referências bibliográficas

Acordo de Empresa Metropolitano de Lisboa, 2001.

Areosa, João *As percepções sobre o controlo de riscos num serviço de imagiologia hospitalar*, em Guedes Soares, et al. Riscos, públicos e industriais. Lisboa: Edições Salamandra, 2007, pp.1233-1248.

Areosa, João. *A hegemonia contemporânea dos “novos riscos”* riscos em Soares Guedes, et al. (Eds.), *Análise e Gestão de Riscos, Segurança e Fiabilidade*, Lisboa: Edições Salamandra, 2005.

Areosa, João. *As percepções de riscos dos trabalhadores: conhecimento ou “iliteracia”*. Colóquio Internacional de Segurança e Higiene Ocupacionais – SHO2007, Guimarães: Universidade do Minho, 2007, pp. 131-134.

Areosa, João. *O risco no âmbito da teoria social*. VI Congresso Português de Sociologia - Mundo sociais: saberes e práticas. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2008.

Balanço Social, Empresa Metropolitano de Lisboa, 2007.

Beck, Ulrich. *Risk society. Towards a new modernity*, London: Sage, 1992.

Carmo, Hermano; Ferreira Manuela. *Metodologia da investigação- Guia para a Auto-aprendizagem*, Universidade Aberta, Lisboa, 1998.

D’Oliveira, T. in Gomes, Jorge F.S.; Cunha, Miguel, Pina; Rego, Arménio. *Comportamento Organizacional e Gestão - 21 Temas e Debates para o século XXI*; cap. 4; RH Editora, Lisboa, 2006.

- Dejours, Christophe, *A Loucura do Trabalho. Estudo de psicopatologia do trabalho*. 4ª edição, Cortez-Oboré, São Paulo, 1991.
- Documentos internos (Avaliação de riscos) Empresa Metropolitano de Lisboa, 2008.
- Douglas, Mary; Wildavsky, Aron. *Risk and culture: An essay on the selection of technological an environmental dangers*, CA: University of California Press, Berkeley, 1982.
- Freire, João. *Sociologia do trabalho: uma introdução*, Edições Afrontamento, Porto, 2001.
- Freitas, Carlos Machado de, Gomez, Carlos Minayo *Análise de riscos tecnológicos na perspectiva das Ciências Sociais*. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Vol.3,Nov.1996-Fev.1997, pp. 485-504. Texto policopiado.
- Giddens, Anthony. *Modernidade e identidade pessoal*, Celta Editora, Oeiras, 1994.
- Giddens, Anthony. *O mundo na era da globalização*, Editorial Presença, Lisboa, 2000.
- Granjo, Paulo et al “*Há uma cultura do risco?*” *4 Olhares sobre a cultura*, CCPB, Barreiro, 2006, Barreiro, pp. 19-30, 2006.
- Granjo, Paulo. *A antropologia e a abordagem da indústria e do risco: legitimidade e experiência de terreno*, Etnográfica, Vol. II (1), 1998, pp.73-89.
- Granjo, Paulo. *Quando o conceito de «risco» se torna perigoso*, *Análise Social*, vol. XLI (11), 2006, pp. 1167-1179.
- Granjo, Paulo. *Trabalhamos sobre um barril de pólvora: homens e perigo na refinaria de Sines*. Lisboa: imprensa de Ciências Sociais, 2004.
- Lima, Luísa, et al *Clima de Segurança, Percepção de Risco e Comportamentos de Segurança* em Soares Guedes, et al. (Eds.), *Análise e Gestão de Riscos, Segurança e Fiabilidade*, Lisboa: Edições Salamandra, 2005, pp. 119-132.
- Lima, Luísa. *Contributos para o estudo da representação do risco*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1990.
- Lima, Luísa. *Factores sociais na percepção de riscos* *Psicologia*, Vol. XVII, Nº3, 1989, pp. 325-350.
- Lima, Luísa. *Percepção de riscos e culturas de segurança nas organizações* *Psicologia*, Vol. XII, Nº2, 1999, pp. 379-386.
- Luhmann, Niklas. *Risk: a Sociological theory*. New York: Aldine de Gruyter, 1993.
- Palma-Oliveira, José, et al. *Monitorização Psicossocial de uma Actividade Industrial* em Soares Guedes, et al. (Eds.), *Análise e Gestão de Riscos, Segurança e Fiabilidade*, Lisboa: Edições Salamandra, 2005, pp. 133-148.
- Quivy, Raymond, *Manual de investigação em ciências sociais*, 2ª edição, Gradiva, Lisboa, 1998.
- Roxo, Manuel M. *Segurança e Saúde do trabalho: Avaliação e controlo de riscos*; Livraria Almedina ; 2ª edição; Coimbra, 2004.
- Rundmo, Torbjorn. *Associations between risk perception and safety*. *Safety Science* Vol.24 nº3. Pergamon, 1996, pp. 197-209,
- Rundmo, Torbjorn. *Explaining risk perception. An evaluation of cultural theory*. C Rotunde nº85. Norwegian University of Science and Technology, Department of Psychology, Trondheim, 2004.

Rundmo, Torbjorn. *Explaining risk perception. An evaluation of the psychometric paradigm in risk perception research.* C Rotunde nº84. Norwegian University of Science and Technology, Department of Psychology, Trondheim, 2004.

Rundmo, Torbjorn. *Safety climate, attitudes and risk perception in Norsk Hydro.* Safety Science Vol 34, Elsevier Science, 2000, pp. 47-59.

Sjöberg, Lennart. *Risk Perception by the Public and by Experts: A Dilemma in Risk Management.* Human Ecology review, Vol. 6, nº 2, Society for Human Ecology, 1999.

Slovic, Paul. *The risk game;* Reliability Engineering and System Safety nº 59, Elsevier Science Limited, 1998, pp.73-77.

ANEXO 1- Quadro nº 5

Quadro nº5: Dimensões de análise para a construção dos guiões de entrevista

Dimensões	Perguntas/Guião 1) Chefes de departamento	Perguntas/Guião 2) Mestres/contramestres
Identificação/Percepção de riscos	<p>1) Na sua opinião, a que tipo de riscos os trabalhadores estão sujeitos durante o tempo de trabalho?</p> <p>2) Para si estes riscos são preocupantes?</p> <p>3) Os trabalhadores normalmente participam na identificação dos riscos laborais? De que forma? Considera essa participação importante?</p>	<p>1) Considera que os trabalhadores no desempenho das suas tarefas (Electromecânicos) estão sujeitos a algum tipo de risco? Em caso afirmativo, discrimine quais?</p>
Participação/ Formação	<p>4) Os colaboradores participam nos processos de organização de trabalho? (métodos de trabalho, horários, pausas, etc.)? De que forma?</p> <p>5) Os trabalhadores participam regularmente em acções de formação no âmbito da higiene e segurança? Qual a importância destas acções de formação?</p>	
Organização do trabalho/ Relações sociais de trabalho/controlo do risco	<p>10) Quais são os principais problemas com que se depara no âmbito da higiene e segurança na sua área? Na sua opinião, de que forma estes problemas poderiam ser resolvidos?</p>	<p>2) Que medidas julga importantes, para minimizar ou eliminar esses riscos?</p> <p>3) Já sofreu pressão por parte da hierarquia ou colegas para realizar ou mandar realizar tarefas que considera perigosas?</p> <p>6) Já lhe aconteceu um trabalhador recusar-se a realizar um trabalho, por si indicado, porque considerar este trabalho perigoso? (Em caso de resposta positiva passar para a pergunta seguinte)</p> <p>7) Como resolveu este problema? E que aspectos considerou na tentativa de resolver esse mesmo problema?</p>
Equipamentos de protecção individual e colectiva	<p>6) Sabendo, que existe alguma resistência por parte dos trabalhadores na utilização dos EPI'S? De que forma os trabalhadores são incentivados a utilizarem esses equipamentos?</p> <p>7) Considera que os EPC'S existentes na oficina são eficazes e suficientes? (sinais sonoros e luminosos, piso anti-derrapante, etc.)?</p>	<p>4) Na sua opinião qual é a importância do uso dos EPI's?</p> <p>5) Na sua opinião Os EPC's que existem na oficina são eficazes? (sinais sonoros e luminosos, piso anti-derrapante, etc.)?</p>
Cultura de segurança	<p>8) Que meios utilizam para motivar os trabalhadores a realizarem o seu trabalho em segurança?</p> <p>9) Considera justificável tornar as questões de segurança? Em que situações concretas?</p>	

ANEXO 2 - Guião de entrevista nº1 aplicado aos Chefes de Departamento

1 Na sua opinião, a que tipo de riscos os trabalhadores estão sujeitos durante o tempo de trabalho?

2 Para si estes riscos são preocupantes?

3 Os trabalhadores normalmente participam na identificação dos riscos laborais? De que forma? Considera essa participação importante?

4 Os colaboradores participam nos processos de organização de trabalho? (métodos de trabalho, horários, pausas, etc.)? De que forma?

5 Os trabalhadores participam regularmente em acções de formação no âmbito da higiene e segurança? Qual a importância destas acções de formação?

6 Sabendo, que existe alguma resistência por parte dos trabalhadores na utilização dos EPI'S? De que forma os trabalhadores são incentivados a utilizarem esses equipamentos?

7 Considera que os EPC'S existentes na oficina são eficazes e suficientes? (sinais sonoros e luminosos, piso anti-derrapante, etc.)?

8 Que meios utilizam para motivar os trabalhadores a realizarem o seu trabalho em segurança?

9 Considera justificável tornar as questões de segurança? Em que situações concretas?

10 Quais são os principais problemas com que se depara no âmbito da higiene e segurança na sua área? Na sua opinião, de que forma estes problemas poderiam ser resolvidos?

11 Terminou a nossa entrevista, quer acrescentar mais alguma coisa?

ANEXO 3 – Guião de entrevista nº2 aplicado aos Mestres e Contra-mestres

1 Considera que os trabalhadores no desempenho das suas tarefas (Electromecânicos) estão sujeitos a algum tipo de risco? Em caso afirmativo, discrimine quais?

(Em caso de resposta negativa passar para a pergunta 5)

2 Que medidas julga importantes, para minimizar ou eliminar esses riscos?

3 Já sofreu pressão por parte da hierarquia ou colegas para realizar ou mandar realizar tarefas que considera perigosas?

4 Na sua opinião qual é a importância do uso dos EPI's?

5 Na sua opinião Os EPC's que existem na oficina são eficazes? (sinais sonoros e luminosos, piso anti-derrapante, etc)?

6 Já lhe aconteceu um trabalhador recusar-se a realizar um trabalho, por si indicado, porque considerar este trabalho perigoso? (Em caso de resposta positiva passar para a pergunta seguinte)

7 Como resolveu este problema? E que aspectos considerou na tentativa de resolver esse mesmo problema?

8 Terminou a nossa entrevista, quer acrescentar mais alguma coisa?

ANEXO 4 - Guião de entrevista (Teste), aplicado aos Mestres e Contra-mestres

1 Considera que os trabalhadores no desempenho das suas tarefas (Electromecânicos) estão sujeitos a algum tipo de risco? Em caso afirmativo, discrimine quais?

(Em caso de resposta negativa passar para a pergunta 5)

2 Que medidas julga importantes, para minimizar ou eliminar esses riscos?

3 Já sofreu pressão por parte da hierarquia ou colegas para realizar ou mandar realizar tarefas que considera perigosas?

4 Na sua opinião qual é a importância do uso dos EPI's?

5 Na sua opinião Os EPC's que existem na oficina são eficazes? (sinais sonoros e luminosos, piso anti-derrapante, etc)?

6 Já lhe aconteceu um trabalhador recusar-se a realizar um trabalho, por si indicado, porque considerar este trabalho perigoso? (Em caso de resposta positiva passar para a pergunta seguinte)

7 Como resolveu este problema? E que aspectos considerou na tentativa de resolver esse mesmo problema?

ANEXO 5 - Transcrição integral das entrevistas aplicadas aos Chefes de Departamento

Entrevista 1 (Guião nº1)

Pergunta 1: Na sua opinião, a que tipo de riscos os trabalhadores estão sujeitos durante o tempo de trabalho?

R: Bom estão sujeitos, a riscos inerentes às funções que eles têm, nomeadamente a lesões musculares, luxações por possíveis desequilíbrios por posturas incorrectas, todo esse quadro clínico que possa surgir e assim então estão sujeitos essencialmente a estes riscos.

Pergunta 2: Para si estes riscos são preocupantes?

R: Claro que sim, comprometem o trabalho, digamos a força de trabalho disponível aqui na oficina, com certeza que sim.

Pergunta 3: Os trabalhadores normalmente participam na identificação dos riscos laborais? De que forma? Considera essa participação importante?

R: Perfeitamente aliás são os primeiros a desencadear o alarme, propriamente dito, depois temos todo o processo crítico, e a quem de direito alertar, nomeadamente a uma falha nas infra-estruturas, são sempre eles que despoletam o processo, no caso do acidente efectivamente ocorrido, aí claro há a respectiva comunicação à EIH e acaba por ser digamos os trâmites normais, mas seguramente, mas muitas vezes eles inclusivamente acabam por falar directamente comigo. Eles, aí são muito participativos, são mesmo proactivos e isso é bom. Considero essa participação importante, claro que sim.

Pergunta 4: Os colaboradores participam nos processos de organização de trabalho? (métodos de trabalho, horários, pausas, etc.)

R: São. Obviamente quando é criada uma estrutura de trabalho é envolvida a hierarquia e depois são consultados digamos os executantes, propriamente ditos e obter na medida do possível o seu acórdão, sabemos que efectivamente é difícil obter um consenso geral, mas dum modo geral tentamos, digamos e nós também com o bom senso, tentamos coordenar as coisas digamos de maneira mais razoável de executar as tarefas.

Pergunta: De que forma?

R: Validamos as acções no local, por exemplo uma modificação nos bogies ou algo similar e vamos ver a execução o procedimento, não só da execução mas também da preparação de trabalho, digamos as ferramentas que são ajustadas a essas operações, o modo digamos de rentabilizar os recursos, obviamente e também digamos assim os dispositivos que são necessários para a execução da tarefa. Muitas das vezes acaba-se por até criar-se, acaba por ser aquilo que se chama o brainstorming. Quando se lança uma operação nova, as pessoas acabam por cada uma dar a sua ideia e até encontramos a solução ideal. Se é que ela existe e existe um processo interactivo e temos de passar por isso, obviamente. Muitas das vezes até são os próprios executantes, que chamam a atenção: repare que aquilo que estávamos a fazer, provavelmente se fizesse-mos! OK, sim senhor! E isso acontece frequentemente! Felizmente, acho que é salutar.

Pergunta 5: Os trabalhadores participam regularmente em acções de formação no âmbito da higiene e segurança? Qual a importância destas acções de formação?

R: Tem havido poucas. É verdade! Temos que dizer exactamente como é, eles participam, infelizmente nem todas as pessoas digamos, assim o entendem. Por uma questão cultural de higiene e segurança que não existe, ou por questões de mentalidade. São pessoas que participam mas quanto aos EPTS é algo que eu acho que ainda deveríamos sensibilizar mais as pessoas. Como sabe que somos certificados em termos de qualidade de trabalho executado, digamos assim não em termos de normativos de segurança, e ainda há algo que possamos fazer, nós como um todo, a nossa organização deve sensibilizar as pessoas. Em termos de segurança a utilização do vestuário dos sapatos de segurança, em relação aos capacetes há mais cepticismo. Acho que a ideia seria, até por salvaguarda, até porque um acidente de trabalho produz sofrimento não só na força de trabalho, mas por todos os danos colaterais que tem. E seria efectivamente tentar sensibilizar as pessoas cada vez mais para que isso aconteça, e isso parte também da própria pessoa, muitas das vezes se pressionamos as pessoas e se as pessoas não estão predispostas, acabamos por fazer o papel de polícia. Acho que isso tem a ver com o índice cultural da pessoa. De um modo geral são colaborantes.

Pergunta 6: Sabendo, que existe alguma resistência por parte dos trabalhadores na utilização dos EPI'S? De que forma os trabalhadores são incentivados a utilizarem esses equipamentos?

R: Alertar aos riscos a que tenham recorrendo ao histórico, muitas das vezes infelizmente costuma-se dizer: depois de casa roubada, trancas na porta! E efectivamente as pessoas acabam por se sensibilizar, no entanto o ser humano é inato e tem uma capacidade enorme em se esquecer, surge um acidente ou algo similar e passado pouco tempo, as coisas parece que vão-se dissipando. As pessoas esquecem-se, é verdade. Esse é o grande senão, mas as pessoas também sentem que há algo a fazer. Mas a melhor abordagem é chamar a atenção dos perigos e sabemos exactamente que numa zona de via electrificada, zonas de fossas, as pessoas estão sempre sujeitas a riscos. Aliás manutenção tem sempre riscos.

Pergunta 7: Considera que os EPC'S existentes na oficina são eficazes e suficientes? (sinais sonoros e luminosos, piso anti-derrapante, etc.)?

R: Poderia haver melhorias. Melhorias aliás é sempre daquelas coisas que para a segurança nunca é demais. Toda a questão dos sinalizadores, temos tido alguns problemas nomeadamente em termos de avarias, nomeadamente o áudio, temos ao nível das linhas, neste momento estamos como um problema no amplificador em que nenhuma área consegue intervir. E há sítios em que não se consegue estabelecer comunicação, ou seja, dá o sinal sonoro da alta, da tensão mas não é possível estabelecer comunicação: Atenção vai ligar a calha da linha....

Portanto, todos esses problemas, em todos estes sistemas de segurança nunca é demais fazer uma redundância. E nós não vivemos na redundância! Nomeadamente até na questão das próprias portas de acesso às calhas das linhas que foram colocadas fechaduras e foram só distribuídas às chefias. Porque as fechaduras estavam danificadas. Há aqui questões que ainda podem ser afinadas. Sem dúvida! Nestas questões da segurança ainda podemos fazer umas melhorias significativas, no entanto a infra-estrutura da oficina é o que é! Portanto, não pode ser assim do pé para a mão. Acredito que sim, todo este processo em termos de segurança nunca tem um fim. É a minha opinião!

Pergunta 8: Que meios utilizam para motivar os trabalhadores a realizarem o seu trabalho em segurança?

R: Nomeadamente, muitas das vezes, acaba-se por correr riscos, aliás teve oportunidade obviamente de assistir a isso. Isso é essencialmente um trabalho de supervisão. E aí há obviamente, uma grande delegação de confiança nas hierarquias, porque pertence a essas pessoas o trabalho de supervisionar todo o trabalho. No entanto, à que ter em conta o bom senso das pessoas que executam o trabalho. Porque se premeditadamente a pessoa dizer assim: Vou fazer mal as coisas. Vai fazer mal seguramente! Não há alguém propriamente que o possa contrariar nesse sentido. Mas de um modo geral toda essa sensibilização é feita pelas hierarquias e muitas das vezes por trocas entre colegas. Às vezes basta um: Olha aí!

Nesse aspecto eu acho que eles são coesos, e até porque não se gostam de aleijar e querem salvaguardar esse aspecto. Nesse aspecto temos melhorado, tem havido menos acidentes de trabalho. Felizmente! Mas estamos expostos e há muita coisa que temos de fazer.

Pergunta 9: Considera justificável torneir as questões de segurança? Em que situações concretas?

R: Isso é uma pergunta delicada. Temos um cliente directo. Temos trabalho que tem de se executado! E muitas das vezes, temos muitas condicionantes, muitos factores em jogo, nomeadamente até inclusivamente nesta altura estamo-nos a deparar com falta de recursos humanos. Mas neste momento, as infra-estruturas não estão dimensionadas para a carga de trabalho que nós temos. Portanto, há muitas vezes que tentar e isso muitas vezes apelar um pouco, não só ao bom senso, obviamente, temos que ter alguns conhecimentos das normas de segurança. Como contornar as situações. Não se deve desprimorar a segurança! No entanto, há sempre duas variáveis em jogo: segurança versus execução dos trabalhos. O ideal é associar as duas a produtividade com a segurança. Às vezes nem sempre concorrem e às vezes correm-se riscos, sabemos disso. Era melhor que não os corrêssemos, admito, mas é preferível abordar as coisas desta maneira. Vamos melhorar!

Pergunta 10: Quais são os principais problemas com que se depara no âmbito da higiene e segurança na sua área? Na sua opinião, de que forma estes problemas poderiam ser resolvidos?

R: Há aqui duas partes, a higiene e a segurança. Da segurança já falamos, uma melhoria das infra-estruturas, acompanhada dum sensibilização das pessoas. Talvez até estreitar mais as medidas em termos de EPI'S. Em termos de higiene, temos o grande problema que a infra-estrutura, não nos concorre, como pode ver, e inclusivamente recebo inúmeras queixas, dos balneários, das condições de utilização dos mesmos, das limpezas e não deixo de frisar a dificuldade que eu tenho tido com as renovações dos contratos com as empresas de limpeza e com os recursos humanos envolvidos na higiene das infra-estruturas, diminuíram e isso acarretou uma qualidade de serviço menor. Razão pela qual a higiene tem regredido um pouco e as pessoas têm-me alertado para essa situação.

Pergunta 11: Terminou a nossa entrevista, quer acrescentar mais alguma coisa?

R: O caso da iluminação. Se nós contasse-mos quantas notas de avarias já foram feitas em relação às luminárias, nós sempre que temos anomalias na infra-estrutura temos de despoletar uma nota de avaria, para a entidade competente, neste caso GIPC, para fazerem a reparação. Em termos de luminosidade, nós durante o dia, ainda temos alguma luz directa, mas à noite, a visibilidade é diminuta, associada ao facto de todos os componentes eléctricos terem a sua vida útil e estes candeeiros serem de difícil substituição. Repare, para se substituir um destes candeeiros, nomeadamente, temos de chamar o “socofer”. “Socofer” é aquela plataforma elevatória. Não é chegar aqui, meter o escadote, e substituir os candeeiros. E portanto isto tem sido um cavalo de batalha, entre aspas, já desde há muito tempo atrás, eu estou aqui desde o início 2006. E tenho falado como o Eng. (...), como sendo o responsável. Tenho-me debatido com essas questões. Tem toda a razão, toda a legitimidade, porque não se consegue fazer uma inspecção, ao comboio embora feita com boas lanternas, se não se tiver uma luminosidade suficiente. Neste momento o que posso dizer, para além de se ter pedido a reparação, sobretudo na linha 2 e linha 3, onde estão a colocar as borrachas, nas plataformas elevadas que são as piores, algumas estão a “flicar” e acaba de ter um efeito psicadélico e ainda acaba por ser pior. Neste momento o que está preparado é arranjar três grupos, de lâmpadas fluorescentes, está a ver a luminárias no tecto, mais abaixo ao nível dos painéis radiantes a gás, vão ser colocadas bandas de lâmpadas fluorescentes, como uma determinadas inclinação.

Quando o comboio estiver parado ao lado um do outro, reflecte uma entrada de luz mais eficaz dentro dos comboios. Fez-se uma experiência piloto, resultou, está validado. Está contido em orçamento. Não lhe posso dizer que seja amanhã, nem sei inclusivamente se será daqui a seis meses. Neste momento a ideia é exactamente esta. Vamos ter um consumo adicional, se tivermos a luzes todas ligadas. No entanto, se tivermos a oficina a trabalhar numas das zonas, não precisamos de ter as outras ligadas e essa será a única solução. Esta manutenção aqui é extremamente penosa, mais, quem a faz não tem recursos! E andamos sempre aqui com o efeito bola de neve. Como a questão inclusivamente dos próprios balneários. Também tenho queixas, das caleiras, dos aquecimentos das, águas dos ares condicionados. Pode-se olhar para aqui e veja-se o lindo serviço que está aqui (comentário sobre as condições da sala de reuniões, com sinais mais que evidentes de infiltrações de vários anos). Tenta-se fazer o melhor que se pode, é incomportável. E da iluminação, dou perfeitamente toda a razão, mas o que é que eu poderei fazer mais! Se me dessem mais autonomia, no sentido de fazer tudo bem!

Entrevista 10 (Guião nº 1)

Pergunta 1: Na sua opinião, a que tipo de riscos os trabalhadores estão sujeitos durante o tempo de trabalho?

R: Eles trabalham com objectos suspensos, isso, implica um risco se por qualquer motivo o objecto que está suspenso cair. Trabalham com alta tensão, é outro risco. E de momento, não me ocorre mais nenhum premente, para mencionar aqui. São os dois maiores riscos que têm. Pancadas com a cabeça, por exemplo quando andam nos diques não usam os capacetes, de protecção. Mas de resto não vejo assim, mais nenhum. O principal é a alta tensão. É o risco maior.

Pergunta 2: Para si estes riscos são preocupantes?

R: Se as pessoas não tiverem os cuidados devidos e que estão devidamente estabelecidos e conforme eles estão preparados.

Pergunta: Refere-se às normas?

R: As normas. Se não usarem os equipamentos de protecção que toda a gente, está munida deles. Aí são preocupantes, sem dúvida. Mesmo com esses equipamentos todos, por vezes eles acontecem, sem os equipamentos, ainda pior.

Pergunta 3: Os trabalhadores normalmente participam na identificação dos riscos laborais? De que forma? Considera essa participação importante?

R: Essencialmente os trabalhadores são ouvidos, pelo menos desde que eu estou na empresa, a higiene e segurança, tem o cuidado, sempre que, surge algum problema. Aliás há problemas que são levantados pelos próprios trabalhadores, imediatamente à higiene e segurança. E a partir é que é desenvolvido um trabalho de por no terreno. Posso dizer por exemplo as luvas para alta tensão. É um projecto que ainda não está concluído, as luvas ainda não chegaram, já lá vai quase um ano. O problema foi identificado, apresentado a quem de direito e ainda estamos à espera das respectivas luvas.

Pergunta: A identificação que os trabalhadores fazem dos riscos é através da higiene e segurança?

R: Eu tenho um método de trabalho que é assim, eu não gosto de meter ruído, seja no que for. Eles dão-me conhecimento, mas automaticamente eu dou-lhes poderes, para eles entrarem em contacto directo com a higiene e segurança, são problemas que eles identificaram directamente, escusam de estar a meter mais gente no processo. Apresentam directamente à higiene e segurança, apesar de eu tomar conhecimento, como é evidente.

Pergunta: Acha que essa participação importante?

R: É importantíssima, eles é que trabalham no dia-a-dia, melhor que ninguém sabem.

Pergunta 4: Os colaboradores participam nos processos de organização de trabalho? (métodos de trabalho, horários, pausas, etc.)

R: Pouco. Para não dizer nada!

Pergunta: Quando participam, de que forma é que participam?

R: Sabe que a empresa não está vocacionada para isso. Tirando um ou outro sector que poderá dar alguma importância, aquilo que eles decidem em termos de desenvolvimento de trabalho, etc. A empresa não dá muito valor a isso. Neste momento estamos a desenvolver um projecto, que é o RCM e tem muito mais peso, apesar das equipas por vezes serem constituídas por trabalhadores.

Pergunta: O que é que significa RCM?

R: É um novo sistema de manutenção, no fundo é identificar problemas, que possam existir nos comboios e quais são as medidas preventivas a tomar para que eles não ocorram. Em casos muito pontuais eles são ouvidos. Agora em termos da organização da inspecção, tempos, etc. Não são! Portanto é decidido, pela chefia superior, é metido no terreno com supervisor, é adaptado à realidade, já no terreno. Portanto, eles só são intervenientes praticamente na parte de ensaio, de teste. E aí sim! Poderão dar a opinião, como a coisa deve funcionar. Mas tem pouco peso!

Pergunta: Então a opinião dos trabalhadores não é muito ouvida?

R: Não!

Pergunta 5: Os trabalhadores participam regularmente em acções de formação no âmbito da higiene e segurança? Qual a importância destas acções de formação?

R: É obrigatório! Eles não podem estar em zonas electrificadas, sem terem os regulamentos de segurança, em termos de vias electrificadas. E isso eles têm todos.

Pergunta: Acha suficiente as acções de formação em que os trabalhadores têm participado?

R: Eu acho que sim! Eu sou um bocado leigo, para falar a esse nível. No que diz respeito à laboração na oficina, eles têm os regulamentos necessários, para laborarem em condições normais e em segurança. Em termos de higiene, não sei, se justifica ou não eles terem formação a esse nível. Temos pessoas que estão vocacionadas para esse meio, e eles apresentam os problemas, depois à uma ligação e posto no terreno. Portanto, se calhar não se justifica uma formação específica para esse fim. Não sei!

Pergunta 6: Sabendo, que existe alguma resistência por parte dos trabalhadores na utilização dos EPI'S? De que forma os trabalhadores são incentivados a utilizarem esses equipamentos?

R: Para falar francamente, não são! Porque a própria chefia, também tem esse defeito. Também não está sensibilizada para isso e estamos logo mal. Porque se a chefia não está com essa sensibilidade, dificilmente irá transmitir a ideia. Ou é a própria pessoa que já tem isso incutido no espírito, de usar o equipamento de segurança, ou então... Porque a própria chefia não está sensibilizada. Aliás vê! Que as pessoas andam no terreno, e tirando as luvas, praticamente, não usam capacete, etc., etc. Digamos que é um defeito de formação da própria empresa. Temos os meios, porque a empresa faz um brutal investimento em equipamentos, e depois no terreno, a gente olha e enfim...

Mas contra mim falo, não uso capacete, etc., etc., porque não estou educado para isso.

Pergunta 7: Considera que os EPC'S existentes na oficina são eficazes e suficientes? (sinais sonoros e luminosos, piso anti-derrapante, etc.)?

R: A prática tem-me ensinado que sim! Digamos que há aí uma pequena falha, ao nível de sinalização de alta tensão. O sistema não está operacional, como deveria de estar. Mas isso é defeito nosso, mas a pouco e pouco, temos colmatado isso. Digamos que em termos gerais, a

oficina tem condições excelentes, em termos de segurança e higiene. De momento não me ocorre nada, poderá surgir um caso ou outro pontual, mas são mesmo casos pontuais. Não devem ser generalizados.

Pergunta 8: Que meios utilizam para motivar os trabalhadores a realizarem o seu trabalho em segurança?

R: É como digo. Isto tem a ver com a formação das pessoas, não há meios, para motivar as pessoas. Ou as pessoas tem incutido no espírito delas, que se justifica utilizar os equipamentos. É uma questão de educação. A empresa não está vocacionada para isso. Tem a ver com a educação da empresa, com as raízes. Não quer dizer que, a pouco e pouco não vá evoluindo. Já se nota. As pessoas têm mesmo de sentir necessidade disso, porque não vale a pena obrigá-las. Se elas não sentirem necessidade é escusado.

Pergunta 9: Considera justificável tornear as questões de segurança? Em que situações concretas?

R: Tornear? Posso dizer que, em termos de luvas, capacete, etc., contra mim falo. Sou um indivíduo que me alheio completamente disso. Há uma norma que eu não perdooo que é a alta tensão. Aí, eu não dou hipótese que o problema seja torneado! Porque a alta tensão não permite uma segunda falha. Geralmente quando uma pessoa falha. Aliás temos tido casos, de acidentes com as pessoas. Não houve casos muito graves, mas já houve casos. E eu aí não perdooo. Com a alta tensão não se pode perdoar. Aí tenho sempre muito cuidado. É evidente que à muita coisa que me passa ao lado. Eu não estou na oficina. Não acompanho o pessoal, no dia-a-dia. Mas, sempre que vejo, tomo parte participativa do problema. O resto, também não se devia perdoar, mas é diferente! No meu conceito!

Pergunta: Eu, quando estava a falar em tornear, falava por exemplo dum trabalho que é necessário fazer rapidamente, e então para fazermos mais rápido, em vez de fazermos em segurança, vamos fazer de outra forma que é menos segura, mas mais rápida?

R: Depende do que estamos a falar! Eu não direi que sigo à risca todas as normas de segurança que estão implementadas na empresa. Quando à uma actuação do pessoal lá em baixo, numa situação de emergência, lhe garanto que à muitas normas de segurança, que a gente passa ao lado. Não tenho a mínima dúvida. Agora, também é verdade que nunca tivemos problemas nenhuns, nunca tivemos acidentes, nem nada. Portanto, minimamente

estamos a respeitar, algo! Não na totalidade, porque senão as coisas não funcionam. Digamos que aí há um descuido consciente. Temos a consciência do risco que estamos a correr, há ali algum risco, mas é assumido!

Pergunta 10: Quais são os principais problemas com que se depara no âmbito da higiene e segurança na sua área? Na sua opinião, de que forma estes problemas poderiam ser resolvidos?

R: É uma boa pergunta, para a qual não tenho resposta. Como eu lhe disse, sempre que surge um problema a esse nível, sou abordado pelo pessoal e os problemas, são resolvidos de imediato! De uma maneira leviana, estou-lhe a dizer que neste momento, não existem problemas a esse nível. Porque não tenho conhecimento deles. Tirando aí um problema a nível de concepção de comboio, que andamos ainda a ver se à hipótese de fazer uma alteração naquele circuito, para evitar aquele problema que o pessoal tem, de ser electrocutado! Digamos que não à assim, mais problemas. Porque os problemas são resolvidos quase de imediato.

Pergunta: Qual é o problema que acabou de identificar?

R: É com aquele isolamento do freio de estacionamento.

Pergunta: O que os trabalhadores chamam de espigão?

R: Exactamente. Neste momento estamos a tratar do problema, como? Em vez do pessoal puxar o arame, do lado do espigão, puxar sempre do outro lado. Mas pronto o pessoal sabe disto. Mas por vezes passa ao lado!

Pergunta 11: Terminou a nossa entrevista, quer acrescentar mais alguma coisa?

R: Não, estamos despachados!

ANEXO 6 – Transcrição integral das entrevistas aplicadas aos Mestres e contra-mestres

Entrevista 2 (Guião nº 2)

Pergunta 1: Considera que os trabalhadores no desempenho das suas tarefas (Electromecânicos) estão sujeitos a algum tipo de risco? Em caso afirmativo, discrimine quais?

R: Tirando os riscos inerentes há riscos colaterais que podem acontecer. Riscos inerentes, podem andar debaixo dos comboios e se não tiverem o equipamento de protecção podem dar uma cabeçada em qualquer coisa, trabalhar com uma chave de fendas, de bocas, fazer um aperto qualquer coisa, a chave não estar na posição ideal podem se magoar. Os riscos mais directos são quando estão a trabalhar com o material em si e o risco é um pouco maior se não tiverem o material necessário.

Pergunta: Então para si é importante eles utilizarem os EPI's?

R: Pá, em principio, sim. E os colaterais é por exemplo o piso sujo, escorregadelas. Em relação ao trabalho directo, isso é a atenção das pessoas e basicamente e o bom senso ao usarem os equipamentos necessários, quanto aos outros, às vezes não se vê o piso com óleos que pode provocar o escorregamento.

Pergunta 2: Que medidas julga importantes, para minimizar ou eliminar esses riscos?

R: Basicamente é o bom senso das pessoas, porque não se pode estar a obrigar adultos a fazerem determinadas coisas duma maneira muito directa. Se houver bom senso das pessoas de colocarem os matérias devidamente acondicionados e não tentarem improvisar, o risco é muito menor embora possa acontecer sempre. Por exemplo o caso do pórtilo do ar condicionado, as pessoas ao subir aquilo tem de se agarrar, mas suponhamos se pisa um bocado de massa não se apercebe e está mal seguro, pode cair.

Pergunta 3: Já sofreu pressão por parte da hierarquia ou colegas para realizar ou mandar realizar tarefas que considera perigosas?

R: Não.

Pergunta 4: Na sua opinião qual é a importância do uso dos EPI's?

R: Os equipamentos devem ser utilizados, isso é a base.

Pergunta 5: Na sua opinião os EPC's que existem na oficina são eficazes? (sinais sonoros e luminosos, piso anti-derrapante, etc)?

R: Isso, poderiam ser melhorados, ao ligar a alta tensão há sempre o aviso sonoro e luminoso, provavelmente quando um comboio está ligado, para um trabalho mais específico que tem de estar ligado à alta tensão, os avisos luminosos deveriam estar mais vivos. Para as pessoas terem mesmo a noção de que aquele material está ligado à alta tensão. De resto basta em termos sonoros na ligação, chama logo a atenção e depois é avivar os sinais luminosos.

Pergunta 6: Já lhe aconteceu um trabalhador recusar-se a realizar um trabalho, por si indicado, porque considerar este trabalho perigoso? (Em caso de resposta positiva passar para a pergunta seguinte)

R: Vejamos, para já trabalhei e também sei quais são as limitações, por isso evito sempre, podem é chamar a atenção que não sabem trabalhar qual é o material, de resto não.

Pergunta 8: Terminou a nossa entrevista, quer acrescentar mais alguma coisa?

R: Não!

Entrevista 3 (Guião nº 2)

Pergunta 1: Considera que os trabalhadores no desempenho das suas tarefas (Electromecânicos) estão sujeitos a algum tipo de risco? Em caso afirmativo, discrimine quais?

R: Aquilo que me lembro, o que tem acontecido a eles por vezes, é que podem cair magoarse. Uma vez houve um colega que caiu numa escada, mas em geral não vejo um risco muito grande para o pessoal que trabalha aqui na oficina, não vejo assim ninguém que se tenha magoado, ou alguma coisa que venha a acontecer seguramente a mais algum. Eles também me avisam: oh (...) cuidado, com isto aqui. Nós vamos lá e eles têm razão. Aqui também, ninguém usa capacete. Não sei, até que ponto é obrigatório usar capacete. Ninguém usa. A culpa também não é nossa! Ninguém quer usar! Em princípio toda a gente, trás botas de biqueira de aço. Mas é como lhe digo. Até já fiz uma participação, magoaram-se, caíram, tropeçaram. Caíram para um dique. O pessoal vai andar, de repente, zumba, isto não é a direito, tem os diques, os diques não estão limitados. Não têm aquelas barreiras a delimitar em volta. Às vezes andar com os empilhadores, também se queixam, que podem cair entre os diques. A gente evita. Evita não, nunca se faz. Ou se, se fez foi uma vez sem exemplo. Estar a mudar componentes pesados entre diques, não se pode fazer. Mas é uma coisa que não se tem feito ou se, se fez foi uma vez sem exemplo. Mas de resto não vejo nada de especial.

Pergunta: Então, os riscos que identifica, são os riscos de queda?

R: Queda sim, pelos menos são os acidentes de trabalho que eu tenho assinado. Houve uma vez um que entalou para aí, um dedo, mas isso pode acontecer em todo o lado. Não é só, aqui!

Pergunta 2: Que medidas julga importantes, para minimizar ou eliminar esses riscos?

R: Para já é o pessoal andar com mais atenção, por vezes também ajuda. De cabeça, não me ocorre nada. No dia-a-dia, talvez possa vir alguma coisa à cabeça, que eu tenha alertado a minha chefia.

Pergunta: Então quando identifica algum risco, alerta a sua chefia?

R: Tanto eu, como eles fazem isso, por vezes eles vêm ter comigo e dizem: - Ali não tenho condições para trabalhar. E eu digo: - Então se não tens paciência. Eu também não ando lá a

obrigá-los a fazer isso. Não digo, nós somos humanos não é? Uma vez por outra pode acontecer alguma coisa fora do normal. Mas por norma a malta tenta respeitar. Também não temos gosto que alguém se magoe cá.

Pergunta 3: Já sofreu pressão por parte da hierarquia ou colegas para realizar ou mandar realizar tarefas que considera perigosas?

R: Não!

Pergunta 4: Na sua opinião qual é a importância do uso dos EPI's?

R: Os capacetes estorvam um bocado. Mas aqui não vejo grande utilidade. As botas biqueira de aço, sim. Podemos estar a trabalhar com ferramentas pesadas e podem cair nos pés e magoar os pés. Máscaras, para quando andam por baixo dos comboios, também as utilizam, os tampões de ouvidos, não sei se os têm levantado, se não. Em tempos, também se deu essa formação para, manobrar com empilhadores, controlando-os. Acho que isso é importante. Para ninguém se magoar nisso. Alta tensão, também se tem de ter cuidado! Em tempos se alertou aí, para se deixar o "SETO" nos sítios certos, deixar as portinholas fechadas. Agora parece-me, que isto anda tudo mais certinho. Mas quem anda aqui, normalmente sabe o que se passa e também não pode vir para aqui ninguém estranho. Porque se correm alguns riscos. Uma corrente de DTAV pode lá ficar.

Pergunta 5: Na sua opinião os EPC's que existem na oficina são eficazes? (sinais sonoros e luminosos, piso anti-derrapante, etc)?

R: Tem havido aí um problema ultimamente. Mas a nossa área aqui, também não é culpada nisso. Eu tenho feito as notas. Iluminação. Onde há pouca iluminação, trabalha-se normalmente, mal e pode haver acidentes! Nós temos feito "pressing" só que isso não está entregue à gente, é um departamento, que não o nosso. Fundem-se uma série de lâmpadas no mesmo sítio. Não sei se está entregue á Comissão de trabalhadores, se quem é que está. Da minha parte, faço uma nota de avaria. Pois alguém tem de vir cá reparar. E por vezes, isto passa um bocado, em falso. Nós não podemos fazer nada! Eu por mim, é a pior coisa que a gente tem aqui é falta de luz, não é falta de lâmpadas, é por elas estarem fundidas, porque elas estão, lá mas só que não dão luz!

Pergunta 6: Já lhe aconteceu um trabalhador recusar-se a realizar um trabalho, por si indicado, porque considerar este trabalho perigoso? (Em caso de resposta positiva passar para a pergunta seguinte)

R: Quando eles vêm ter comigo. A maior parte das vezes eu vejo que sim, que é verdade. Mas depois, também temos de ver, se não faz porque é perigoso, ou se não faz, porque não quer fazer. Depois temos de saber discernir, o que é e o que não é!

Pergunta: E depois como é que ultrapassa essa situação?

R: Depois é consoante os casos, não há dois casos iguais. Acredito que sim, às vezes posso mandar para lá a pessoa e não estar a ver. Eles chamam-me lá e é verdade. Eu também não sou obrigado a saber tudo! Não sou dono de todo o saber. Já tem acontecido, casos, em que eu vou lá ou se criam as condições ou então não se faz. Mas também podem existir aqueles casos que não fazem porque não querem fazer. E tudo serve para desculpa, não é? Esta é a minha versão, pode ser que a deles não seja igual à minha.

Vou-lhe dar um caso, em tempos andava-se a tirar o ar condicionado dos tectos dos comboios. Na altura não havia os resguardos. Não sei se está a ver, na oficina 5 tem o resguardo para o ar condicionado Falou-se nisso e com verdade. Quando tínhamos de fazer aquele trabalho, tínhamos de arrancar com o comboio e ia da oficina de onde estava para a oficina 5. Mais tarde acabou-se por fazer um resguardo idêntico ao da oficina 5, para a outra oficina o pessoal já lá pode estar em cima. Aquilo era um perigo! O pessoal que estava lá em cima, pode cair cá para baixo e ter um acidente grave. Lembro-me na altura de se ter feito isso. Foi uma das condições que se criou na altura, para se poder trabalhar lá em condições. Outras coisas que as pessoas falam muito é num sítio onde possam tirar aqueles os órgãos mais pesados dos comboios, entre diques. Dantes não sei se chegou a fazer ou não. Não o devem fazer. Tornase perigoso! Ou então andar ali em volta do comboio, há comboios quando ficam aqui na linha 7, há uns resguardos que se põem, para demarcar que aquelas sapatas têm alta tensão. Quem anda lá a trabalhar pode-se descuidar e encostar-se lá. Pode-se criar esse tipo de condições. Entre outras coisas!

Pergunta 8: Terminou a nossa entrevista, quer acrescentar mais alguma coisa?

R: Não sei até que pondo as pessoas podem-se queixar a si da falta de condições, Ah o meu chefe obrigou-me a vir aqui, e se não participava de mim (risos). Pode haver gente que faça isso, mas ninguém está aqui com intenção de que alguém se aleije, antes pelo contrário!

Entrevista 4 (Guião nº 2)

Pergunta 1: Considera que os trabalhadores no desempenho das suas tarefas (Electromecânicos) estão sujeitos a algum tipo de risco? Em caso afirmativo, discrimine quais?

R: Alguns, com os óleos no chão podem escorregar...

Pergunta: Identifica então o risco de queda?

R: Sim. Dores nas costas, devido a certas posições, em que têm de trabalhar.

Pergunta: São esses os riscos que mais o preocupam?

R: Sim. Depois, é a nível de visão devido à iluminação da oficina. Mas isso é a longo prazo. No imediato é as quedas e as lesões musculares.

Pergunta 2: Que medidas julga importantes, para minimizar ou eliminar esses riscos?

R: Limpeza da oficina e iluminação. Quanto às posições. Há certos trabalhos que têm de ser mesmo naquela posição, não temos mesmo hipótese. Quanto a melhorias talvez a nível das ferramentas.

Pergunta 3: Já sofreu pressão por parte da hierarquia ou colegas para realizar ou mandar realizar tarefas que considera perigosas?

R: Sim, já aconteceu.

Pergunta: E como é que resolveu essa situação?

R: Expliquei que aquele trabalho, não dava para fazer ali?

Pergunta: E foi ouvido?

R: Penso, que sim. Por vezes a outra pessoa fica um bocado chateada, mas pronto.

Pergunta: Mas consegue, que o trabalho não seja realizado nessas condições, que considera perigosas?

R: Por vezes não, mas por regra sim!

Pergunta 4: Na sua opinião qual é a importância do uso dos EPI's?

R: É bastante importante. Podem causar lesões graves. Não quer dizer que resolva todas as situações. Mas pelo menos, minimiza.

Pergunta: Sensibilizam os trabalhadores para o uso dos EPI's?

R: Sim.

Pergunta: De que forma?

R: Por vezes quando não têm luvas, perguntamos porque é que não têm. Que agora não há cá em cima, e era importante ter. E isso perde-se um bocado de tempo na execução do trabalho, porque se perde mais um bocado no tempo de execução do trabalho, porque temos de ir lá abaixo buscar, certos equipamentos que não temos aqui. E perde-se bastante tempo.

Pergunta 5: Na sua opinião os EPC's que existem na oficina são eficazes? (sinais sonoros e luminosos, piso anti-derrapante, etc)?

R: Nem por isso. O piso antiderrapante era importante. Ao nível de sinalização de alta nos diques, penso que poderia estar melhor e podia ter luz verde para quando não tivesse tensão. Só tem o vermelho e não se nota. E às vezes está lá a luz a incidir das lâmpadas fluorescentes e não se nota muito bem. Enquanto se tivesse uma ao lado verde, se uma tivesse fundida, via-se o verde apagado e a probabilidade de estar desligada era menor, porque ou estava uma ou estava outra. As duas fundidas era complicado. Estou a falar dos que estão no interior do dique de lado e no piso, não os do painel. No Oriente nos terminos, tem luz verde e vermelha.

Pergunta: Para si, são suficientes, mas não são eficazes?

R: E também, não são suficientes.

Pergunta 6: Já lhe aconteceu um trabalhador recusar-se a realizar um trabalho, por si indicado, porque considerar este trabalho perigoso? (Em caso de resposta positiva passar para a pergunta seguinte)

R: Sim.

Pergunta 7: Como resolveu este problema? E que aspectos considerou na tentativa de resolver esse mesmo problema?

R: Tratei de mudar o comboio de sítio, nada de entrar em conflito, tive de ter uma conversa.

Pergunta 8: Terminou a nossa entrevista, quer acrescentar mais alguma coisa?

R: Ao nível do piso anti-derrapante e sinalização, poderia ser melhorado.

Entrevista 5 (Guião nº 2)

Pergunta 1: Considera que os trabalhadores no desempenho das suas tarefas (Electromecânicos) estão sujeitos a algum tipo de risco? Em caso afirmativo, discrimine quais?

R: O risco que eles têm é o problema da visão. Porque eu acho que o telhado não é adequado. A iluminação, por vezes é fraca e com o tempo, têm eles e tenho eu esse problema. Isso é o risco da deterioração da visão. De resto, não vejo que haja assim, alguma coisa que possa dizer em relação a outros riscos. Para mim este o mais grave, que é o problema da iluminação, que ninguém resolve e as pessoas estão a ter problemas na vista.

Pergunta 2: Que medidas julga importantes, para minimizar ou eliminar esses riscos?

R: Tecnicamente não sei. O telhado foi montado ao contrário. Tecnicamente não sei o que lhe dizer sobre isso, mas pelo menos, não faltar a iluminação. Há ali uma zona que quando andamos à noite a tirar os valores, das leituras dos comboios, tenho de andar a escolher uma determinada posição, porque há falta de luz. Já teve pior e agora está melhor. Mas tem de ser melhoradas.

Pergunta 3: Já sofreu pressão por parte da hierarquia ou colegas para realizar ou mandar realizar tarefas que considera perigosas?

R: Não, não, não. Nunca senti nem por cima, nem por baixo. E aliás, quando há um problema ou outro, que está menos bem não se faz. Simplesmente não faço, tenho que ter condições para que não haja riscos. Tenho sempre isso em atenção. Embora haja coisas, que às vezes não depende só de mim. Eu como vê, trabalho também no gabinete, tenho outras tarefas a fazer. São capazes de chegar ali com um comboio, o comboio não fica bem posicionado. Ainda aqui há dias cheguei às sete da manhã, o comboio não estava bem posicionado na escada. Eu distribuí o trabalho, não reparei, fui logo alertado: - Mas olhe que o comboio não está bem posicionado na escada. Não está na escada, ninguém trabalha. Vai-se buscar o maquinista e põe-se o comboio na escada. Porque se eu lhes der trabalho e o comboio não estiver na escada, a responsabilidade é minha. Se eu meter o comboio na escada, e que eles caíam ou qualquer coisa, é problema deles. Nessas coisas não facilito. E aliás, quando às vezes é trabalho assim, mais complicados. Eh pá, tudo menos aleijarem-se. Isso é a

prioridade, não se aleijarem. Demorou-se mais tempo, demorou-se mais tempo! Foi preciso mais esta peça ou ferramenta, vamos buscar! Tudo menos aleijarem-se!

Pergunta 4: Na sua opinião qual é a importância do uso dos EPI's?

R: São importantes! Botas de biqueira de aço pode cair alguma coisa. O capacete quando andam lá por baixo, embora eu também não o utilize muito. Mas eu também vou menos vezes, lá abaixo. As luvas, tudo, os equipamentos são muito importantes. Acho eu!

Pergunta: Costuma sensibilizar os trabalhadores para o seu uso?

R: Não muito. Porque, eles são todos adultos, sabem o que tem de usar. Não vou dizer que os vou sensibilizar ou chamar atenção, porque não o tenho feito.

Pergunta 5: Na sua opinião os EPC's que existem na oficina são eficazes? (sinais sonoros e luminosos, piso anti-derrapante, etc)?

R: O sinal sonoro não existe, está avariado, está avariado há muito tempo. Faz muita falta! Faz falta para quando se liga os 750v, calha número quatro vai ligar. E não só isso faz falta para quando se quer chamar alguém ao telefone. Nunca mais ninguém resolveu isso, nunca ninguém resolveu.

Pergunta 6: Já lhe aconteceu um trabalhador recusar-se a realizar um trabalho, por si indicado, porque considerar este trabalho perigoso? (Em caso de resposta positiva passar para a pergunta seguinte)

R: Não. Com o factor perigo não. Já me aconteceu um trabalhador, que me disse assim: - Eu não faço esse trabalho, porque fiz ontem! E eu disse, que se não fazes este trabalho, não fazes mais nenhum, porque não tenho nada que determine. Que me diga que o trabalhador fez num dia, não pode fazer no outro. Porque ele é electromecânico, o trabalho é trabalho da profissão dele. E tem de o executar. Isso é que já me aconteceu. Agora o factor perigo, se fosse o factor perigo, eu não faço isto porque é perigoso. Eu ia analisar, se era ou não, expor superiormente. Isto pode-se fazer, mas existe um certo grau de risco, perigo de acontecer isto ou aquilo e temos de melhorar. Mas isso nunca me aconteceu!

Pergunta 8: Terminou a nossa entrevista, quer acrescentar mais alguma coisa?

R: Não.

Entrevista 6 (Guião nº 2)

Pergunta 1: Considera que os trabalhadores no desempenho das suas tarefas (Electromecânicos) estão sujeitos a algum tipo de risco? Em caso afirmativo, discrimine quais?

R: Ergonómicamente a nossa oficina está desajustada, face à realidade da manutenção. A oficina é pequena, as distâncias entre diques são péssimas, não dá para manobrar com máquinas para auxiliar, como é o caso do empilhador. Os diques não são adequados à substituição de peças. Falta-nos a componente de adaptação, de auxílio ao electromecânico, neste caso o executante, para substituímos os componentes sem corrermos riscos. Porque corremos riscos e não o devíamos fazer. A oficina não está proporcionada, para a assistência de primeira linha e manutenção e intervenção periódica. A nossa oficina é muito inadequada.

Pergunta: O problema já vem em tão da fase de projecto da oficina?

R: Já, desde o início do projecto. A maneira como foi pensada e sobretudo como se adaptou, aqui este tipo de inspecções. Ficou muito aquém do que é a realidade.

Pergunta: Além das instalações existe mais algum risco que queira referir e que o preocupe?

R: O próprio pessoal não está mentalizado para, exaustivamente, usar o equipamento de protecção. E é uma coisa que tem de haver muita colaboração. Tem de se continuar, por parte das entidades responsáveis fazer acções de sensibilização. E eles, obrigatoriamente terem de usar os equipamentos. Todas as pessoas intervenientes.

Pergunta: O uso destes equipamentos para si é importante?

R: Importantíssimo. E adequarmos algumas coisas, com as ideias de uns e outros. Eu por mim falo, nós às vezes para podermos fazer face à oferta que nós temos de fazer de material circulante para a exploração para termos os comboios a circular. Fazemos como se diz tripas coração.

Pergunta 2: Que medidas julga importantes, para minimizar ou eliminar esses riscos?

R: Podemos fazer. Um conjunto de pessoas que saiba o que está a fazer, tanto da manutenção como da área da higiene e segurança, e mais alguém da direcção. Para sensibilizar a direcção. Para arranjar outros equipamentos, até mandarmos fazer equipamentos adequados. A oficina não temos outra, temos é de nos adaptar agora dentro possível ao que temos. Há muita coisa, que se pode fazer. É preciso, é dinheiro, o nosso problema é que depois esbarramos com os orçamentos, para podermos fazer adaptações. O nosso material circulante é uma coisa muito específica, não é a indústria automóvel e há coisas que têm de ser adaptadas. Porque uma pessoa chega à indústria automóvel há ferramenta própria. Para, material circulante, tem se ser feito à medida. Alguns equipamentos os fabricantes forneceram ou fizeram adaptações, reconstruíram. Agora no mercado ela não existe. Existe aquela ferramenta comum. Muitas vezes temos de por a arte e o engenho e a cabeça a pensar. Ainda agora, tivemos de fazer uma ferramenta, para fazermos face ao trabalho.

Pergunta 3: Já sofreu pressão por parte da hierarquia ou colegas para realizar ou mandar realizar tarefas que considera perigosas?

R: Já. E analisei as situações e expus a minha parte, do perigo que se corria e não se fez algumas coisas. Já alertei superiormente várias vezes, que não temos condições técnicas para fazer alguns trabalhos.

Pergunta: E esses trabalhos foram feitos nessas condições?

R: Risos. Alguns, quando eu levanto esse problema as pessoas têm de pensar duas vezes. Em muitas situações de emergência temos de correr riscos.

Pergunta 4: Na sua opinião qual é a importância do uso dos EPI's?

R: Já os tenho chamado atenção, para utilizarem alguns equipamentos de protecção. Constantemente chamo a atenção para a protecção da cabeça. Mas eles consideram que aquilo é incómodo, quando não deve ser incómodo.

Pergunta 5: Na sua opinião os EPC's que existem na oficina são eficazes? (sinais sonoros e luminosos, piso anti-derrapante, etc)?

R: É assim, quanto à sinalização, a gente já fez um número de notas, para a gestão de infra-estruturas, sobretudo ao nível dos quadros de comando, não se entenderam com aquilo. Começaram e não acabaram. E precisávamos de acrescentar mais alguns sinalizadores, para podermos ter uma maior segurança. Tanto dos funcionários do ML, como das pessoas que prestam aqui serviço. Os nossos concessionários, ISS, ASSER, IBERLIM, eu acho que é necessário. Porque a prevenção é como diz o outro: - o seguro morreu de velho.

Pergunta 6: Já lhe aconteceu um trabalhador recusar-se a realizar um trabalho, por si indicado, porque considerar este trabalho perigoso? (Em caso de resposta positiva passar para a pergunta seguinte)

R: E há aqui um certo e determinado número de elementos de trabalhadores desta casa, estão interessados em não fazerem o trabalho, alegando que não há condições. No meio termo é que devíamos funcionar, se não há condições temos de arranjar. Porque aquilo serve de desculpa para que a pessoa não faça o serviço. Muitas vezes temos de improvisar, e aparecem esses indivíduos que não apresentam soluções, a solução é ver se fazem o menos possível. Já ando aqui há 30 anos e já conheço as pessoas e já sei como é que a coisa funciona.

Pergunta: Terminou a nossa entrevista, quer acrescentar mais alguma coisa?

R: Não!

Entrevista 7 (Guião nº 2)

Pergunta 1: Considera que os trabalhadores no desempenho das suas tarefas (Electromecânicos) estão sujeitos a algum tipo de risco? Em caso afirmativo, discrimine quais?

R: De forma geral não. Acho que não correm. Claro que há sempre aqueles pequenos riscos. Isso é sempre inerente a qualquer trabalho.

Pergunta: E que pequenos riscos identifica?

R: Choque eléctrico uma distração, estamos sempre sujeitos. Um escorregamento, os diques nem sempre andam lavados, há sempre a tendência de quedas e escorregamento.

Pergunta: Então os riscos que considera mais importantes, são quedas e choques eléctricos?

R: Sim, choques mas sem alta tensão, geralmente toda a gente tem atenção à alta tensão. Agora aqueles choques mais pequenos, é natural que toda a gente leve um. E também não acontece assim com muita frequência e às vezes nem são reportados.

Pergunta 2: Que medidas julga importantes, para minimizar ou eliminar esses riscos?

R: De forma geral é melhorar a limpeza, mas nem sempre é possível. De resto, dos choques eléctricos é ter mais atenção.

Pergunta 3: Já sofreu pressão por parte da hierarquia ou colegas para realizar ou mandar realizar tarefas que considera perigosas?

R: Não. Geralmente quando a gente vê que é perigoso. Quando eu não faço, não vou mandar os outros fazer.

Pergunta 4: Na sua opinião qual é a importância do uso dos EPI's?

R: É importante, diminui provavelmente o risco. Mas acredito que nem toda a gente, utilize, principalmente o capacete.

Pergunta: De que forma costuma incentivar o uso dos EPI's?

R: Em regra geral toda a gente sabe, os equipamentos de segurança que tem de usar, para diferentes trabalhos. Por isso está toda a gente informada. Só se virmos casos em que há um certo perigo é que dizemos alguma coisa. Não obrigamos ninguém.

Pergunta 5: Na sua opinião os EPC's que existem na oficina são eficazes? (sinais sonoros e luminosos, piso anti-derrapante, etc)?

R: Penso que sim, poderia haver outros.

Pergunta: Que outros, EPC's julga que poderiam existir?

R: Em termos de trabalho, um dos problemas que temos tido é os óleos. Devia de existir um sítio para por logo o óleo. Como o óleo é transportado em baldes, deveria haver um sítio, uma conduta, para descarregar o óleo. Melhorava logo em termos de higiene os diques. Mas a gente sabe que é difícil esse sistema de ir para a frente.

Pergunta 6: Já lhe aconteceu um trabalhador recusar-se a realizar um trabalho, por si indicado, porque considerar este trabalho perigoso? (Em caso de resposta positiva passar para a pergunta seguinte)

R: Comigo não, sei que já houve alguns casos de não haver condições tanto de trabalho, como de segurança, substituir compressores nas linhas 4 e 5 e o espaço não ser suficiente. E as pessoas recusaram-se, mas o trabalho acaba por ser feito por outras pessoas.

Pergunta 8: Terminou a nossa entrevista, quer acrescentar mais alguma coisa?

R: Não.

Entrevista 8 (Guião nº 2)

Pergunta 1: Considera que os trabalhadores no desempenho das suas tarefas (Electromecânicos) estão sujeitos a algum tipo de risco? Em caso afirmativo, discrimine quais?

R: Correm alguns riscos sendo necessário utilizar os EPI's, para evitá-los, minimiza-los, temos por vezes peças pesadas, que cortam quinas vivas, são trabalhos às vezes que requerem esforço. Tem de se utilizar matéria de protecção e mesmo assim, não se consegue evitar.

Pergunta: Então os riscos por si identificados são: Esforço, quedas de peças, entalões, cortes. Estes são os riscos que identifica como mais importantes?

R: Não são os mais importantes, são os que acontecem mais vezes. Tem a ver com a vida das pessoas. Acidentes que já têm acontecido aí, mais graves em relação à alta tensão. Esses são maiores, os cuidados também têm de ser maiores

Pergunta 2: Que medidas julga importantes, para minimizar ou eliminar esses riscos?

R: É assim, nós não conseguimos tudo. Por vezes, há determinadas coisas, que não são levadas em consideração e uma das coisas que eu reparo. Há muito tempo que aconteceu avariar-se o sistema som, de aviso da ligação da alta tensão e actualmente continua avariado, já uma série de anos. Não é possível avisarmos que vamos ligar uma calha de tensão. No regulamento obriga-nos, a informar que vamos ligar a alta tensão e isso não é possível. O sistema está avariado.

Pergunta: Há quantos anos está o sistema avariado?

R: Há mais de 3 anos.

Pergunta: E isso preocupa-o?

R: Isso, preocupa, sempre! Porque ao lidarmos com a alta tensão se à um descuido, um colega que não ouve, que não se apercebe. Está sujeito. Os cuidados têm de ser redobrados.

Pergunta 3: Já sofreu pressão por parte da hierarquia ou colegas para realizar ou mandar realizar tarefas que considera perigosas?

R: É assim, compete-me a mim se eu os mando fazer, analisar se são perigosos ou não. Se o trabalho é perigoso e se está sujeito a acontecer um acidente eu não o mando fazer. Por vezes há trabalhos que são feitos e que envolvem certos perigos, tem de ser analisados ao ponto de se saber se, se devem fazer ou não, e que medidas se devem tomar para nos protegermos. Há coisas que se podem evitar. Não se vai agarrar uma peça à mão, se temos o empilhador ou o monta-cargas. Não vamos retirar matérias em determinados sítios, se temos sítios mais adequados para o fazer. Devemos recorrer a todas as ferramentas que temos. Mediante essa análise, manda-se fazer o trabalho. Isso não evita, que surja um acidente que surja um problema.

Pergunta: Mas nunca que lhe aconteceu por exemplo, reparar que o trabalho a realizar era perigoso. Mas alguém dizer, mas desta forma é mais rápido e não temos tempo de fazer de outra forma?

R: Acontece haver pressão para se fazer o trabalho. Mas eu se vejo que o trabalho não pode ser feito assim. Arranjo maneira de fazer de outra forma. Manda-se fazer numa linha, mas o trabalho ali não se faz de forma tão segura. Põe-se o comboio numa linha mais adequada.

Pergunta 4: Na sua opinião qual é a importância do uso dos EPI's?

R: Os colaboradores já têm a obrigação de saber, o que deve utilizar para se proteger. Nós nem sempre estamos presentes em todas as situações. Mas sempre que vejo que há necessidade de chamar a atenção para o uso, chamo. Nós temos o material necessário, para executar as tarefas, não vejo porque não se há-de utilizar. Há vezes utiliza-se o capacete, mas não julgo que seja dos mais importantes, até porque não tem havido problemas e é talvez aquele que se utiliza menos. Em termos de luvas, os dedos de vez em quando ficam entalados, isso acontece, cortados. E as botas de biqueira de aço, também são importantes.

Pergunta 5: Na sua opinião os EPC's que existem na oficina são eficazes? (sinais sonoros e luminosos, piso anti-derrapante, etc)?

R: Se eles estiverem a trabalhar todos como deve ser, penso que são os adequados. Não me lembro de mais. O piso é todo anti-derrapante, em termos da instalação sonora é uma das coisas que deveria estar a funcionar e não está. Em termos de iluminação, o aviso luminoso de aviso de alta tensão, esse está a funcionar e quando não está, chamamos o piquete e é resolvido.

Pergunta 6: Já lhe aconteceu um trabalhador recusar-se a realizar um trabalho, por si indicado, porque considerar este trabalho perigoso? (Em caso de resposta positiva passar para a pergunta seguinte)

R: Já aconteceu! Por vezes as pessoas chamam a atenção de determinada situação, que podemos não estar a ver. Podem ter razão. Faz-se as alterações. O comboio pode não estar na linha mais indicada, pode precisar de ser posto em cima do macaco. Ter de utilizar uma ferramenta mais adequada e nem sempre nós nos lembramos de tudo, e convém ouvir as pessoas que vão intervir, porque às vezes apresentam uma solução para o problema. Não é coisa que esteja sempre a acontecer, nós já cá estamos há muito tempo e sabemos o que fazer. E normalmente faz-se logo, da forma correcta. E acabam por fazer o trabalho.

Pergunta 8: Terminou a nossa entrevista, quer acrescentar mais alguma coisa?

R: Não!

Entrevista 9 (Guião nº 2)

Pergunta 1: Considera que os trabalhadores no desempenho das suas tarefas (Electromecânicos) estão sujeitos a algum tipo de risco? Em caso afirmativo, discrimine quais?

R: Aqui nesta área, o tipo de risco fundamental, é o risco de electrocussão através da alta tensão. Aqui uma situação já há bastante tempo. E em que eu já fiz mais do que uma nota de avaria, para a reparação do sistema sonoro, da alta. Porque a gente quando vai ligar a alta tensão. Avisava-se sempre, porque tinha um microfone e altifalantes pela oficina. E ao ligar avisava-se: - Atenção que vai ser ligada a tensão na linha nº tal. Algum colaborador que estivesse nessa zona era logo informado. Isso já se arrasta, há quatro ou cinco anos e já fiz diligências, em vários sentidos. Através como lhe disse por nota de avaria, através do chefe do departamento, do Director. Vieram aí em tempos uns indivíduos da área da reparação do sistema sonoro. E não conseguiram dar conta do recado e ficou por aqui. E as coisas não funcionam. Isso é penso eu fundamental, numa área como a nossa em que estamos a trabalhar com alta tensão. Claro que a gente vai ligar a alta tensão e temos sempre o cuidado, de ver nos diques, num lado e no outro se alguém está ao pé do comboio. Mas não há nada como a instalação sonora que chega a toda a oficina. Toda a gente tem informação, de que a calha da linha tal, vai ser ligada a alta tensão. Outro aspecto de condições de trabalho é a questão da iluminação. Parece-me que isso já está ou já foi iniciado. Um sistema de lâmpadas fluorescentes, mais baixas do que aquelas que estão no tecto e com mais luz, que dá para as pessoas trabalharem, com melhores condições no material circulante. Já tivemos a fazer ensaios, correram bem. Mas até à data nada. Mas é claro estas coisas também levam o seu tempo.

Pergunta: Então os riscos por si identificados e mais preocupantes são os riscos eléctricos e a iluminação?

R: A iluminação, se as pessoas não tiverem luz suficiente para executarem as suas tarefas. Se tivermos a trabalhar às escuras, o trabalho não sairá bem e a visão vai sendo danificada.

Pergunta 2: Que medidas julga importantes, para minimizar ou eliminar esses riscos?

R: É a reparação da instalação sonora, é a questão da iluminação que já fizeram um estudo. Eliminar nunca se consegue, a eliminação total.

Pergunta: Estava ainda agora a falar da limpeza da oficina e dos óleos no chão (antes de atender o telefone)?

R: Nós temos sensibilizado os nossos colaboradores quando se derramam óleos no chão, para que coloquem um produto absorvente próprio para essas situações, depois vem alguém da limpeza e varre aquilo e apanha o produto. Por vezes isso não acontece. Por vezes não podemos estar ao pé de cada um, e às vezes acontece as pessoas escorregarem e aleijarem-se. O exemplo dum colega que escorregou num derrame de óleo, numa escada de acesso ao dique n.º 5. E desde Junho do mês passado que se encontra no seguro. Já lá vai uns sete ou oito meses. Também sensibilizei os indivíduos da empresa que faz a limpeza, sempre que vejam um bocadinho de óleo derramado, metam logo o produto. E já ninguém escorrega ali!

Pergunta 3: Já sofreu pressão por parte da hierarquia ou colegas para realizar ou mandar realizar tarefas que considera perigosas?

R: Já. Com certeza. Há vinte e dois anos estou na parte da chefia já me aconteceu muita coisa. Há bem pouco tempo, posso dar-lhe um exemplo. Foi substituir um compressor ali na linha 6, em que houve operadores, eram dois, e houve um que me disse que aquilo não tinha segurança. Pronto sou dos indivíduos que zelo pela segurança, quando vejo que não há segurança, ninguém vai fazer o trabalho, porque eu não permito que se faça o trabalho sem ser com segurança. Mas de facto aquilo tinha mesmo segurança. Eu pedi à pessoa para me explicar porque é que aquilo não tinha segurança, não foi capaz de me dizer. Disse que aquele trabalho nunca se tinha feito ali. Fez-se o trabalho, no final, chamei os dois colaboradores, perguntei a cada um, se sentiram falta de segurança para executar a tarefa. Um dos elementos disse que não via falta de segurança, nenhuma. O outro só dizia que não tinha segurança mas não tinha explicação.

Outra situação foi outro elemento que me alertou que não havia segurança para mudar o compressor, para mudar o dito compressor, entre as linhas 4 e 5 e que o empilhador era mesmo à conta para fazer a manobra. Eu alertei para a situação e a partir desse momento, nunca mais ninguém mudou ali compressor nenhum. Agora noutras linhas onde à espaço, desde que haja segurança, o trabalho tem de ser executado.

Pergunta 4: Na sua opinião qual é a importância do uso dos EPI's?

R: Isto falando a verdade, que não se deve esconder nada. A maioria das pessoas, talvez por incómodo não utiliza capacete. O capacete quando se anda a fazer a inspecção por baixo do comboio, dá uma certa protecção. As pessoas podem bater com a cabeça num “bogie” aquilo é ferro, e aleijarem-se. Não tem acontecido, as pessoas têm um certo cuidado. Na parte superior do comboio, quando andam dentro do salão, não vejo grande necessidade. A questão da prevenção, praticamente toda a gente usa sapatos de biqueira de aço. Capacete é que as pessoas não estão muito sensibilizadas para isso.

Pergunta: Costuma sensibilizá-los para o uso desses equipamentos?

R: Sem dúvida alguma, aliás, quando vejo que não têm segurança, sou eu mesmo próprio que digo: - Não fazes isso, porque não tem segurança! Tenho aí um exemplo daqui há vinte anos, em Sete Rios, que duas pessoas se aleijaram, já estão reformadas. Em que eu entrevi na altura, para tirarem de lá as mãos que se iam aleijar. O que acontece é que se aleijaram mesmo e um dos colaboradores ficou deficiente para toda a vida.

Pergunta: Para si é importante, os trabalhadores utilizarem estes equipamentos?

R: Sim. As botas, as luvas, o capacete só quando andam por baixo do comboio.

Pergunta 5: Na sua opinião os EPC's que existem na oficina são eficazes? (sinais sonoros e luminosos, piso anti-derrapante, etc)?

R: Eu penso que sim. A questão da sinalização luminosa de alta tensão. Aliás isso foi melhorado, os vidros partiam. Também foi alterada a iluminação desse tipo de sinalizador, raramente se fundem as lâmpadas. O pavimento. Não vejo assim nada de anormal nesta oficina, nesse aspecto, não estou a ver que falte nesse aspecto segurança.

Pergunta: Terminou a nossa entrevista, quer acrescentar mais alguma coisa?

R: Não.

Entrevista 11 (Guião nº 2)

Pergunta 1: Considera que os trabalhadores no desempenho das suas tarefas (Electromecânicos) estão sujeitos a algum tipo de risco? Em caso afirmativo, discrimine quais?

R: Há tarefas inerentes a determinados serviços, que por vezes estão inerentes a algum risco. Não é diariamente, como é óbvio. Por exemplo quando se trabalha, com alta tensão tem de se ter cuidado. Para evitar determinados riscos. Assim como o manuseamento de algumas máquinas, que eles utilizam para determinados trabalhos, é um risco minorado por que eles estão alertados, para isso e para usarem equipamentos de protecção. Eu acho que minimamente, eles estão sensibilizados para os riscos inerentes dos trabalhos que estão a executar.

Normalmente quando utilizam máquinas de corte ou de aperto, utilizam equipamento de protecção, como é o caso das máquinas de corte, usam luvas, resguardos. Quanto às máquinas de aperto utilizam os protectores auriculares.

Pergunta 2: Que medidas julga importantes, para minimizar ou eliminar esses riscos?

R: Não sei, até que ponto existirão no mercado máquinas com um aperto específico, que não provoquem riscos, porque são máquinas pesadas. Com respeito às máquinas de corte, são todas com protecção.

Pergunta 3: Já sofreu pressão por parte da hierarquia ou colegas para realizar ou mandar realizar tarefas que considera perigosas?

R: Não. Aliás, nós temos cuidado como chefia e quando mandamos executar determinado tipo de trabalhos. Temos de precaver os riscos.

Pergunta 4: Na sua opinião qual é a importância do uso dos EPI's?

R: São importantes, porque trabalhamos com material pesado. O caso de ligar e desligar “bogies”. Quando é uma inspecção visual. Luvas e capacete para andar por baixo do comboio. Quando é uma desmontagem e montagem de “bogies” nas carruagens aí tem de se ter, protecção auricular porque são máquinas de impacto e fazem algum barulho. E luvas,

capacete e por aí fora. Nós tentamos sensibilizar e eles estão minimamente sensibilizados, para o tipo de trabalho que vão executar.

Pergunta 5: Na sua opinião Os EPC's que existem na oficina são eficazes? (sinais sonoros e luminosos, piso anti-derrapante, etc)?

R: Os sinais sonoros, aqui das calhas de alta tensão são importantes e são suficientes. Nós ao ligarmos qualquer calha é emitido um sinal sonoro, que a calha está a ser ligada. Piso anti-derrapante, não tem havido grandes acidentes, porque as pessoas vão tendo cuidado. Se calhar hoje já temos pisos antiderrapantes mais aderentes.

Pergunta 6: Já lhe aconteceu um trabalhador recusar-se a realizar um trabalho, por si indicado, porque considerar este trabalho perigoso? (Em caso de resposta positiva passar para a pergunta seguinte)

R: Que eu tenha conhecimento, ainda não houve ninguém que se tivesse recusado. Porque quando há trabalhos que têm risco, tem de se preparar o trabalho, para que o risco não aconteça. Agora não é certo que o risco não possa acontecer. Comigo ninguém se recusou a fazer o trabalho, porque também são criadas condições para que o risco não aconteça. Tenta-se evitar. Por exemplo, uma carga suspensa, a liga está boa e de repente parte. Quando é essas situações de carga suspensa, chama-se a atenção do operador e de quem está a acompanhar, para nunca se colocar, por baixo da carga.

Pergunta 8: Terminou a nossa entrevista, quer acrescentar mais alguma coisa?

R: Não!

Entrevista 12 (Guião nº 2)

Pergunta 1: Considera que os trabalhadores no desempenho das suas tarefas (Electromecânicos) estão sujeitos a algum tipo de risco? Em caso afirmativo, discrimine quais?

R: Os riscos são relativos, se as pessoas utilizarem os equipamentos de protecção, se houver sempre o cuidado. Parte-se do princípio que os acidentes normalmente é sempre um descuido. Previsíveis não temos grandes riscos.

Pergunta: Não identifica nenhum risco?

R: Eventualmente, que as plataformas estejam menos limpas e aí há o perigo eventualmente de escorregar. Mas em termos genéricos, que se diga, vou para ali, corro risco! Não!

Pergunta: Então para si o risco mais importante é o das escorregadelas e quedas?

R: Sim.

Pergunta 2: Que medidas julga importantes, para minimizar ou eliminar esses riscos?

R: Habitualmente quando vimos um dique mais sujo. Tratamos de mandar limpar. Que nem sempre é limpo, em tempo útil.

Pergunta 3: Já sofreu pressão por parte da hierarquia ou colegas para realizar ou mandar realizar tarefas que considera perigosas?

R: Não! Muito sinceramente, não.

Pergunta 4: Na sua opinião qual é a importância do uso dos EPI's?

R: Os equipamentos são sempre úteis, as luvas para a protecção das mãos, de cortes, isso é o mais usual. Por baixo do comboio o capacete, embora proteja não é fácil de trabalhar com o capacete e nós consideramos que usar capacete é pior. Porque nos corta o ângulo de visão e está-se sempre a bater com a cabeça. Acho que é menor o risco não ter o capacete do que usá-lo. De resto, quem trabalha com tensão, tem de ter cuidado o cuidado inerente, a quem trabalha com corrente eléctrica.

Pergunta: Tentam sensibilizar os trabalhadores para o uso dos EPI's?

R: As pessoas já estão tão habituadas, e conhecem estes equipamentos que utilizam, bem como as ferramentas. Que quase não é necessário. Normalmente temos sempre tendência, quando há troca de equipas às 16 horas. Quando se manda fazer um trabalho, temos sempre o cuidado de dizer: - Atenção que o comboio está ligado. Para as pessoas não começarem a trabalhar e lá está haver um descuido. Serem apanhados. De resto, é um trabalho que o pessoal já faz com uma certa, experiência, digamos que sabe! Quando entra alguém novo é acompanhado, enumera-se o tipo de riscos que podem acontecer. Os cuidados que devem ter. Actualmente, este pessoal está cá há 10 anos. Já têm identificados os riscos.

Pergunta 5: Na sua opinião os EPC's que existem na oficina são eficazes? (sinais sonoros e luminosos, piso anti-derrapante, etc)?

R: Os que existem na oficina são suficientes e eficazes. Por vezes, os sinais luminosos de identificação da alta, demora um certo tempo a reparar! Mas isso já não depende de nós. Nós fazemos as notas de reparação e isso demora mais tempo do que seria desejável. Mesmo o deslocamento dos carrinhos, às vezes ficam presos, não é acidente, mas têm de fazer um esforço maior, para empurrar o carrinho

Pergunta 6: Já lhe aconteceu um trabalhador recusar-se a realizar um trabalho, por si indicado, porque considerar este trabalho perigoso? (Em caso de resposta positiva passar para a pergunta seguinte)

R: Já presenciei, mas comigo nunca aconteceu. Mas o trabalho acabou por ser feito.

Pergunta 8: Terminou a nossa entrevista, quer acrescentar mais alguma coisa?

R: Não.

Entrevista 13 (Guião nº 2)

Pergunta 1: Considera que os trabalhadores no desempenho das suas tarefas (Electromecânicos) estão sujeitos a algum tipo de risco? Em caso afirmativo, discrimine quais?

R: Estão. O risco inerente à corrente eléctrica, com o qual eles estão a trabalhar, propriamente dito também aos equipamentos, que poderão ser equipamentos pesados, como poderão ser, portanto, equipamentos que estejam a manusear, tipo empilhadores ou gruas ou pontes rolantes. Assim à primeira vista são esses os riscos.

Pergunta: Portanto, identifica os riscos inerentes aos próprios equipamentos e riscos eléctricos.

R: Eléctricos, exactamente.

Pergunta 2: Que medidas julga importantes, para minimizar ou eliminar esses riscos?

R: Minimizar! É assim, nós estamos a falar duma categoria de profissionais. E essa categoria de profissionais deve ter competências, devem estar habilitados a executar determinados trabalhos. No caso dos eléctricos, estamos a falar de electricistas. Em casos de equipamentos pesados, ou manobrar equipamentos que estejam a ser desmontados, ou não! Devem ter equipamentos de protecção e à priori não estou a visualizar mais nada.

Pergunta 3: Já sofreu pressão por parte da hierarquia ou colegas para realizar ou mandar realizar tarefas que considera perigosas?

R: Já.

Pergunta: E como é que resolveu esse problema?

R: Em princípio, tive de fazer uma análise do trabalho que ia executar e proceder em conformidade. Estou-me a lembrar, fazer ensaios eléctricos em alta corrente, estamos a falar dos 750v. Utilizar condições, levar o comboio para uma área onde esses riscos fossem mínimos e usar equipamento de protecção

Pergunta: Portanto alterou as condições para executar o trabalho em segurança?

R: Sim. Sim.

Pergunta: E conseguiu executar esse trabalho?

R: Sim. Sim!

Pergunta 4: Na sua opinião qual é a importância do uso dos EPI's?

R: O uso, para mim é prioritário, porque nós estamos a lidar com equipamentos que muitas vezes, que podemos não dar um grau de perigosidade, mas que eles apresentam. Estou a falar de chapas com quinas vivas. Contactos abertos, a gente sabe que está lá a presença da corrente e temos de estar com bastante atenção àquilo que estamos a fazer, principalmente.

Pergunta: Costuma incentivar os trabalhadores a utilizarem esses equipamentos?

R: Sim. Sim. Estou-me a lembrar agora, o caso de mudar equipamentos pesados e volumosos, com empilhadores e com ponte rolante, que devem ter os capacetes e luvas acima de tudo! Portanto, comigo ninguém trabalha sem luvas. Porque já tive experiências e acho que são coisas prioritárias.

Pergunta 5: Na sua opinião os EPC's que existem na oficina são eficazes? (sinais sonoros e luminosos, piso anti-derrapante, etc)?

R: São insuficientes. Neste momento, porque há falhas que não se têm estado a cumprir. Eu falo por mim. Embora eu já tenha alertado muitas vezes, para essas deficiências uma delas era a iluminação. Nós trabalhamos à noite e a iluminação era completamente fraca, portanto, aí qual é o risco? É o risco da visão, que é uma das grandes falhas e a segunda é o cansaço. Uma pessoa não tendo uma boa iluminação, ou não vê, o que está a manusear. Outras vezes cansasse facilmente! Essa foi uma das grandes falhas que nós tivemos aí. Que chamamos montes de vezes a atenção.

Pergunta: Essa situação já está resolvida?

R: Em parte. Mas vá lá! Conseguiram resolver! Porquê? Nós trabalhamos aqui até há uma da manhã. E há muita gente, muitas vezes que não tem a percepção, que isto é um local de trabalho que funciona principalmente, muitas vezes à noite. No inverno ainda é pior. Isso era

uma das falhas, outra das falhas, há equipamento... Mas aí, já eu posso falar por mim, há aí falhas porque há equipamentos que faz parte, não somos nós que vamos fazer a sua reparação. Está deficiente, nós alertamos a quem de direito para o reparar esses equipamentos. Estou-me a lembrar agora, de algumas calhas, aquelas tampas que ficam a cobrir as sapatas, o outro é as borrachas que estão a proteger o carril de rolamento, quando nós passamos por baixo e podemos bater facilmente com a cabeça. Há borrachas que estão soltas, nós alertamos. Há aí várias deficiências. Falta de tomadas para a iluminação pessoal, embora tenhamos lanternas próprias. Mas antigamente tínhamos falhas disso. Assim à primeira vista, já não estou a ver mais nada!

Pergunta 6: Já lhe aconteceu um trabalhador recusar-se a realizar um trabalho, por si indicado, porque considerar este trabalho perigoso? (Em caso de resposta positiva passar para a pergunta seguinte)

R: Sim, sim! Principalmente na via de ensaio, muitas vezes é quando nós queremos medir tensões, com equipamento. Nós somos electricistas! Temos que estar aptos a saber o que estamos a fazer, primeiro. Mas por vezes alertam-me: - Olha que aqui o local é perigoso! Normalmente quando estamos na via de ensaio, mas também temos outro senão, a avaria permanece naquele momento. Por que há avarias que aparecem e desaparecem, facilmente. Porque há órgãos. Estou-me a lembrar, “contactores” que derivado à temperatura, quando estão em actuação, passado determinado tempo eles provocam falha. Mas depois uma pessoa não pode ligar ali, se está com problemas de segurança. O que é que faz? Eh pá vou ligar o comboio lá para dentro. Lá dentro eu tenho mais condições de ir com um aparelho de detectar e isto e aquilo. E o que é que se faz? Se, se leva o comboio lá para dentro a avaria nunca mais é detectada. É muito importante, o trabalhador ou a pessoa que está à frente dessa falha, poder fazer a sua pesquisa dentro das normas de segurança, daquilo que a pessoa sabe. - Eh pá. Não vou medir aqui nada, estou aqui na via de ensaio, tenho medo!

Pergunta: Quando o trabalhador se recusa como é que costuma resolver esse problema?

R: Das duas, uma eu tomo acção e faço eu o trabalho, quando vejo que realmente está dentro das minhas competências e eu sei que faço o trabalho, de consciência e dentro da minha segurança. A minha segurança! Ou então, nesse caso, quando vejo que são condições mais complicadas. Então, levo o comboio para dentro numa fossa dentro da oficina. Ou uma situação assim.

Pergunta 8: Terminou a nossa entrevista, quer acrescentar mais alguma coisa?

R: Há coisas que me vêm à cabeça e são aquelas que lhe estou a dizer. Porque há outras que posso não me lembrar neste momento, mas daqui a cinco minutos. Olha podia ter dito isto, ou aquilo. Mas como acontece muitas vezes, e isto agora para a segurança. Estou-me a lembrar duma, essa é mesmo grave! É nós transportarmos os “ bogies”. Que são os rodados da composição, à mão e a empurrar, que é muito pesado. Isso pode vir dar problemas musculares, de coluna. Como ali naquele equipamento rotativo, que está ali, que está avariado. Aquilo já está avariado, não vou exagerar, mas há quase dez anos. E não à meio de ninguém conseguir fazer uma reparação naquilo. Embora nós já tivéssemos dado soluções para ali!

Pergunta: Portanto, vocês apresentaram soluções, mas o problema manteve-se?

R: Manteve-se, não, mantém-se!

Pergunta: Está a identificar outros riscos, riscos ergonómicos, quando fala nas lesões musculares!

R: Não musculares, como pode haver mesmo outros tecidos orgânicos, se eu estou a empurrar uma coisa, supondo que a roda me passa por cima.

Pergunta: Pode haver um esmagamento, por exemplo?

R: Ou um esmagamento, ou uma torção. Porque, depois é assim, estamos a tentar rodar um equipamento que deveria rodar...O equipamento foi construído a rodar electricamente. E ele não roda electricamente, andamos a forçar, a rotação daquela placa, através dum empilhador, com um gancho. Portanto, se o gancho se solta....

Pergunta: Através duma linga, não é?

R: Duma linga. E isso para mim, no que toca à segurança é o mais gritante que está aí. E perigoso!

Pergunta: Para si é preocupante esta situação?

R: Preocupante, mesmo perigoso. Mas isso... Nós já alertamos, já demos soluções. Agora respeita a quem de direito, fazer avançar... A outra, que também era grave também era essa da iluminação. Portanto, eu já uso óculos e tenho falta de vista. Desde a iluminação que colocaram no PMOII, porque até ao PMOII, sempre via bem, nunca tive problema de vista. A iluminação que lá foi colocada, na altura que eu fui para lá é que veio prejudicar, num espaço muito curto ter de usar óculos.

Pergunta: Esteve lá quanto tempo?

R: Cinco ou seis anos.

Pergunta: E esse problema persiste?

R: Ainda continua. Então, está a ver, qualquer dia, as pessoas vão ter graves lesões de vista.

Entrevista 14 (Guião nº 2)

Pergunta 1: Considera que os trabalhadores no desempenho das suas tarefas (Electromecânicos) estão sujeitos a algum tipo de risco? Em caso afirmativo, discrimine quais?

R: Sim, claro que estão. Eles manuseiam todo o tipo de equipamentos, muitos deles são pesados e têm de usar protecções. Mas, mesmo que usem protecção, nunca é o suficiente.

Pergunta: Que tipo de riscos é que identifica?

R: Estar a manusear, tirar, algo, nós nem sempre temos, nem sempre temos, as máquinas, a maquinaria necessária, para retirar de um comboio órgãos, na sua devida segurança. Há órgãos que nós temos de tirar, que temos de fazer o quê? De montar um sistema. Um sistema com um empilhador pequenino e a peça fica ali, toda a abanar e com muito cuidado! Olhe! Uma peça pesa 68 kg, essa peça ao descer, vem ali toda a abanar dum lado para o outro e pode dum momento para o outro esquivar-se, por aquele, engenho que se montou, para tirar aquilo, porque só assim se consegue tirar e depois cair. E as pessoas estão ali, logo ao pé!

Pergunta: Então está a identificar o risco de queda de materiais, não é?

R: Queda de materiais e esmagamento. Este é um dos riscos que eu me lembro, mais graves. Porquê? Porque não temos, a estrutura necessária para retirar essa peça em segurança.

Pergunta: Portanto necessitavam de outro tipo de equipamentos, para executarem esse trabalho em segurança?

R: Exactamente.

Pergunta 2: Que medidas julga importantes, para minimizar ou eliminar esses riscos?

R: Ter uma máquina. Um empilhador não, porque aquilo fica a meio do comboio, porque o empilhador vem aqui, mas não vem aqui. Percebe? Então temos com um empilhador pequenino, meter aqui e aquilo fica ali a abanar. Tem de se fazer um apanhado de alguma maquinaria ou engenhos feitos, necessários para tirar as coisas em segurança. Que nem sempre há!

Pergunta 3: Já sofreu pressão por parte da hierarquia ou colegas para realizar ou mandar realizar tarefas que considera perigosas?

R: Aqui, não há pressão sobre ninguém, felizmente não há. Há, é, situações, como esta que eu disse, em que a pessoa, tem de fazer, porque senão ninguém faz, fica aí o comboio. Portanto, isto, não é pressão. As pessoas sabem, olha, é assim que sempre se fez, é assim que se vai fazer, porque não há outra coisa. Não vamos agora fazer, criar aqui uma birra, entre aspas, dizer: - Olha, eu não faço! Não faz, há sempre alguém que faz! Pressão, não há!

Pergunta: Portanto, acaba por fazer o trabalho, mesmo sabendo que corre risco?

R: Sim, sim. Isso é no dia-a-dia!

Pergunta 4: Na sua opinião qual é a importância do uso dos EPI's?

R: É óbvio que o equipamento de protecção individual é sempre necessário. Agora, todos usam? Usam-se sempre? Usam-se alguma vez? Se calhar não se usam! Porquê? Porque não dá jeito, porque não é por sistema. Isso, aí, o pessoal descara muito essa segurança.

Pergunta: Costuma incentivar os trabalhadores a utilizarem esses equipamentos?

R: Sim. Mesmo, eles próprios levam! Capacete não digo que veja aqui alguém com eles porque não vê! Mas.... As luvas vê, botas de biqueira de aço vê.

Pergunta 5: Na sua opinião os EPC's que existem na oficina são eficazes? (sinais sonoros e luminosos, piso anti-derrapante, etc)?

R: É assim! Os equipamentos são sempre necessários! Quantos mais melhor! Mas acontece aqui que os equipamentos que nós temos de protecção como você disse. Se você agora for ali, eu ligo-lhe uma linha e "n" lâmpadas estão fundidas. Não é porque nós não digamos, atenção, à entidade competente, as lâmpadas estão fundidas. As lâmpadas fundem-se, mas eles demoram a vir. Às vezes, está-se a mexer em linhas, que as lâmpadas de sinalização dos 750v, as vermelhas, só uma é que está acesa! Essas protecções para passar de linha para linha, muitas não têm. Caiem. Portanto, se caíem, é porque, se eu a levar ali, elas estão lá, mas não são as adequadas. E porque é que não são as adequadas? Alguém chegou ali, meteu um bocado de esponja, aquele sistema, não é o adequado! Porquê? Porque está sempre a cair, está sempre no chão.

Pergunta: Então para si os EPC's existentes não são eficazes?

R: Não!

Pergunta 6: Já lhe aconteceu um trabalhador recusar-se a realizar um trabalho, por si indicado, porque considerar este trabalho perigoso? (Em caso de resposta positiva passar para a pergunta seguinte)

R: Não!

Pergunta 8: Terminou a nossa entrevista, quer acrescentar mais alguma coisa?

R: Nós trabalhamos com alta tensão, logo por aí é riscos, temos ter sempre em mente que estamos a trabalhar com coisas que nos podem danificar ou mesmo deixar-mos de existir!

Pergunta: Portanto, está a identificar outro risco? Risco eléctrico?

R: Pois. Claro!

Pergunta: Acha que ainda poderia identificar outros riscos?

R: Que eu me lembro, não me lembro de mais nada! As pessoas só têm, é de ser sinceras e dizer realmente, aquilo que precisam no dia-a-dia. Porque podem estar a salvar a sua própria vida. Percebe? E nós aqui não temos assim, grandes condições de segurança. Você andou aqui e viu! Muitos trabalhos são feitos artesanalmente! E outra coisa é, as costas. Se você for a ver toda a gente aqui, tem problemas de coluna. Porque? Risco de estar dobrado, de estar a fazer esforço em posições incorrectas!

Pergunta: portanto, por vezes quando estão a realizar o vosso trabalho têm de improvisar?

R: Sim. E temos de fazer muitas vezes, deslocar materiais em situações que não são as próprias para...Portanto, uma carga, você nunca se deve curvar deve trazer a carga de baixo para cima para a sua coluna se manter sempre direita. Aqui, é impossível fazer isso! Nós temos de agarrar em pesos e temos de estar vergados, e depois de vez em quando, pronto, lá vai um problema na coluna!

Entrevista 15 (Guião nº 2)

Pergunta 1: Considera que os trabalhadores no desempenho das suas tarefas (Electromecânicos) estão sujeitos a algum tipo de risco? Em caso afirmativo, discrimine quais?

R: Sim. Acho que sim. Risco de trabalho com electricidade é logo um risco. O local de trabalho deles, nas plataformas, é outro risco. Principalmente, acho que o risco de electrocussão é o mais importante.

Pergunta: Portanto, identificou o risco eléctrico. E quando fala nas plataformas está a pensar em quedas, ou outro?

R: Exacto, em quedas, mais em quedas. Inclusive o acesso ao tejadilho, eles têm de ir ao tejadilho, têm que ver o ar condicionado, têm de ver os foles, andar em cima do pórtilo, acarreta alguns riscos, principalmente os riscos de queda, e os riscos de serem electrocutados.

Pergunta 2: Que medidas julga importantes, para minimizar ou eliminar esses riscos?

R: As medidas, em termos de local de trabalho, eu acho que não se consegue, digamos, mais medidas, eu acho que aqui funciona muito é mais a atenção do profissional, ou seja, a preocupação de fazer em segurança. Porque, é assim, não se consegue vedar uma plataforma, tem de sempre ter uma zona aberta para ter acesso ao comboio. O pórtilo chamamos-lhe assim, para ter o acesso ao ar condicionado, ou ao próprio tejadilho ou aos foles. Não se consegue, é quase impossível, meter-se uma lateral no comboio, tem de se ir lá em cima. O risco de electrocussão é mais o cuidado pessoal de não sofrer um choque, não sofrer, uma queda. Em termos técnicos é muito difícil, não se consegue isolar um carrinho para se meter um comboio cá dentro. É mais a parte pessoal, da pessoa ter algum cuidado!

Pergunta: Então para si devido aos riscos que existem na oficina os trabalhadores devem ter mais cuidado?

R: Não é ter mais cuidado! Eu acho que eles têm cuidado! Têm é de manter sempre um sentido de alerta!

Pergunta 3: Já sofreu pressão por parte da hierarquia ou colegas para realizar ou mandar realizar tarefas que considera perigosas?

R: Não. Isso está mesmo posto fora de questão! Eu acho que primeiro que tudo está a segurança das pessoas. Não, acho que não. Eu pelo menos que me lembre, nem que eu tivesse sido pressionado, para fazer ou mandar fazer. Ou que eu tivesse pressionado alguém a fazer. Não me lembro mesmo disso!

Pergunta 4: Na sua opinião qual é a importância do uso dos EPI's?

R: Eu acho que é necessário. Não diria, que é um mal necessário, mas é mesmo necessário. Por vezes, há algum desconforto ou pelo menos algumas limitações do andar, a trabalhar. Mas eu acho que é fundamental!

Pergunta: Costuma incentivar os trabalhadores a utilizar esses equipamentos!

R: Tenta-se pelo menos a incentivá-los. Eh pá! Vejam lá o capacete. Já não se usa o capacete, mas o boné, quando se anda por baixo dos “bogies”. As botas ou os sapatos de biqueira de aço, os óculos, especialmente, quando se fura. Temos trabalhos, que temos de fazer furos por baixo do “bogie”. Pelo menos tento sempre, alertá-los para que eles usem, os equipamentos de protecção individual.

Pergunta 5: Na sua opinião os EPC's que existem na oficina são eficazes? (sinais sonoros e luminosos, piso anti-derrapante, etc)?

R: Sim, acho que sim. Acho que a um nível geral os equipamentos estão... Poderá haver um caso pontual ou outro, que não me estou agora a lembrar. Mas acho que a um nível geral, estão bons! Acho que sim.

Pergunta 6: Já lhe aconteceu um trabalhador recusar-se a realizar um trabalho, por si indicado, porque considerar este trabalho perigoso? (Em caso de resposta positiva passar para a pergunta seguinte)

R: Não, porque é como lhe disse há bocado, não se manda fazer nada ou solicito o trabalho de ninguém, o trabalho sendo perigoso. Não. Para já, é como disse ao princípio, as regras de segurança estão sempre em primeiro lugar, à sempre o cuidado de quando se liga a alta tensão isolar, meter aquelas barreiras amarelas de protecção. Nunca tive ninguém que, disse-se: - Eu não faço porque isto é perigoso. Para já começa, por ninguém lhe mandar. E também nunca ouvi ninguém, eu não faço porque isto é perigoso, ou porque tenho medo, ou porque me pode acontecer isto ou aquilo.

Pergunta 8: Terminou a nossa entrevista, não sei se quer acrescentar mais alguma coisa?

R: Acho que não, que não tenho assim, mais nada a acrescentar.

ANEXO 7 - Codificação entrevistas

CD - Chefe de departamento

MC - Mestres e contramestres